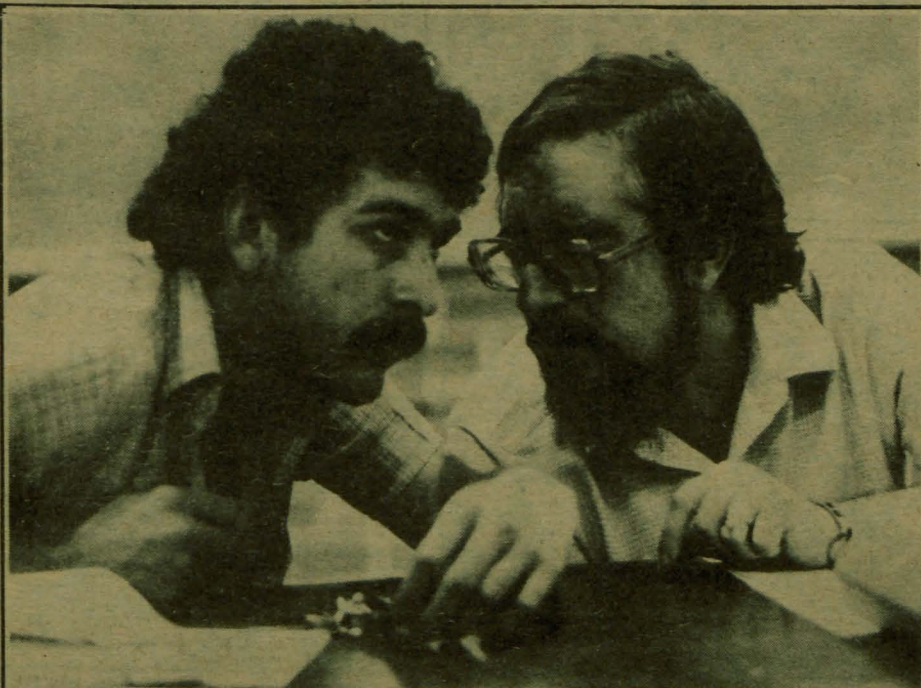


A lista pode ser anulada. E agora?

(páginas 4 e 5)



A

D

U

n

B

Z

E

V

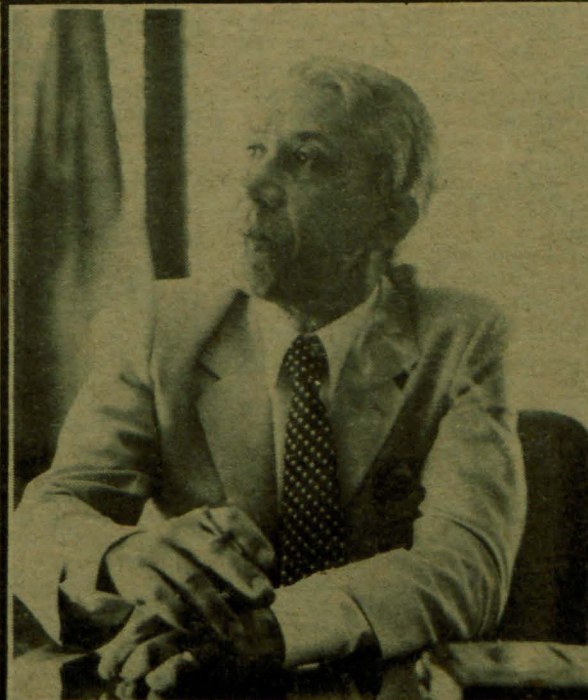
D

C

E

D

O



Estudantes furam movimento

Enquanto alunos, professores e funcionários lutavam por efetivas mudanças estruturais, na UnB, uma minoria patrocinava calorosas festividades, como se nada estivesse acontecendo nesta comunidade. Novamente, os departamentos de Direito e Medicina promovem um "show" a parte dentro da universidade, com as solenidades de colação de grau.

No Departamento de Direito, em solenidade eminentemente fictícia, os alunos e professores promoveram uma pomposa colação de grau no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, em dia ignorado, inclusive, pela secretaria do departamento. Esta colação de grau sequer contou com o respaldo legal da Administração da UnB. Uma "festa de pierrôs", tendo em vista que depois tiveram que pedir, no período compreendido entre 10 a 12 de setembro, dispensa de solenidade oficial de colação de grau, para que pudessem se formar. Nem mesmo o ponto de vista profissional a fantasia serviu, haja vista que o exercício da advocacia só pode acontecer, realmente, após a entrega oficial dos diplomas, e a prova de Ordem (OAB).

No curso de Medicina a coisa foi um pouco diferente: neste Departamento não houve paralisação das atividades, e a formatura, realizada no dia 27/07, no mesmo auditório, foi oficial, contando com o respaldo total do DAA, de acordo com fontes oficiais desta diretoria. Alegando o grande número de semestres necessários para o aluno deste curso concluir seus estudos, além do fato dos alunos dos últimos períodos (4º em diante) passarem a estagiar nos Hospitais da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, permanecendo muito pouco tempo no Campus da UnB, uma funcionária (que não quis se identificar) explicou: "geralmente estes alunos do último período pensam várias vezes antes de assumirem ativamente qualquer tipo de greve". Segundo a mesma funcionária, a dita característica fez com que os alunos do último período cumprissem integralmente os dias estipulados para o semestre normal. Dessa maneira, nada os impediu de colarem o grau, oficialmente autorizados pela DAA.

TRAÍÇÃO

Através da não participação no movimento reivindicatório, mais uma vez os alunos da Medicina e do Direito demonstraram uma total falta de solidariedade e apoio às lutas travadas em um dos momentos mais cruciais da UnB: "a sucessão reitoral". Não recordam esses alunos que na luta pelo estágio em hospitais (residência da Medicina), ocorrida em 1982, e pelo escritório de Prática Forense (estágio do Direito), ocorrida em 1983, toda a comunidade acadêmica solidarizou-se com os problemas enfrentados por essas minorias que, hoje, são qualificadas pelos companheiros de covardes e traidores.

REPOSIÇÃO DE AULAS

O Direito promoveu a reposição de aulas de maneira curiosa. Houve a entrega maciça de trabalhos durante o período grevista. Os professores liberaram as menções finais, finalizando o semestre como propôs a administração da UnB, de maneira incompatível com um aceitável nível de ensino que pressupõe, dentre outras coisas, o cumprimento integral da carga horária estipulada. Todavia, vários alunos foram reprovados, mesmo com as facilidades concedidas

para o término antecipado do semestre. Para esses alunos reprovados, houve reposição de aulas, da seguinte forma: do total das 56 turmas existentes (49 disciplinas), somente quatro professores não enviaram as menções, optando pela reposição das aulas. Levando-se em conta as reprovações daqueles que já tinham entregue os trabalhos e recebido as menções reprovatórias, oito turmas (descontadas as quatro, cujos professores optaram pela reposição) retomaram suas atividades acadêmicas de maneira irregular, tão-somente, para aprová-los. Esses alunos, então, solicitaram, de 10 a 12/09, na DAA, a revisão das referidas menções negativas (que já tinham sido enviadas, no período da greve). A partir daí, com as aprovações, os já reprovados foram beneficiados, acarretando, inclusive, uma burla às normas administrativas da UnB, e a criação de um estranho período de recuperação (2ª época).

Segundo o aluno Ivaneck Peres, do Direito, "a separação física do Direito em relação ao minhocão reforçou, ainda mais, o distanciamento da realidade acadêmica vivida nesta Universidade. Os alunos do Direito, que eram participantes tímidos, agora, são totalmente alienados no que diz respeito às lutas existentes. Não sentem sequer o problema sucessório".

Na Medicina, os acontecimentos do fim do semestre foram vividos com aulas em hospitais, não havendo qualquer manifestação de apoio ao movimento. Os alunos quietos estavam e quietos ficaram. O problema não afetou diretamente as suas necessidades emergentes (residência, etc.). Então, para quem participar? Mesmo assim, não foi toda a Faculdade de Ciências da Saúde (composta pelos Departamentos de Medicina, Odontologia, Nutrição, Educação Física e Enfermagem) que absteve-se da luta, pois os alunos e professores do Departamento de Enfermagem, na sua totalidade, engajaram-se no processo sucessório, paralisando as aulas e participando da reposição.

PROFESSORES REPUDIAM TRABALHOS

Em entrevista exclusiva ao Campus, o Ministro aposentado do Tribunal Federal de Recursos, jurista, advogado e professor do Departamento de Direito, Paulo Laitano Távora, sustentou a sua posição de repor as aulas e de não receber os trabalhos, ao contrário da maioria quase absoluta dos professores que se negaram a repor um minuto sequer de aula. O professor Távora garantiu que "o



Fotos: Nicolau El Moor



Momentos que traduzem a vontade de participação da comunidade universitária nos destinos da UnB

trabalho domiciliar possibilita uma maior pesquisa e análise das questões forenses. Todavia, não reflete a realidade que o advogado enfrentará em sua vida profissional. Este tipo de trabalho escapa ao controle do professor, pois ele é passível de ser feito em grupo, sob o comando de lideranças, beneficiando os alunos que sequer participaram de sua elaboração". Após responder a pergunta de um atencioso aluno que o aguardava (coisa rara no Direito), o ilustre professor não hesi-

tou em concluir a entrevista lembrando para o Campus que "a posição de repor as aulas foi pessoal. Ademais, um professor de Direito das Obrigações tem a obrigação de dar aulas (mesmo que para ele seja um sacerdócio, colocamos). "Os alunos são os credores, o professor é o devedor. Um devedor não pode ficar inadimplente", finaliza o jurista Paulo Laitano Távora com um sorriso nos lábios e cercado por curiosos alunos que escutavam pensativos a entrevista de um



Rodrigo Mesquita



CPI vai investigar a UnB

Nó dia 21 de agosto foi entregue à presidência da Câmara dos Deputados e, lido na Voz do Brasil do dia seguinte, o requerimento do deputado João Herrmann (PMDB-SP) pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para "investigar no prazo de 120 sessões, os episódios que envolvem a Universidade brasileira, (...) e em particular, a Universidade de Brasília".

Segundo o parlamentar, o pedido já atingiu o número de assinaturas necessárias para a sua viabilização. "Estamos no momento esperando que o presidente da Câmara, o Deputado

Flávio Marçilio (PDS-CE), dê o seu deferimento e faça a sua instalação oficial. Assim que isso acontecer, poderemos iniciar todo o trabalho de apuração dos motivos que transformaram a UnB na Universidade do Silêncio".

COMO FUNCIONA

Por acordo entre as lideranças dos partidos, toda CPI terá um presidente da oposição e um relator do governo ou vice-versa. O presidente da CPI da UnB deverá ser o próprio João Herrmann, responsável pela

sua criação. O relator, um deputado do governo, ainda é uma incógnita porém, alguns dos seus outros membros muito possivelmente serão José Genoíno (PT-SP), ex-vice-presidente da UNE; Luis Dulci (PT-MG), um dos líderes da greve dos professores mineiros em 1980; e Aldo Arantes (PMDB-GO), ex-presidente da UNE.

Durante seis meses, prazo mínimo, e até dois anos, prazo máximo, a CPI terá o poder de chamar quem julgue necessário ser inquirido, desde a um mero funcionário até o próprio Reitor. (Carlos Penna).

mestee que possui a certeza da missão cumprida e do nível de ensino preservado em sua matéria.

Do outro lado do minhocão, na Faculdade de Ciências da Saúde a professora Erlita Rodrigues dos Santos não hesitou em sustentar que na Enfermagem a opção pela reposição das aulas foi uma decisão tomada por todos os professores e alunos do Departamento, antes mesmo da elaboração do cronograma oficial (24/7/84), através, da remessa à DAA de um documento comunicando esta decisão. Garantiu a professora que "a Enfermagem não tinha condições de avaliar o desempenho dos alunos, pois faltava o cumprimento do conteúdo dos programas". Finalizou dizendo, na ocasião: "está havendo uma participação total dos alunos e professores. A reposição será efetiva".

Resta saber e pesquisar junto àqueles ex-alunos, hoje profissionais (médicos e advogados), a quantos anda a performance de cada um. Como ficou o aprendizado dos alunos que colaram grau sem a reposição das aulas? Seus clientes morrerão ou serão condenados? Diante de um ensino falido esses alunos tiveram uma agravante: não fizeram o primeiro semestre letivo de 84. Não concluíram as suas "lições" de médicos e advogados. (Josué Benitz e Carlos Augusto de Amorim Dutra).

Há o que se comemorar?

Quatro mil e quinhentos alunos, reunidos em assembleia, decidiram por uma greve no dia 14 de junho. Os objetivos eram a convocação do Colégio Eleitoral, aprovação da lista sêxtupla eleita por estudantes e professores e a não aceitação de qualquer outra forma de final de semestre que não fosse a reposição de aulas.

Nas três primeiras semanas, houve uma intensa mobilização, com realização de duas e, depois, três assembleias semanais. Em 5 de julho, garantiu-se que os Departamentos não enviariam menções à DAA, porque os programas de curso não tinham sido cumpridos. Apenas Direito, Ciência Política e Relações Internacionais, Arte, a Faculdade de Ciências da Saúde e parte da Estatística entregaram menções. Nessa altura, o impasse estava nas mãos de Azevedo: reprovar 90% dos estudantes, demitir professores ou prorrogar o prazo para entrega de menções. Apesar da pressão sobre os chefes de Departamento, nenhum dos três prazos determinados pelo Conselho de Ensino e Pesquisa foi acatado e a reposição de aulas acabou sendo conseguida.

A segunda conquista do movimento foi a convocação do Colégio Eleitoral para a primeira semana de agosto. Reunido o Colégio, no dia 3 de agosto, apareceram na lista sêxtupla apenas dois dos nomes eleitos pela comunidade universitária, em 23 e 24 de maio. Asseguradas duas das três reivindicações (faltava ainda a aprovação total da lista sêxtupla), o movimento grevista viu como inevitável o fim da greve por não existir perspectiva de vitória para a terceira reivindicação. Com a volta dos professores às atividades acadêmicas normais, foi decretado o fim da greve dos estudantes no dia 17 de agosto, em assembleia com cerca de 2.000 alunos.

REBOQUE DUPLO

Qual a força motriz dessa greve e quais as vantagens e desvantagens de um movimento conjunto são assuntos ainda não debatidos suficientemente. Agmar Mendes, reconhecido como presidente do DCE, faz sua análise: "No processo de eleição para reitor quem fez a prévia? Os professores. Então, quando nós entramos, na segunda fase, viemos a reboque. Após a aprovação da lis-

ta, quem puxou a mobilização? Os estudantes. Entramos em greve, pressionamos os professores e eles também pararam. Então, desta vez os professores foram rebocados. Na verdade, houve um intercâmbio de posições, de acordo com o momento e o nível de mobilização de cada setor. Temos os mesmos objetivos, mas somos setores diferentes, com visões diferentes. O estudante fica na Universidade quatro anos e tem uma visão mais imediatista do processo político de mudança. O professor vive a Universidade 10, 15, 20 anos e tem uma visão histórica mais abrangente. Esse fator provocava propostas diferentes de luta para o movimento e isso foi ruim. Mas foi altamente positivo o fato de setores distintos lutarem conjuntamente pelo mesmo objetivo".

Para o professor Antonio Ibanez, presidente da ADUnB, a greve era inevitável, pois, "se o semestre tivesse continuado normalmente, o acúmulo de trabalho característico do fim do curso teria acabado com a mobilização dos professores. Com as férias e a desmobilização, o Reitor poderia realizar a eleição como lhe conviesse. Com o fato consumado e

talvez a presença de um novo Reitor, dificilmente se conseguiria a deflagração de um movimento grevista para enfrentar, desta vez, o Presidente da República e o MEC, com o objetivo de voltar atrás, nomeando um outro Reitor. Este caminho, no entender das lideranças e do próprio movimento, dificilmente poderia ter sucesso". O professor Ibanez concorda ainda que o movimento foi vitorioso em relação à reposição de aulas, apesar das ameaças do Reitor de demissão e reprovação em massa. "A vitória foi ainda maior porque mobilizou as congregações de carreira, órgãos quase esquecidos, que se viram obrigados a discutir, refletir e tomar decisões que, na maioria dos casos, vieram ao encontro dos desejos de toda a comunidade. Há o fato relevante da não indicação do atual Reitor para a lista, o que, segundo suas declarações à imprensa, esperava que acontecesse para poder ficar até março/85, pelo menos".

FALTA UM PROJETO

A conquista de um espaço de discussão e participação dentro da Universidade sempre foi motivo de greves. A greve deste se-

mestre veio fortalecer esse espaço, mas segundo Agmar, o movimento terá que dar agora um passo muito mais difícil: utilizar tal espaço para a apresentação de um projeto de mudança da universidade, mas a discussão desse projeto ainda é muito incipiente na UnB. Para Agmar, a falta de uma perspectiva elaborada de transformação da Universidade leva à desorientação que se vê nas assembleias. "sempre cansativas, irritantes e monótonas".

Concluindo sua análise do movimento estudantil durante este semestre, Agmar volta a apontar como imprescindível o desenvolvimento de um projeto de mudança na Universidade: "Quando se quer mudar alguma coisa, a primeira pergunta é mudar pra quê? Ter um projeto de mudança significa ter propostas concretas para a sala de aula, para as assembleias departamentais, para as assembleias gerais, para o Congresso da UNE e também ter propostas que interfiram no Congresso Nacional e na mudança do País. A elaboração deste projeto é a tarefa que nos cabe daqui pra frente".

(Thais Bastos)



Fotos: Rodrigo Mesquita

Durante o mês de julho, os poucos estudantes que permaneceram na UnB souberam esperar a aceitação de sua lista com muita paciência

Greve: retrospectiva em destaque

Dia 14/06: A assembleia geral dos estudantes deflagra greve pelo cumprimento de três reivindicações: reunião imediata do Colégio Eleitoral Especial (CEE), aceitação da lista eleita pelos estudantes e professores e reposição de aulas. A proposta do Conselho de CA's (greve) foi aprovada por ampla maioria dos presentes, a 18 dias do encerramento do semestre. Ao final da assembleia, os estudantes se dirigem em passeata até a reitoria, onde o reitor recebe uma comissão dos CA's presentes.

As 17:30 é realizado um debate público com o reitor Azevedo no anf. 9 completamente lotado. O Reitor não atende às reivindicações e sua resposta aos presentes foi: "Sou apenas um executor das leis".

Dia 18/06: A ADUnB, que até a greve dos estudantes estava a frente nas iniciativas do movimento, decide em assembleia não entrar em greve e decide permanecer em assembleia permanente.

Dia 20/06: A assembleia geral da ADUnB decreta greve dos pro-

fessores pelas seguintes reivindicações: convocação imediata do CEE nos termos que indica legislação própria do MEC e elaboração de uma lista sêxtupla conforme os anseios da comunidade.

Dia 29/06: O Conselho de Ensino e Pesquisa sugere, em sua 32ª reunião, a prorrogação do semestre. O Reitor delibera que os professores podem prorrogar o semestre até o dia 9/07 se julgarem necessário.

Dia 01/07: Alunos da UnB promovem o "Domingão na Torre de TV", com o objetivo de aproximar a Universidade da população e divulgar para a sociedade os problemas vividos pela UnB.

A VIGILIA

Dia 04/07: No dia previsto para o encerramento do semestre, alunos e professores iniciam a vigília na reitoria. Todas as atividades de greve são transferidas para o prédio da reitoria.

Carlos Bergamaschi, aluno e morador do C.O., conta que votou contra a vigília, mas mesmo assim, participou. Na verdade,

grande parte dos que dormiam na reitoria eram moradores do C.O. Além das atividades de greve, a vigília contava com músicas e jogos. Em algumas noites rolavam festas com roda de violão e som.

Para Carlos as pessoas votaram a favor da vigília porque era mais cômodo do que o compromisso de ocupar a reitoria e impedir a presença do Reitor no prédio, proposta vencida em assembleia e que ele considera mais correta. Para ele, a vigília tinha o objetivo de chamar a atenção e não chamou. Como experiência pessoal não achou graça nenhuma, se sentiu como um guarda noturno.

Durante a vigília, também se verificou diferenças entre estudantes. Alguns tinham a preocupação de manter uma imagem comportada da manifestação enquanto outros pixaram as paredes da reitoria com desenhos e poesias. A questão foi discutida em assembleia e se decidiu pela não pixação. Mesmo assim, alguns dias depois estudantes voltaram a pixar, desta vez toda frente da reitoria.

A GREVE DE FOME

Dia 30/07: Após ser aprovada em assembleia, inicia-se a greve de fome a partir das 12 horas, com a participação de dois estudantes: Guinlem e Jackson (ambos da História). O Colégio Eleitoral Especial, que votaria a lista sêxtupla, tinha do dia primeiro ao sete para se reunir. Aquela altura, a greve estava completamente esvaziada, sem novas propostas e na eminência de uma derrota.

Em seu depoimento, Jackson conta como foi sua experiência, quando ficou sem comer quatro dias e meio e perdeu quatro quilos. Sua mãe participou das visitas que se fizeram aos conselheiros do CEE e também das reuniões do Comitê de Defesa da Universidade, formado a partir de várias entidades de classes e de moradores de Brasília. Apenas três outras pessoas apareceram para tentar fazê-lo desistir. Os grevistas procuraram não fazer esforços e foram acompanhados por médicos em tempo integral, e por psicólogos (Associação dos Psicólogos e estudantes).

Os noticiários voltaram a falar da greve, foram realizadas (as únicas) pixações pela cidade e a vigília contou com um maior número de pessoas neste período.

Jackson compara a greve de fome como uma viagem, principalmente quando os grevistas estavam juntos (seu companheiro Guinlem pegou gripe e foi separado). "Nos primeiros dias senti muita fome e o estômago incomodava bastante. Depois o mal estar passou e o que ficou foi uma gula enorme". Com a reunião do CEE e, conseqüentemente, a eleição da lista sêxtupla, alunos e professores concordaram que a greve de fome tinha cumprido seu papel político.

Dia 31/07: Julio, estudante de Direito adere à greve de fome.

Dia 03/08: O Colégio Eleitoral Especial da UnB se reúne e elege sua lista sêxtupla. Apenas dois nomes da lista da comunidade universitária constam nesta lista oficial: Dêrcio Munhoz e Cristóvam Buarque.

Dia 17/08: Estudantes decretam o fim da greve.

(Cid Queiroz)

A lista pode ser anulada

Marta Alejarra

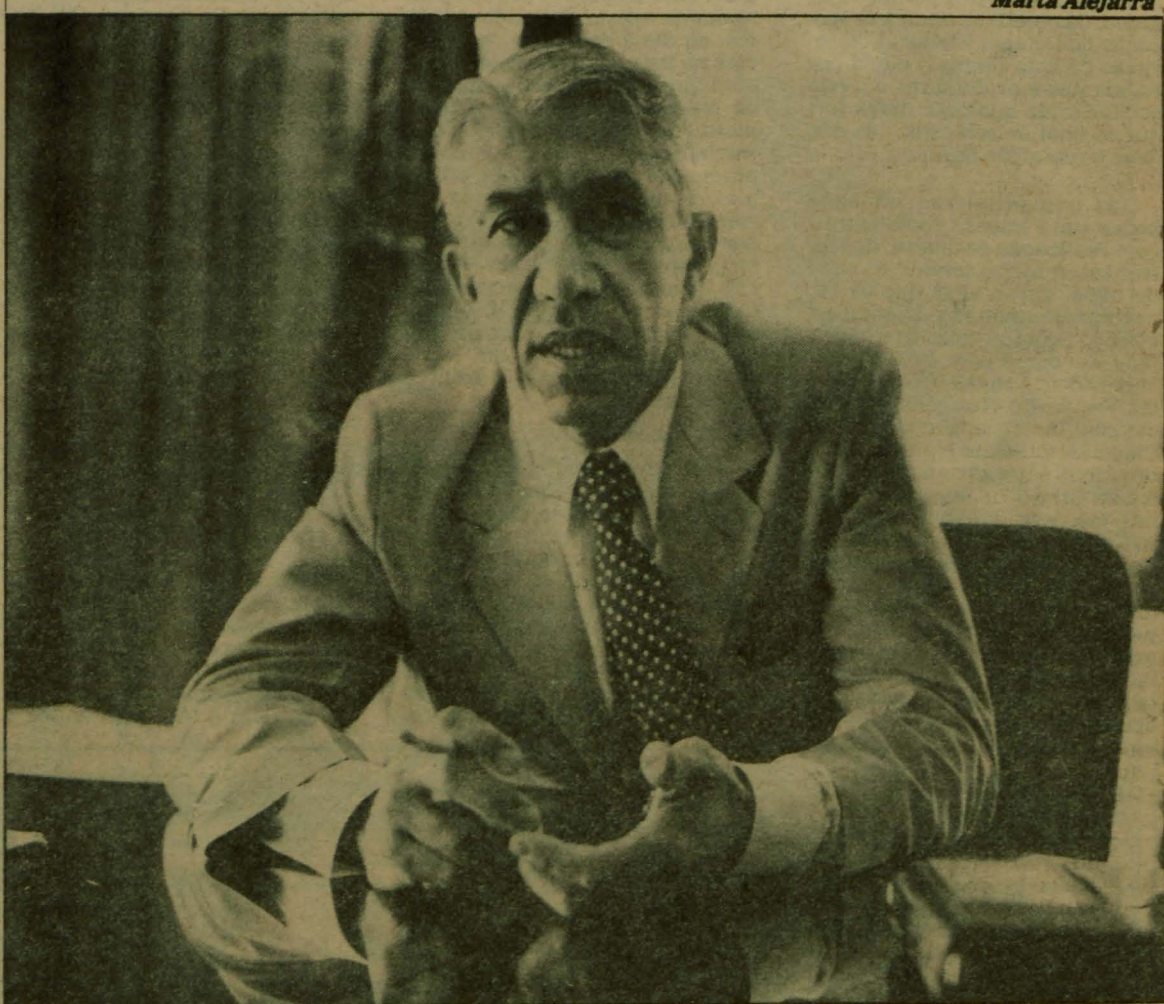
A lista sêxtupla votada pelo Colégio Eleitoral Especial (Conselho Universitário e Conselho Diretor) da UnB, no início de agosto, está praticamente anulada. Três membros efetivos do Conselho Diretor e dois suplentes seus estão com os mandatos vencidos. A resposta do MEC à consulta feita pela ADUnB (em 17.08.84) sobre a validade dos mandatos foi rápida e precisa em seu ofício 870/84, de 22.08.84: "Não foram baixados atos reconduzindo os senhores Abílio Machado Filho, José Carlos Vieira de Figueiredo, Aristides Azevedo Pacheco Leão, José Efraim Mindlin e Isaac Kerstenetzky. Outrossim, informo que não foi subdelegada competência ao Reitor da UnB para proceder às referidas reconduções".

Para a administração da UnB, o fato dos conselheiros não terem sido reconduzidos ao cargo (apesar do próprio Reitor ter sido reconduzido pela lei 6.733, em 1980), não implica em dizer que estejam em situação legal. A antiga lei 5.540 de 22.11.68 que estabelecia prazo para os mandatos dos dirigentes, foi substituída pela lei 6.733, de 04.12.79, à época em que seus mandatos ainda vigoravam. Esta lei não estabelecia mandatos, deixando sob a responsabilidade do Presidente da República, a livre nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União, quando bem enten-

desse. Segundo falou ao **Campus**, o Reitor Azevedo, não seria esta a primeira vez que a UnB ganharia uma causa na justiça: ele se diz tranquilo com relação a isso.

RECURSO

Confirmada a irregularidade pelo próprio MEC, a ADUnB recorreu àquele Ministério para, a princípio, tornar nulas todas as deliberações da reunião do dia 03.08.84 do Colégio Eleitoral Especial, quando foi votada a lista sêxtupla. O recurso será estudado pelo Conselho Federal de Educação, órgão consultivo do MEC, o que se reúne apenas uma vez ao mês. Não se pode prever ainda de que forma o CFE vai resolver o assunto; se reconduzirá os mesmos conselheiros, ou se estabelecerá normas para indicação de novos membros. A ADUnB acredita que, até o início de outubro, nova lista sêxtupla para reitor deverá ser votada pelo Colégio Eleitoral Especial. O professor Antônio Ibañez, presidente da ADUnB, informou que já está, inclusive, municiando advogados para impugnar todos os atos do Conselho Diretor a partir da data em que este deliberou ilegalmente. Entre eles, está a famosa transação da troca de terrenos da Fundação Universidade de Brasília por um lote no Setor Hoteleiro Norte, ocorrida em janeiro deste ano. (Lavina Ribeiro)



Para Azevedo, o projeto que criou a UnB caiu no vazio por ser muito ambicioso para a época

Campus — A reformulação que o Senhor iniciou no Departamento de Física serviu de base para a reformulação de toda a Universidade?

Azevedo — Não. Eu vim para cá no dia 27 de setembro de 1968 com o propósito único de reescrever os estatutos que estavam desatualizados, fazer o regimento geral e ajudar o Reitor, o que se estimava que fosse feito num prazo de seis meses a um ano. Eu vim para cá e ainda fiquei no Ministério da Marinha, mas à disposição da Universidade. Só depois de passado este tempo, quando se decidiu que eventualmente seria possível reorganizar a Universidade, é que o Ministério da Educação pediu que eu ficasse agregado ao MEC, e assim eu fiquei dois anos.

Campus — A crítica que é feita ao senhor é...

Azevedo — A crítica ou as críticas? (risos)

Campus — A crítica que é feita ao senhor é que um oficial da Marinha foi colocado aqui dentro e modificou toda a estrutura da Universidade. Sendo a UnB tão recente, havia necessidade de se modificar o estatuto em alguma coisa?

Azevedo — A Universidade não funcionava. Naquela ocasião ela devia às praças do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, o triplo do seu orçamento anual; financeiramente era inexistente. No plano acadêmico só tinha três cursos reconhecidos: Direito, Economia e Administração. Existia também o de Arquitetura, mas já havia um novo currículo, então ele estava ultrapassado. A proposta da Universidade, naquela época, em nada difere do que foi feito, decerto adaptada para tempos novos, contingências novas, e etc. etc. Esta proposta inicial caiu no vazio porque não havia quadros para tocar adiante um projeto, de certa for-

ma, tão ambicioso.

Campus — Quais foram os objetivos no início da sua gestão?

Azevedo — Eu acho que o primeiro esforço que se fez foi o saneamento das finanças, depois a regularização do patrimônio e finalmente a institucionalização acadêmica. Ou seja, trazer pessoas qualificadas que se dispusessem a um esforço que, na época, aparentemente, poderia redundar em nada, porque ninguém sabia o

Universidade conseguiu aumentar o seu efetivo para uma população de 9.500 estudantes de graduação, diga-se de passagem que antes de 1970 não havia nenhum curso de pós-graduação, não havia nenhum curso de extensão. Não só foram criados todos estes cursos, como a Universidade implantou no Brasil o esquema de cursos de extensão; tanto para a comunidade acadêmica, como para a comunidade de Brasília, e para o país inteiro. Nós devemos ter hoje no Brasil inteiro, qualquer coisa como 45 mil alunos que seguem os cursos por correspondência e por encartes em jornais. Daí a necessidade de uma boa editora. A nossa editora começou a partir da constatação das dificuldades que se encontravam para o aprimoramento do corpo docente e, de certa forma docente, dada a carência de livros. Partimos então para a montagem de uma editora, de certa forma desengajada, ou desengajada, com textos que refletissem na realidade o que havia de positivo, de concreto e de academicamente válido na formação da consciência liberal das pessoas. Tem essa preocupação de oferecer uma gama muito ampla de nomes para que o estudante tenha opção de leitura.

Campus — E com relação ao patrimônio da UnB?

Azevedo — A UnB aumentou o patrimônio substancialmente. Primeiro o plano imobiliário sofreu o abalo dos problemas econômicos do país. Nós vínhamos mantendo ao longo desta década de 70, uma construção da ordem de um a dois prédios de apartamentos por ano. Estes prédios de apartamentos, destinados a alugueis proveriam alguma renda para qualquer outro tipo de atividade. Nós queríamos,

"A UnB não tem nenhum problema financeiro. Se nos derem 5 milhões, não temos onde aplicar"

que ia acontecer no país. Foi a partir de 1969 que se mudaram a estrutura de vários cursos e quase 95% do quadro de professores foi contratado na década de 70 a 80. De 76 a 80 o esforço foi no sentido de completar fisicamente a instituição e equipá-la.

Campus — Como se deu a expansão da UnB?

Azevedo — Eu vou lhe dar números. A Universidade em 1969 devia ter qualquer coisa como 2.500 alunos, cerca de 2.000 funcionários e aproximadamente 300 professores. Tinha uma área física construída que seria 20% da área atualmente existente. O esforço de dar mais agilidade e eficiência à administração e ao ensino levou à economia de recursos. Então a

O que pensa e diz o reitor



José Carlos de Almeida Azevedo nasceu em 1932, na cidade de Salvador (BA), mas com um mês de idade seus pais se transferiram para São Paulo. Em 1950, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde morou até 1959. Os quatro anos seguintes foram dedicados a três mestradados no Instituto de Tecnologia de Massachussets (EUA) nas áreas de Engenharia Nuclear, Física e Engenharia e Arquitetura Naval, tendo posteriormente concluído um doutorado em Física De volta ao Brasil, foi Vice-Diretor do Instituto de Pesquisas da Marinha e Professor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. A partir de 1965, começou a manter contatos com a Universidade de Brasília, orientando teses e reorganizando o Departamento de Física. Em 1968, assumiu o cargo de Vice-Reitor da UnB, sendo considerado o homem forte do regime dentro da Universidade.

No dia 27 de agosto último, os repórteres Carlos Penna e Lavina Ribeiro e a fotógrafa Marta Alejarra entrevistaram o Reitor Azevedo durante três horas. O que se segue são os principais trechos do seu depoimento sobre os últimos 16 anos como dirigente desta Universidade.

Continua na página 5

E (agora) la nave va?

Fotos: Marta Alejarra

Continuação da página 4

naquela época, que o governo pagasse apenas o salário dos professores e dos funcionários, com isso nós adquiriríamos o que efetivamente se chama de autonomia universitária. Durante um certo tempo, o governo participou no funcionamento da Universidade com cerca de metade do capital que a Universidade dispndia anualmente. Isto até 1977. A partir daí, o aumento do custo de vida, do dólar, tudo isso trouxe esse embaraço.

Campus — O sr. traçaria um paralelo da UnB com as universidades estrangeiras?

Azevedo — Todas as universidades de formação latina estão sofrendo um desgaste acentuado a nível de funcionamento administrativo, com reflexo na estrutura de ensino e pesquisa.

As universidades italianas ficaram em greve por quase um ano...

Campus — E as brasileiras ficaram em greve durante meio ano...

Azevedo — E as dificuldades serão crescentes. As universidades têm uma vocação para produzir saber, ampliar os conhecimentos e transmitir e preservar a herança cultural. O que acontece é que a partir de pós-guerra, em particular, ficou no ar como sendo uma tese válida, que a pessoa que não tivesse um título acadêmico, seria uma espécie de pária da sociedade. As universidades cresceram desordenadamente, foi necessária a improvisação de professores, e com isso veio o abalo do sistema

"Se eu fizesse parte do Colégio Eleitoral, votaria no Paulo Maluf, sem a menor dúvida."

educacional de quase todos estes países por não ter dado resposta à demanda imposta por contingentes crescentes de estudantes de origem e de formação diversas. Passam por uma massificação com a conseqüente queda dos padrões de ensino.

Campus — Qual é o patrimônio da UnB?

Azevedo — A Universidade de Brasília recebeu no ato de sua criação 12 superquadras na Asa Norte. Nós só conseguimos a escritura destas superquadras por volta de 1974, mas eles entenderam que parte comercial não estava incluída na doação, e nós as perdemos. Nós aumentamos substancialmente a área da fazenda Água Limpa e valorizamos este patrimônio. A Universidade não tem nenhum problema financeiro; é a instituição cujo orçamento menos cresceu em comparação a todas as demais universidades (ano base de 1970). A UnB se dimensionou em função das suas necessidades e não dos recursos que teria obter. Se derem 5 milhões de dólares à UnB não teremos onde ap car.

Campus — E a destinação de verbas para os Departamentos?

Azevedo — Todo ano, na reunião última do Conselho de Administra-



ção, se faz uma pergunta que fica registrado em ata: "O que deixou de ser atendido em função das exigências reais das Unidades" (e que não dependa eventualmente de dólar, porque você tem o dinheiro, mas não tem autorização para comprar o dólar, então você fica preso à importação e sempre tem grandes dificuldades).

Campus — Em recente matéria, o Campus mostrou que vários Departamentos esgotam suas verbas antes do primeiro semestre...

Azevedo — Mas isto não é só da Universidade de Brasília. O orçamento inicial não leva em consideração o aumento salarial que vem em março, as suplementações que vêm no correr do ano. No fechamento do ano, ainda que o orçamento inicial tenha sido menos da metade do que a Universidade gastou, a UnB não deve um tostão na praça a quem quer que seja. A Universidade compra e paga à vista. Quando se chega no dia primeiro de janeiro, então se diz: bom, este ano nós vamos fazer isto e aquilo e aquilo outro. A medida em que se vai conseguindo dinheiro, com convênios, com suplementações e outras atividades, nós vamos atendendo. A UnB hoje tem uma posição financeira sólida.

Campus — (Explicamos então ao professor Azevedo que agora vamos falar de política. "Política?")

Azevedo — Já vi que é ela quem dá corda...

Campus — Não professor, as perguntas já vêm feitas.

Azevedo — E você já sabe quais são as respostas. (risos)

Campus — Como foi o seu relacionamento com a comunidade durante todos estes anos?

Azevedo — Há uma carta de Napoleão ao irmão dele em que ele fala o seguinte: "o dirigente que é elogiado no primeiro ano, é vaiado no segundo". Eu preferi não ser elogiado durante muito tempo, e contribuir de maneira distante e modesta para a consolidação da Universidade. E claro que, ao longo desse período todo, surgiram alguns abalos graves (a greve decorrente da expulsão de um certo número de alunos). Então eu respondo isto de uma maneira indireta: nunca nenhum aluno me ofendeu, nunca nenhum professor me ofendeu. E vice-versa: eu nunca ofendi nenhum aluno nem professor. Nunca ninguém quis sair correndo atrás de quem quer que seja, para dar uma monumental surra.

Campus — Será, professor? (risos)

Azevedo — Eu não me lembro disso. Essas coisas de reunir aí fora e ficar vaiando, isso faz parte. Então houve a greve da minha recondução em... Foi quando?

Campus — 1980.

Azevedo — Em 1980, 1980? E houve então esta greve de 1980 e finalmente estas greves começaram a ser de natureza mais reivindicatória e aí eu vou responder a pergunta de você que é de cunho político.



As greves que surgiram antes eram por fatos concretos: O Azevedo expulsou 33 alunos. Greve. Muito bem. Não queremos que o Azevedo continue. Estas são greves que eu considero válidas. Esta greve, por motivos evidentes (claro, ninguém gosta de ver seus companheiros expulsos e a solidariedade é um mecanismo quase inconsciente) foi uma greve institucional, como também a greve criada por causa da minha recondução. A função de quem administra uma instituição não é a de ser bonzinho, nem mauzinho. E fazer com que se cumpra a lei, ou seja, que haja da parte de todos os membros da comunidade acadêmica em relação aos demais, um clima de respeito. A Universidade não tem nada que se engajar com corrente política, do contrário ela vai para o espaço. Na medida em que ela se engaja a facções políticas ela está condenada ao insucesso. O objetivo que está por detrás dessa decantada e tão falada democratização é simplesmente o nivelamento cultural e ele só pode ser por baixo.

"O objetivo que está por detrás da falada democratização é o nivelamento, e ele só pode ser por baixo."

Campus — Nessas sucessivas crises das quais o sr. falou como a UnB vem garantindo sua autonomia?

Azevedo — Eu acho que quem chamou a polícia para a Universidade não fui eu e quem mandou a polícia embora também fui eu. Eu

posso lhe assegurar que estava garantindo a autonomia da UnB, porque a polícia não teria entrado aqui de maneira alguma se eu não quisesse.

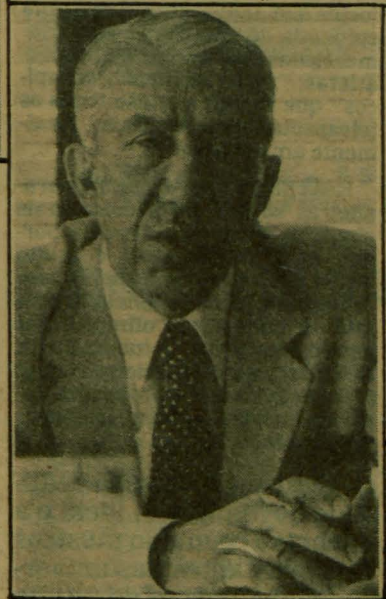
Campus — O que o sr acha de descentralizar a UnB?

Azevedo — Eu não acredito que haja uma instituição mais descentralizada do que esta. O que não quer dizer que o Reitor não tenha poder de veto sobre todas as decisões. Eu tenho poder de veto sobre todas as decisões da Universidade de Brasília, mas eu nunca vetei nada, eu nunca exerci o poder de veto.

Campus — A comunidade universitária votou uma lista sêxtupla. Por que ela não foi acatada?

Azevedo — Acontece que esta lista da comunidade não pode se sobrepor à vontade da lei. O que rege o país, na medida em que nós optamos por não ser tribo, optamos por ser uma nação, é a lei. A vontade das pessoas nem sempre se confunde com a vontade da maioria, a vontade da maioria é expressa pela lei.

Campus — Como é o seu diálogo com a comunidade universitária?



Azevedo — Essa questão do diálogo tem muita demagogia. Se eu for passar o dia inteiro perambulando pelo campus dialogando vai dar um angü do tamanho do mundo. Primeiro, porque eu não vou trabalhar, e assim não posso assinar papel, não assinando papel, a Universidade não funciona.

Campus — O ensino não fica prejudicado com essas sucessivas greves decorrentes da ausência de diálogo?

Azevedo — Em primeiro lugar, eu nunca fiz greve. E preciso que as pessoas que fazem greves digam as razões porque elas fazem greves. Por que surgiu a última greve? Disseram para mim, "a lista é essa", em segundo lugar eu sou um voto, eu não posso assumir a responsabilidade pelo comportamento de pessoas livres.

Campus — Qual a influência da greve neste processo sucessório?

Azevedo — Nenhuma.

Campus — A greve não foi uma vitória, na medida em que o seu nome não constou na lista sêxtupla do Colégio Eleitoral Especial?

Azevedo — Se eu quisesse colocar o meu nome na lista, eu o teria colocado. Vocês sabem perfeitamente que a reitoria botou nesta

lista nomes que não foram aqueles escolhidos pela comunidade e, se não fosse a presença do professor Fausto Alvim, não teria entrado nenhum dos nomes da comunidade. O resultado prático da greve foi prejuízo para os estudantes. Eu recebi do Conselho Diretor da UnB uma lista que tinha um determinado número de nomes e me foi dito para trabalhar esses nomes para que eles sejam aprovados. E eu disse que não queria meu nome no meio.

Campus — Qual é a sua utopia a nível de Universidade?

Azevedo — A Universidade de Brasília tem uma única destinação, ou seja, a de ser o centro formador, por excelência, de recursos humanos para o país. Universidade boa significa professores competentes, e alunos também.

Campus — A nível do quadro sucessório nacional, o sr. é Tancredo, Maluf ou Só-Diretas?

Azevedo — O Dr. Tancredo Neves, que eu conheço pessoalmente, e tenho por ele grande admiração, tem muita vinculação com a administração passada. Eu nunca respondi a perguntas políticas e só o faço, em parte pela insistência e porque estou deixando a Universidade. Eu acho que o Paulo Maluf representa uma dinâmica nova na vida brasileira. E um homem que vem da área empresarial. Este país precisa se modernizar, e nesse processo ninguém melhor do que uma pessoa que sabe como essas coisas são feitas. Ele tem atributos, grandes virtudes, é um homem inegavelmente competente, um homem culto. Se eu fizesse parte do Colégio Eleitoral eu votaria no Paulo Maluf, sem a menor dúvida.

Campus — Na caça aos votos, o sr. acha que os fins justificam os meios com os quais trabalha o sersr. Paulo Maluf?

Azevedo — falam tanta coisa e não provam nada. No momento em

Nicolau El Moor



que trouxeram uma comprovação de que ele age de uma maneira, não digo nem ilegal, antiética, essas coisas ganham foro de verdade, mas ninguém prova nada. A pior coisa que pode existir para uma pessoa é ser preconceituosa.

Campus — O que o Sr. vai fazer quando sair daqui?

Azevedo — Vocês estão numa ansiedade... (risos). Eu não tenho grandes problemas. Eu sou conselheiro do Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais Comparados da Universidade de Georgetown (EUA), é um emprego que eu posso contemplar.

**MURO, MELO,
ESPAÇO ETC...**

Briga de quadrilhas

Quando vejo de um lado Tancredo, Sarney e Antônio Carlos Magalhães e, de outro, Maluf, Delfim e Roberto Campos, disputando o poder, concluo: Esta é uma briga de quadrilhas... (Márcio Araújo)

Ufanismo nota 10 televisado em rede

Durante as Olimpíadas de Los Angeles pudemos presenciar dois espetáculos raros em beleza, precisão, eficiência e outros aspectos. O primeiro, sem dúvida os Jogos Olímpicos de L.A., onde os atletas mostraram suas habilidades e seu esforço em busca da fama e, no caso dos vencedores, da fortuna. O ideal olímpico não foi afinal, de todo, deixado de lado. Em síntese, uma festa do esporte digna de ser vista por milhões de telespectadores de todo o mundo, que acompanharam — sem dúvida — com interesse.

São alguns desses milhões de telespectadores que nos levam ao segundo espetáculo, a quem me referia antes: a transmissão dos Jogos Olímpicos pelas emissoras de televisão brasileiras. Sem a menor hesitação pode-se afirmar que foi um trabalho bonito e tecnicamente perfeito, mas o que interessa é analisar mais detidamente a participação dos profissionais que fizeram a transmissão para o Brasil, ou seja, os brasileiros.

Lógico que os atletas brasileiros fizeram o possível dentro das modalidades em que competiram, sendo que alguns atletas foram até ao pódio e trouxeram para o Brasil as tão suadas e cobçadas medalhas olímpicas. Mas es-

sas medalhas não justificam essa epidemia ufanista que se alastrou pelos profissionais de televisão que participavam das transmissões. Além das tradicionais mancadadas, que já nos habituamos a ver e ouvir, tivemos de agüentar as frases mais idiotas dos últimos cinco ou 10 anos, como estas, de locutores globais: "Ricardo, provoque um auê, covardia não combina com você"; "Mais uma vez a história do menino pobre que se supera..."

E a cada passo de um atleta brasileiro rumo às finais olímpicas as crises apareciam, e mais fortes que antes. Em síntese uma epidemia de ufanismo e eudeusamento dos nossos "heróis, super-atletas; super-homens olímpicos" que irritou a quase todos os telespectadores do País. Realmente uma chatice.

Essa participação das TVs brasileiras só não foi a coisa mais chata do vídeo em Brasília porque a produção local é muito difícil de se deixar vencer em matéria de incompetência. O prêmio de mais chato olímpico vai para o programa "A turma da tia Leninha", da TV Nacional, canal 3. Aliás, o nome do programa deveria ser "Eu e o Meu Umbigo". (Cid Furtado Filho)

II Encontro Musical do Centro-Oeste será realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro. A idéia e a concretização de um encontro reunindo músicos da nossa região partiram dos representantes das universidades do Centro-Oeste, quando participaram do último encontro promovido pelo Projeto Universidade da Funarte, ano passado. Os interessados em participar do Encontro, patrocinado pela Universidade Católica de Goiás, podem obter maiores informações ao Serviço de Apoio Cultural do DAC.

Adeus, Professor Ottoni

Brasília parece que ficou mais triste. Ela perdeu, no último dia 27, um dos seus maiores jornalistas, Antônio Ottoni Filho, ou "Velhinho", como era carinhosamente chamado por seus amigos e colegas de trabalho. "Velhinho" morreu vítima de um enfarte, aos 58 anos, pegando a todos de surpresa, pois nunca apresentou nenhum sinal de doença ou mesmo desânimo para a vida e para o trabalho. Ottoni, ou "seu" Antônio, como eu carinhosamente o chamava, apesar de nunca ter frequentado uma universidade foi "professor" de todos os repórteres ou redatores que trabalharam com ele nos três jornais da cidade. Porém, o seu maior ensinamento foi a sua vontade de viver e de trabalhar para o aperfeiçoamento do jornalismo da cidade e, principalmente do jornalismo esportivo, do qual fazia parte. Antônio Ottoni deixou aqui na terra "milhares" de filhos, pois foi assim que todos os seus amigos se sentiram, como se tivessem perdido um pai. Essa amizade ficou comprovada pelas centenas de pessoas que compareceram ao seu sepultamento, inconformadas com a perda. "Velhinho" deixou muita saudade no coração dos amigos e parentes, mas deixou também muitas boas lembranças da sua alegria e da sua juventude. A cidade realmente ficou mais triste. (Jurema Campos)

mento foi a sua vontade de viver e de trabalhar para o aperfeiçoamento do jornalismo da cidade e, principalmente do jornalismo esportivo, do qual fazia parte. Antônio Ottoni deixou aqui na terra "milhares" de filhos, pois foi assim que todos os seus amigos se sentiram, como se tivessem perdido um pai. Essa amizade ficou comprovada pelas centenas de pessoas que compareceram ao seu sepultamento, inconformadas com a perda. "Velhinho" deixou muita saudade no coração dos amigos e parentes, mas deixou também muitas boas lembranças da sua alegria e da sua juventude. A cidade realmente ficou mais triste. (Jurema Campos)

Eu malufu; tu malufas; ele malufa; nós malufamos; vós malufais; eles malufam. Um novo verbo apareceu no léxico político brasileiro. Conjugado insistentemente nas últimas semanas por políticos de diversas tendências, ninguém sabe ao certo ainda quantas possibilidades de construção o novo vocábulo permite.

Alguns exemplos, entretanto, já são conhecidos: há os que, malufando ideologicamente, malufam na extrema direita, como o ministro Octávio Medeiros do SNI e a comunidade de informações. Há os que, não tão radicais, malufam na direita, como o general Golbery do Couto e Silva, e alguns empresários de vulto como o deputado Albano Franco de Alagoas. Há quem diga, inclusive, que existem ainda os que malufam pela esquerda, como é o caso do governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, e alguns parlamentares ligados ao grupo Só Diretas.

O exemplo dos malufistas esquerdistas é, sem dúvida, o mais interessante. O exemplo do governador Amin é bastante elucidativo: defensor intransigente das diretas já, provável companheiro de palanques de Luís Inácio Lula da Silva, consegue ao mesmo tempo ter, em seu vice, Vitor Fontana, o coordenador do grupo malufista em seu Estado e, na pessoa de seu secretário da Agricultura e herdeiro presumido, um dos principais expoentes do malufismo local.

Provavelmente animados com a profissão de fé "centro-esquerda" do deputado Paulo Maluf, o governador Amin e seus companheiros ligados ao Só Diretas acreditam na possibilidade de

manter posições de esquerda e, ao mesmo tempo trabalhar em favor da candidatura de seu líder, ampliando as dissidências na candidatura oposicionista. É um lance arriscado, e de futuro incerto, mas que, até agora, vem fornecendo um bom alibi aos cristãos novos da esquerda nacional.

Voltando aos exercícios gramaticais, existem os que malufam economicamente, vencidos pelos não tão sutis métodos de aliciamento do deputado paulista. Empolgados com os dotes musicais de Paulo Maluf, malufam musicalmente os deputados Agnaldo Timóteo (PDT-RJ) e Moacir Franco (PTB-SP). Caso à parte, são os malufistas emocionais. Estes se dividem em duas linhas principais. De um lado, os exarcebados como o deputado Amaral Neto (PDS-RJ) ou o pedessista cearense Harold Sanford, que fazem questão de bradar aos quatro cantos seu amor e paixão ao líder paulista. No outro lado, situam-se os seduzidos pelos mimos e carinhos do ex-governador. Aqueles que durante anos receberam rosas enviadas pelo governo de São Paulo ou os que, como o deputado Brabo de Carvalho (PMDB-PA), sensibilizaram-se com o carinho e desvelo com que Paulo Maluf guardou seu leito de doente.

Nada mais instigante, todavia, que as conjugações do verbo na imprensa e nos meios de comunicação do País. A coordenadoria da campanha Maluf deu e dá extrema importância ao estratégico controle dos meios de comunicação, empenhada em que está em difundir o uso do novo vocabulário.

Alguns lances deste jogo já são conhecidos. Na casa do jornalista

Roberto Marinho, a nova gramática não foi entendida. Empenhado a tempos com a candidatura aureliana e embalado pelos eflúvios do guru Armando Falcão, Marinho mudou-se com armas e bagagens para a campanha Tancredo Neves. Só foi precedido pelo aristocrático O Estado de S. Paulo, inimigo mortal do deputado desde os tempos da prefeitura de São Paulo. Ainda no Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil, depois de semanas de uso constante, aos poucos começa a reconhecer a inutilidade do verbo malufar.

Também em São Paulo, e segundo palavras do próprio general Golbery na convenção do PDS — "com o Otávio Frias já está tudo conversado" —, o jornal das diretas, a democrática Folha de S. Paulo, aferra-se a um intransigente malufismo de esquerda. Neste aspecto, as conjugações da Folha aproxima-se da peculiar maneira que o governador Amin encontrou para conjugar o vocabulário. Contudo, talvez assustada com as pesquisas de opinião que conferem a Tancredo Neves uma avassaladora maioria na opinião pública, aos poucos o rosto do candidato oposicionista volta a aparecer em suas páginas.

Ao deputado paulista restou ainda a solidariedade do esfuizante Silvío Santos e de seus patrícios da TV Capital e da Rede Bandeirantes. As organizações Block aguardam o melhor momento para sair ao sol enquanto que, em Brasília, o Jornal de Brasília e o CORREIO BRAZILIENSE — desde há tempos embrionados de um diário oficial do malufismo — seguem a todo pano na tarefa de difundir a nova gramática. (Rodrigo Mesquita)

FOTOGRAFIA

Reunidos em comissões que pretendemos sejam canais de participação efetiva por parte dos moradores do CO, nós, a nova diretoria da Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil (AMAE), estamos empenhados em um trabalho o mais descentralizado possível. Esses esforços têm como linha mestra a integração não só entre os ceolinos, mas também entre a comunidade aqui do alojamento e a universidade no todo. Neste sentido, estamos reunidos nos mais diversos empreendimentos: esportivos (cursos de xadrez, capoeira, musculação, natação, futebol e campeonatos), artístico-culturais (cine-foto-videoclube, biblioteca alternativa, festa, musicais e exposição em geral), políticos (fórum de debates) e o famoso etcetera e tal. (Diretoria da AMAE)

ALOJAMENTO

A turma de Fotografia 1 do Departamento de Comunicação vai realizar, entre os próximos dias 17 e 30, uma exposição no salão da Biblioteca Central da UnB. A exposição será composta pelos trabalhos realizados durante uma viagem a Goiás Velho, dentro do programa do curso. Os expositores são William Santiago, Pedro Laplace, Kátia Turra, Jurema Campos, Selma Regina, Armando Sá Fortes, Nicolau El-Mooz, Milton Cintra Filho e Fernando de Freitas. A coordenação é da professora Luiza Venturelli. A exposição conta com o apoio do Júnior Cine Foto e a promoção do COM/DEX-UnB. (Jurema Campos)

Eu pauto, tu pautas...

Vocês sabem conjugar o "verbo" pautar? Vamos conjugar-lo? Eu pauto, tu pautas, ele pautar. E nós? Nós pautamos o jornal antes de sair à luta pelas matérias. Uma confusão tremenda que, depois, dá naquilo que já conhecemos: um bem elaborado Campus. Mas... a tal da pauta é inimiga de

todas editoriais, menos da nossa (a de UnB). E, sabem a razão? As nossas queridas editoriais, oh, hoje, resumida a uma, a Lavina. Não há problemas, pois todos os participantes da editoria são verdadeiros "filhos da pauta". Parabéns, querida editora, Você é um doce de mel. (Carlos A. Dutra)

Campus

Jornal - laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Editor chefe: Prof. Murilo César Ramos. Chefe de Reportagem: Profª Arcelina Helena Publio Dias. Editor de Fotografia: Profª Luiza Venturelli. Diagramação: Profª Maria Rita Leal.

Editores: Guilherme Soares (Opinião e Diagramação); Lavina Ribeiro (UnB); Leda Maria da Sampaio (Nacional/Economia); Aparecida Timboni (Nacional/Política); Diogo Neto e Rosane Reis (Comunidade); Heloisa Helena Vieira e Maria Amélia Bezerra (Internacional); Marta Cristina Bezerra e Walcymara Santiago (Ciência).

Redação: Adalberto Passos, Afonso Cozzolino, Ana Cristina Alves, Ana Cristina Dias, Benedito Eustáquio, Carlos Alberto de Carvalho, Carlos

Augusto de Amorim Dutra, Carlos Penna, Cid Furtado Filho, Cid Queiroz, Denize de Roure, Dinalva Ferreira, Jair Barbosa Júnior, Josué Benítez, Luiz Carlos Queiroz, Márcio Araújo, Maria de Lourdes Tavares, Maria Cristina Martins, Silvana de Freitas, Thais Bastos.

Encarte Cultural: Anand Rao e Jurema Campos (Editores); Cid Furtado Filho, Lillian Mandel, Marta Crisóstomo, Nevinho Alarcão, Rejane Pretti e Ulisses Lacava (Repórteres); Luiza Venturelli, Cátia Turra, Moreira Mariz, Marcelo Villares Coelho, Pedro Sérgio Coe, Reinaldo Freitas e Milton (Fotos/Capa).

Fotografia: Marta Alejarra, Nicolau El-Moor e Rodrigo Mesquita.

Laboratorista: Jeová Xangó. Ilustrações: Peninha, Siroba e Edson e Jairo Cesar.

Perdão: leitor!

O *Campus* circula neste complicado final de semestre com algum atraso, trazendo em seu conteúdo provavelmente uma série de notícias e reportagens defasadas, sem a atualidade que a periodicidade quinzenal exige. Por isso, pedimos perdão aos nossos leitores, na certeza que todos compreenderão as circunstâncias que nos levaram a editar um jornal em tais condições. Afinal, tivemos um semestre completamente atípico, repleto de emoções, esperanças e frustrações, dominado pela luta desencadeada por professores e alunos pela eleição de um reitor representativo da comunidade universitária.

Para nós, no entanto, o mais importante foi, nas duas semanas que perfizeram o período de reposição de aulas, termos tido a disposição de produzir o jornal, cumprindo assim — apesar do tempo exíguo — o compromisso de editarmos seis números do *Campus* no semes-

tre. A fim de conseguirmos esse objetivo, estamos fazendo chegar às mãos dos nossos leitores uma edição especial de 24 páginas, quando o normal seria apresentarmos duas edições de 12 páginas. Foi a solução encontrada para, dentro do período de reposição dado, cumprirmos o programa original dos cursos que dão vida ao jornal.

De qualquer forma, estamos satisfeitos com o nosso trabalho. Se por um lado, essa luta insana pela democratização da vida universitária, muitas vezes canalizada através de greves e paralisações, acaba provocando prejuízos acadêmicos consideráveis, por outro tema a convicção de que jamais conseguiremos melhorar a sociedade em que vivemos se não nos dispusermos a sacrifícios dessa ordem. É duro interromper um semestre, para retomá-lo quase dois meses depois. Mas nem isto impediu o *Campus* de circular, trazendo em seu

bojo não só um relato completo do que aconteceu durante a greve, como também matérias de interesse para a comunidade, a exemplo do dossiê sobre a indústria bélica e tantas outras. Realizamos também a velha aspiração de encartar no *Campus* um suplemento cultural.

Assim, acreditamos que o dever maior de informar foi cumprido, apesar das dificuldades. Outro semestre já está começando. Muitos de nós despedem-se do *Campus* e do campus, para mergulhar na dura luta por um lugar na vida profissional, nesses tempos de crise. Outros, porém, permanecem na redação para mais um período para, ao lado dos colegas que chegam, continuar a fazer este jornal, que é ao mesmo tempo veículo e laboratório, meio de aprendizagem e de discussão de questões que sejam do interesse da comunidade universitária da UnB. (A Redação)

Fotos: Arquivo

MURO, MEIO, ESPAÇO ETC...



E o DCE, como é que fica?

Depois de passar por um semestre turbulento como este, com uma greve contra as medidas de emergência e outra pela aprovação da lista sêxtupla eleita por estudantes e professores, pouca gente parou e se deu conta de que não existiu DCE durante esse tempo.

As eleições para o DCE, que deveriam se realizar em novembro do ano passado, foram adiadas para abril deste ano, mas não se obteve quorum suficiente (faltaram 180 votos). A chapa única não pôde ser empossada, apesar dos 2.045 votos obtidos. Logo em seguida começaram as movimentações pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, a greve

contra as medidas de emergência, a preparação e realização do Congresso Universitário e logo a eleição da lista sêxtupla para reitor e a greve. Como não havia uma diretoria para o DCE, alguns alunos da chapa não empossada tomaram para si a tarefa de organizar e encaminhar o movimento.

Talvez fosse bom fazer uma reflexão sobre a singularidade desse semestre: como qualificar a atitude das pessoas que assumiram a tarefa de desempenhar o papel de DCE sem estar eleitos? Interventores? Oportunistas? Conscientes? Loucos? Além disso, como explicar que a entidade representativa dos estudantes

não existe desde novembro de 83? Foi falta de tempo? Descaso? O DCE fez falta? Foi desnecessário?

Segundo Agmar, "assumir as funções de DCE foi uma consequência da minha visão pessoal da necessidade de transformação da sociedade e da universidade". Por sua atuação durante o semestre, ele é identificado como o presidente do DCE.

E se não fosse ele, alguém mais assumiria esse papel? E se ninguém o fizesse, seria o caos total ou surgiram novas formas de encaminhar o movimento estudantil? Fecho o parêntese sem ter as respostas, mas achando que valeu a reflexão. (Thaís Bastos)

“Matilde”: nosso asilo perde mais um membro

Faleceu na manhã do dia 30 de agosto último uma das mais antigas câmeras de TV ainda em atividade no mundo, a “Matilde”, como era carinhosamente chamada pelos alunos do Departamento de Comunicação. A tristeza e o pesar tomaram conta do estúdio-asilo da Comunicação por volta das 8h30 daquela manhã fatídica, quando o citado aparelho começou a dar sinais de acentuada debilidade eletrônica, vindo a falecer minutos depois, num grande estouro. “Matilde”, também conhecida como “Nº 1”, era ambicionada por museólogos e arqueólogos do mundo inteiro, por ser, juntamente com sua irmã-gêmea “Clotilde”, a última remanescente dos tempos pioneiros da televisão a vapor ainda em funcionamento, resistindo bravamente

há 15 anos, de desgastes contínuos. “Clotilde”, inconsolável, pode seguir pelo mesmo caminho se não for aposentada a tempo, principalmente agora, que o estúdio-asilo está às escuras depois de ter queimado sua última lâmpada. A situação é grave, e nos leva a refletir: que estamos fazendo com nossos velhos? Não será hora de proporcionar o merecido descanso a desdentados mimeógrafos, aparelhos de medição senis e demais equipamentos espalhados por todo o campus, invariavelmente em adiantado estágio de esclerose? Onde estão as novas gerações, que deveriam ser paridas dos impostos que pagamos? Nossos pêsames à “Clotilde” e a todos os estudantes da UnB.

Cid e Ulisses)

Desta vez começa tudo outra vez

Este final de semestre mais parece um filme de Júlio Bressane. Um semestre sem fim e sem motivo, como as tomadas exaustivamente longas de estradas vazias, minutos inteiros de coisa alguma, características do cineasta semimarginal. Cenas de antipoesia, que só incomodam quando nos obrigam a vê-las, porque estão no cotidiano coletivo permanentemente misturadas à paisagem, ninguém as nota. Ninguém se importa. Cenas que lembram muito a UnB, falácia tão ou mais surrealista que qualquer filme, um conto de fadas sem final feliz. Ao espectador, diante do tédio repetido, só é permitido levantar e sair na metade da sessão. (Ulisses Lacava)

Surto de pólio arrasa movimento estudantil

Entre aplausos, vaias, manobras e conduções de nossa “massa estudantil”, chegamos ao final de mais uma greve. Foram dois meses e tanto de paralisação, ou seria melhor dizer paralisa infantil. Sim. Poliomielite. Esta foi a única expressão que consegui encontrar para definir as atividades estudantis que ocorreram, no período de greve, sob o comando de nossos tão insignes — ou seriam insignificantes? — “líderes”.

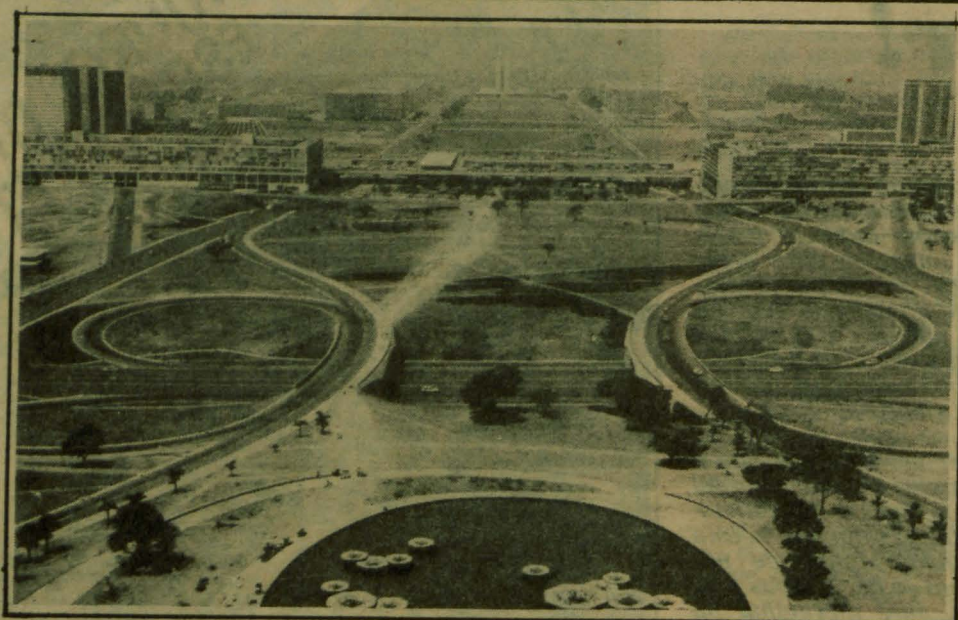
Durante a greve, o corpo discente e o corpo docente — ou seria melhor dizer

corpo indecente? — de nossa universidade faziam campanha junto aos membros do Colégio Eleitoral para a eleição, na íntegra, da lista elaborada pela comunidade universitária.

Depois da derrota no Colégio Eleitoral Especial da UnB — ou seria eleitoreiro “UnBesta”? — veio à minha mente aquela palavra tantas vezes citada no movimento estudantil — aliás em todo País — e que por sinal fica tão bem na boca dos nossos “insignificantes líderes”: DEMOCRACIA. (Cid Furtado Filho)



ARQUITETO FALA SOBRE BRASÍLIA:



O Plano Piloto, um termo técnico que deu nome à área principal da cidade, está sendo desfigurado em relação às propostas iniciais de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. De acordo com o presidente do Departamento de Brasília do Instituto dos Arquitetos do Brasil, o professor da UnB, José Carlos Coutinho, Brasília já não pode mais prever e tentar organizar o seu futuro: "A cidade, que começou a ser construída com centralismo, mas com visão, conservou apenas o centralismo e perdeu a visão do seu futuro, perdeu certas intenções culturais, artísticas e sociais que possuía por parte de seus autores".

Coutinho fala, na entrevista ao Campus, das intenções originais do projeto dos dois arquitetos e enumera os desvios que estão transformando Brasília em mais uma das insustentáveis cidades brasileiras.

Campus: A arquitetura da cidade está deturpada em relação ao seu plano original?

Coutinho: Não propriamente a arquitetura, mas a cidade como um todo. Brasília foi feita segundo uma intenção, um plano simples e precário, se considerado à luz da realidade de hoje. Já se passaram 28 anos e ele naturalmente não poderia prever tudo o que iria acontecer nesse tempo, como a crise de combustíveis, que alterou uma série de conceitos e de idéias sobre a cidade, como os deslocamentos nela necessários. Nem a "gloriosa", em 64, poderia ser revista, o que modificou as relações políticas e sociais, jogando o País neste buraco em que se encontra. A cidade, que começou a ser construída com centralismo, mas com visão, conservou apenas o centralismo e perdeu a visão de seu futuro, perdeu certas intenções culturais, artísticas e sociais que possuía por parte de seus autores.

Campus: Como foi a evolução das cidades-satélites desde o plano original?

Coutinho: A idéia inicial era de que, atingidos os 500 mil habitantes para os quais foi proposta a cidade, se construísse cidades na periferia, que fossem realmente satélites, ou seja, que tivessem certo grau de dependência da cidade principal, mas também

Plano Piloto, 28 anos depois

que tivessem autonomia em relação a suas necessidades cotidianas. E que tivessem, principalmente, uma qualidade de vida equivalente à da população do Plano Piloto. As cidades-satélites, portanto, não significavam uma degradação da qualidade de vida. Eram uma alternativa para o crescimento do Plano Piloto. O que se viu foi que elas surgiram antes de se completar o Plano Piloto e por força de uma estratificação social e econômica que se produziu na cidade, algo absolutamente coerente com o que acontece no restante das cidades brasileiras — as concentrações de renda que correspondem às concentrações que se dão na estrutura social.

Campus: Como você vê a tendência dos habitantes de Brasília em reformarem as fachadas das casas e dos apartamentos?

Coutinho: É um fenômeno que precisa realmente ser interpretado. Uma das interpretações pode ser de que isso represente um protesto, uma contestação à uniformidade, com cada pessoa buscando sua própria identidade através de expressões pessoais de sua maneira de morar. Outra hipótese seria de que o culto do individualismo está muito arraigado no brasileiro e que, se algumas soluções no que tendem para formas coletivas são possíveis em outros países, aqui enfrentam resistência no individualismo exacerbado, que é cultivado pelo Sistema. Mas esse não é um dos piores problemas na modificação da paisagem da cidade.

Campus: E quais são esses problemas?

Coutinho: São, por exemplo, as novas projeções dentro das quadras, com a finalidade exclusiva de lucro, ou o aumento do gabarito dos edifícios, sem nenhum respeito pela paisagem, como é o caso do hotel que está sendo construído à beira do Lago. E tudo isso com a conivência do Poder Público, que por ação,

ou omissão, acaba favorecendo as modificações na paisagem e estrutura da cidade. Mas um dos maiores problemas, a meu ver, é a privatização de áreas verdes. Isso é realizado pelo proprietário privado, que amplia o seu patrimônio às custas do patrimônio público. A apropriação da orla do Lago pelos clubes e outro problema, expulsando o povo daquilo que deveria ser de seu direito natural, porque eles posteriormente terão que pagar altas quantias para frequentar aquela área. A expansão das cidades-satélites até as cidades de Goiás e outra deturpação da idéia inicial. Nunca o plano de Brasília pretendia que as pessoas morassem tão distantes, e em condições tão precárias, de seus locais de trabalho, de lazer, etc.

Campus: E quanto ao lazer na cidade?

Coutinho: Brasília é uma cidade que tem um potencial de lazer nem sempre devidamente explorado. Talvez não tenha um lazer de portas fechadas, de boates e restaurantes, mas é uma cidade muito bem equipada no que se refere a clubes, apesar de faltarem clubes populares. Ela tem um riquíssimo potencial de lazer na sua paisagem natural, um parque recreativo e um centro esportivo muito bem equipado.

Campus: Como você vê a questão do Parque da Cidade?

Coutinho: O Parque foi construído sem consulta à população, numa decisão arbitrária do governador da época, que achou que Brasília não tinha lazer. Mas ao invés de fazer esse lazer junto ao Lago, que é um manancial natural para essa finalidade, se construiu o Parque, usando recursos enormes. Afinal, ele está lá, com aquela área preservada da especulação imobiliária. Mas é preciso se dar alguma destinação a ele, possibilidades de lazer que só eventualmente ocorrem lá. (Rosane Reis e Diogo Neto)

FUNCEP reabre neste mês o Clube do Servidor

Pode um clube de 100 mil metros quadrados, com 7 piscinas, 13 quadras esportivas, parques, salões, restaurantes e várias outras instalações falir? Tanto pode que aconteceu, aqui mesmo em Brasília. Trata-se do Clube do Servidor Público Civil, conhecido como ASCB. Inaugurado em 1976, ele sempre foi considerado um dos melhores clubes da cidade. Entretanto, por problemas administrativos, em maio último foi fechado e após uma grande guerra para se saber quem ficava com as suas instalações, decidiu-se: o clube passou para a Funcep — Fundação Centro de Formação do Servidor Público — que o está reformando e vai reinaugurá-lo no dia 7 de setembro.

A administração anterior, sob a responsabilidade da ASCB — Associação dos Servidores Cívicos do Brasil — durou oito anos. Nos seis anos iniciais, tudo correu sem problemas. Entretanto, a partir de 1982, as verbas concedidas pela Seplan para a manutenção do clube começaram a ser cortadas e ele entrou em decadência: dos seus 15 mil sócios, apenas cerca de 2 mil continuaram ligados ao clube. Há quatro meses, quando o DASP — proprietário oficial do clube — recebeu de volta as suas instalações, o estado geral do ASCB era deplorável. Tudo estava destruído: as instalações sanitárias foram arrancadas, as piscinas racharam, o mato cresceu dentro das quadras esportivas e até a cozinha do clube ficou parcialmente danificada, totalizando um prejuízo de 1 bilhão de cruzeiros.

Começou, então, o impasse: ninguém queria assumir um clube nessas condições. Finalmente, há pouco mais de dois meses, a Funcep se responsabilizou por ele e começou a reformá-lo.

Para esta obra, estão sendo utilizados apenas os recursos da Funcep, ou seja, cerca de setenta funcionários e pouca verba. O projeto de restauração, por isso mesmo, é bastante simples e basicamente está procurando adaptar o clube às necessidades de seus associados e à realidade do Brasil hoje: um momento de crise, onde o luxo e gastos superfluos são dispensáveis.

A reforma inclui a limpeza geral das instalações, o conserto das piscinas, a transformação, a longo prazo, da piscina de saltos ornamentais em boate e da garagem de barcos em restaurante, a instalação de uma pista de bicicross e de um minicircuito e a construção de novas quadras, além da restauração das antigas. A diretoria do clube pretende ainda diversificar as suas atividades, tanto que até um departamento de turismo está sendo estruturado para oferecer excursões aos associados.

No dia sete de setembro o clube será reinaugurado com uma grande festa aberta a todos os servidores públicos de Brasília. Nela, não faltarão regatas, demonstrações de pára-quedismo, apresentações de grupos musicais e de dança, gincanas, e vários torneios. Segundo o presidente do clube, Jackson Guedes, o servidor público de Brasília tem a necessidade de um clube completo e certamente se esquecerá do passado do ASCB e retornará à antiga casa, como se nada tivesse acontecido. (C. Alberto Afonso)

A "crise" do ParkShopping: falência ou elitização?

O clima de euforia verificado na inauguração do ParkShopping, quando convidados selecionados disputavam espaço no luxuoso interior do centro comercial ao lado da presença mais ilustre — Presidente João Figueiredo — foi, nove meses depois, substituído por ceticismo em relação ao sucesso do Shopping. Amplos estacionamento vazios, lojas com vendas acanhadas e público reduzidíssimo fazem hoje o dia-a-dia do centro comercial que se constitui na metragem mais cara da América Latina.

As causas da demorada assimilação do Shopping pela população, além da crise econômica, podem ser atribuídas aos preços elevados das mercadorias aliadas ao difícil acesso ao local. Para a Administração do Shopping, o fantasma das lojas vazias deve ser encarado como etapa de um processo normal de estabilização de todo empreendimento neste tipo.

LOJISTAS

Alguns lojistas não têm uma visão otimista do empreendimento e, diante do alto custo das instalações e das baixas vendas, estão trocando a fantasia de um futuro grande negócio por uma opção de retorno mais imediato. Várias lojas têm sido fechadas, principalmente as de pequeno porte. Dolacy Salmora, proprietária de uma boutique na CLS 206, fechou em abril a filial no ParkShopping. Segundo ela, "as pessoas procuram o ParkShopping como um ponto de lazer e não de compras".

Não são apenas os aluguéis elevados — reajustados trimestralmente — as principais queixas dos comerciantes do ParkShopping. Segundo proprietária de uma loja de médio porte, a monumentalidade das promoções do Shopping exige contribuições mensais elevadíssimas. Embora concorde com um calendário de evento como forma de atrair público, acredita que estes poderiam ser mais modestos e afirma que as decisões sobre a realização de uma ou outra promoção são centralizadas na Administração do Shopping, sem que haja condições de intervenção por parte dos lojistas.

ELITIZAÇÃO

Há também quem acredite no sucesso do ParkShopping. No lugar da boutique Dolacy, funciona hoje a DIMPUS, confecção carioca de produção limitada. A COMPANYY, uma confecção na mesma linha da DIMPUS, promete para setembro a abertura de uma filial no ParkShopping.

A situação do Shopping não se enquadraria num quadro de falência. O que parece estar ocorrendo é uma lenta confirmação da presença de lojas de opção elitizada em substituição a lojas menores. De qualquer forma, o número de pessoas que vão diariamente ao Shopping ainda é muito distante da ambiciosa meta de 50 mil, revelada aos lojistas em pesquisa feita pela empresa construtora na época dos acertos de instalação. Como no dia da inauguração, o povo parece definitivamente destinado a permanecer fora de luxuosas galerias do ParkShopping. (Silvana de Freitas e Marina Maria)

Sexta-feira, 18:30 h. Setores de diversões sul e norte, principalmente a área que compreende a plataforma superior da rodoviária, CNB (Conjunto Nacional Brasília) e CONIC. A movimentação de carros e pedestres é intensa. Esse é o momento em que as pessoas, em grande parte funcionários públicos, estão saindo do trabalho e se dirigindo para suas residências. A paquera nesses locais é uma constante, só que não é a paquera da qual se costuma ouvir, falar e praticar. São homens em um mundo pouco feminino, chamados "michês", vulgarmente conhecidos como prostitutos.

Michê, a face oculta do Machismo

É uma verdadeira vitrine com vida. A mercadoria está à mostra, passeando pelas calçadas. No entanto o mercado é livre e o cliente barganha para conseguir o seu preço. São os denominados "bofes" ou "peixes", na linguagem comumente utilizada pelas pessoas que frequentam o local. Estão na "caça" de um programa, procurando um companheiro para a noite: uma mercadoria.

Os "produtos" à venda são os mais diversificados possíveis, em todos os modelos e para todos os gostos: loiros, altos, morenos, baixos, felos e bonitos; qualquer combinação é possível. Eles vêm das classes sociais menos abastadas e moram geralmente nas cidades-satélites. Afluem para esses locais no intuito de "descolar um extra", mas muitos acabam tendo prazer em realizar tal "metier" e permanecem nessa vida vários anos.

A prostituição masculina já se tornou tolerada e até absorvida pela sociedade. Os jornais das grandes cidades estampam diariamente classificados onde se oferecem os mais diversos serviços de acompanhantes e de massagistas, com atendimento no local da firma, em hotéis ou a domicílio. E os preços para esse tipo de "encontro" são os mais variados possíveis e são definidos em função do tipo de programa. Percebe-se que esse é um mercado em plena expansão pois a cada dia aparecem um maior número de anúncios e cresce a quantidade de publicações especializadas na área.

Estudos já foram feitos sobre o assunto, existindo várias classificações de "michê". Nos Estados Unidos, Ross criou três categorias: os de rua; os de bares e os que atendem pelo telefone. Simon Raven, na Inglaterra, foi mais longe e criou cinco: soldados ocasionais (forças armadas); jovens com empregos mais refinados, mas que querem ganhar mais; jovens com subempregos; jovens "malandros" e profissionais "full time". No Brasil, Sérgio Almeida desenvolveu uma tese de psicologia social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que foi apresentada em abril de 1984 e cujo tema foi "Michê". Depois de 3 anos de pesquisa, criou sete categorias segundo o local onde podem ser encontrados: ruas da cidade; massagistas; serviço de acompanhamento; fliperamas; saunas de hotéis; saunas "gay", bares e boates.

Almeida também fez um levantamento de preços utilizados no centro da cidade de São Paulo e que, a "grosso modo" podem ser tomados como um referencial para o restante das grandes cidades brasileiras. São os seguintes: para os "michês" feitos na rua, cobra-se entre 15 a 20 mil cruzeiros; massagistas, 30 mil cru-

zeiros; acompanhante, 45 mil cruzeiros. Esse levantamento foi feito para um programa que dura em média entre 1:30h e 2h.

O trabalho realizado por Sérgio Almeida nos últimos três anos foi recentemente publicado na revista mensal "Brasil Extra", mostrando com mais profundidade essa atividade alternativa. Ele demonstra que, ao contrário do que se imagina, o "michê" não é uma atividade nova, um sinal de liberalização dos tempos, mas um trabalho que sempre esteve presente desde os primórdios da história.

24 HORAS POR DIA

As histórias contadas nesse meio são as mais diversas e escabrosas possíveis. Um garçom que trabalha em um dos bares da plataforma superior da rodoviária contou que o comércio funciona 24 horas por dia. Até mesmo os alambrados que ficam em frente ao Touring Club do Brasil já receberam uma determinação adequada a situação "feira do cu". Ele conta que a grande maioria dos clientes é formada por funcionários públicos que "depois do expediente vão dar uma voltinha na rodô pra conseguir um boy".

Descrevendo o ambiente noturno dessa feira tão peculiar, o garçom continuou: "Os carros que aparecem por aqui são do último tipo, inclusive carros estrangeiros". O cliente, no entanto, pode não ser muito feliz na escolha e, às vezes, pode ocorrer alguma violência, como explica nosso contato: "Quando um cara chega ao ponto de vir a uma praça dessas é por que está precisando de dinheiro, e se não consegue a grana desejada, acaba roubando o 'peixe' para fortalecer o capital".

"O que conta na verdade é o físico avantajado. Pessoas pequenas não tem valor na praça e faz um programa barato ou não ganha nada", continuou. Quem tem muito valor na praça são os "catari-nas", originários do sul do país e que vêm a Brasília para servir as Forças Armadas. Esse contingente é renovado anualmente, suprimindo constantemente esse variado mercado de trabalho.

HOMEM MERCADORIA

"Se o homem comercializou tudo, porque é que ele não pode comercializar ele mesmo?", perguntou um dos assíduos frequentadores do mercado. Ele explicou que o comércio funciona na troca de tudo, desde o pagamento em dinheiro até a troca "por uma boa noite", e que muitas pessoas, principalmente rapazes de baixa renda, buscam nisso uma forma de sobrevivência e até um reforço para o orçamento familiar".

"A mola mestra que move toda essa engenhoca e a diversificação e o alcance do prazer", continuou o mesmo frequentador e acrescentou que esse comércio "envolve pessoas de todas as classes sociais, do pobre até o alto escalão da hierarquia do poder".

A grande maioria das pessoas que frequentam estes locais são jovens entre 16 e 23 anos. As atividades desses rapazes são geralmente desconhecidas das famílias, embora muitos deles dizem que os amigos estão a par desses trabalhos noturnos e alguns acabam participando também quando estão precisando descolar uma grana.

A PRESENÇA UNIVERSITÁRIA

A pesquisa feita em São Paulo por Sérgio Almeida revelou a presença de universitários nesse meio. Este é o caso de Renato, um rapaz de 22 anos que cursa atualmente o 3º ano de economia na PUC em São Paulo. Ele conta que até os 19 anos se dedicava apenas aos estudos e a prática de esportes os mais variados. Por essa época resolveu começar a trabalhar e conseguiu uma colocação em um banco com a ajuda paterna. A curiosidade o levou a se apresentar a uma casa de massagens que anunciava a procura de um rapaz jovem, bem apessoado e desinibido. O aspecto físico (físico avan-

Humilhação, vergonha e a Perda da dignidade

"Essa vida aqui não presta não. Aqui é o lugar mais humilhante. As pessoas por aqui vegetam, não aproveitam as coisas boas da vida. A gente só aprende a fumar maconha. Aqui nego perde toda a dignidade", conta Marcelo, um rapaz de 18 anos que reside a cinco anos em Brasília e é natural de Recife. Como os anteriores, foi trazido ao local através de conhecidos homossexuais e já frequenta a "feira do cu" há mais de três anos. Cobra uma média de 15 a 20 mil cruzeiros por programa que são feitos em apartamentos dos clientes, na Praça do Buriti ou nas margens do lago.

"O sistema é muito forte e as pessoas te enganam sobre o que é a vida. Os rapazes que entram aqui tem uns 13 a 14 anos e não sabem nada da vida. Os clientes

tajado e altura), o nível cultural e o desembaraço fez com que fosse escolhido entre uma série de candidatos.

A partir dessa época, largou o emprego no banco e passou a se dedicar a casa de massagens. Renato recebe 50% da taxa cobrada de cada cliente que atende e calcula que tira mensalmente uma média de um milhão de cruzeiros. Tem namorada e não aceita todas as propostas que lhe são feitas, podendo optar por um determinado cliente e não por outro. Pensa continuar nessa vida ainda por algum tempo e não sabe quando optará por outro tipo de trabalho.

Atualmente substitui o gerente da casa quando esse tem que se ausentar da cidade, ganhando com isso uma comissão extra. Com o dinheiro que recebeu com essa atividade já comprou uma moto CB 400 e o restante colocou numa caderneta de poupança. Diz que já perdeu a curiosidade pelo serviço, mas que se mantém nele por questões financeiras e por que gosta do que faz.

FEIRA DO...

Os rapazes que frequentam a "feira do cu", na grande maioria, dizem que foram levados a participar dessas atividades através de conhecidos homossexuais. Esse é o caso típico de Carlos, de 16 anos, que frequenta o local há mais ou menos um mês, e que foi trazido à "feira" através de conhecidos homossexuais e travestis. Por ser iniciante, cobra cinco mil cruzeiros por programa e conta que consegue descolar uma média de 20 mil por dia. "Tranço aqui uns quatro dias por semana" e continua, "quando eu estava trabalhando n-ao vinha aqui não. Só venho agora que estou desempregado".

Carlos parou de estudar "por enquanto", mas pretende voltar no ano que vem e continuar o segundo grau. Tem uma namorada "mas transa escondido" e ela não pode nem sonhar que ele tenha esse tipo de atividade. Diz que o fato de transar sexo ativo e passivo n-ao interfere no seu relacionamento heterossexual, mas morre de medo de encontrar pessoas conhecidas no local e que suas atividades sejam descobertas.

que vem aqui, que são mais velhos, fazem a cabeça da rapaziada através da grana e de promessas de empregos, e a grande maioria acaba embarcando". Marcelo diz que n-ao precisa de dinheiro para comer e é "o poder da grana que me traz aqui". Ele já viveu durante muito tempo com a grana conseguida através dessa atividade, mas já perdeu tudo o que tinha, e acrescentou: "você começa aqui se vendendo, depois passa a fumar maconha, consumir cocaína e acaba roubando os viados. Eu já fiz tudo isso, mas hoje não faço mais". Contou que está se preparando para prestar vestibular para Processamento de Dados e está decidido a parar de frequentar o local. "Para mim tá acabando isso aqui. Mas de repente outros caras estão pintando. Um outro Marcelo da vida..."

No dia 5 de maio último, o MB-3 Tamoio ultrapassou os portões da Bernardini S/A Indústria e Comércio e circulou durante quase uma hora na periferia de São Paulo, em seu primeiro teste de rua. Com 30 toneladas e um canhão de 90mm, o Tamoio difere muito dos blindados leves produzidos há anos pelo Brasil. Este tanque tracionado por lagartas, primeiro genuíno carro de combate nacional, incorpora a mesma sofisticação dos mais avançados do mundo em sua categoria, tais como o T-54 do Exército soviético. O teste, acompanhado com interesse pelo Exército brasileiro e com curiosidade pelo público, foi considerado muito satisfatório.

Dez dias depois, em Turim, Itália, o AMX, avião desenvolvido pela Embraer em cooperação com as italianas Armacchi e Aeritalia, voou pela primeira vez, dois meses antes do prazo previsto. Antes mesmo de ter sua produção iniciada, este caça-bombardeiro de US\$ 8 milhões, que carrega três toneladas de armamentos, já está com 266 unidades vendidas. O Brasil deve receber as primeiras unidades em 85, apesar dos possíveis atrasos no projeto resultantes do acidente que destruiu o protótipo, no dia 31 de maio.

Veiculadas discretamente pela imprensa, os dois fatos não tiveram a repercussão merecida. Pois tanto o voo do AMX como o passeio do Tamoio significaram a ampliação do leque dos produtos militares brasileiros, até então basicamente de características defensivas, para equipamentos de ataque de alta tecnologia. Juntamente com outras novidades previstas para breve, estes equipamentos poderão modificar a posição do Brasil no seleto clube dos grandes produtores e exportadores de armamentos do mundo, do qual já somos o quinto membro, em importância e volume negociado. As novas armas representam também, diante das expectativas otimistas de aumento das vendas externas, a possibilidade da indústria bélica nacional poder em breve contribuir com uma parcela ainda mais significativa de nossa pauta de exportações, ultrapassando muitos dos tradicionais produtos primários pelos quais o Brasil é conhecido lá fora. E comprovam ainda que o Brasil caminha rapidamente para a auto-suficiência bélica e que atualmente já é, na opinião dos analistas internacionais, o único país latino-americano capaz de enfrentar uma guerra contra seus vizinhos sem necessidade de qualquer ajuda externa.

Reportagem de Adalberto Passos, Cid Furtado Filho e Ulisses Lacava. Texto final de Ulisses Lacava.

Setenta e cinco por cento do material utilizado por nossas Forças Armadas hoje provém do moderno parque industrial bélico brasileiro, que, em sua maior parte, não possui sequer 20 anos de existência. Produzimos mais de 250 itens para uso exclusivamente militar, de botas e rações a mísseis de múltipla função. O Brasil exportou em 1983, para vários países africanos, sul-americanos e do Oriente Médio, um volume indeterminado de armas - devido ao sigilo contratual muitas vezes imposto pelos compradores - que pode variar de US\$ 800 milhões, segundo fontes oficiais, a US\$ 2,2 bilhões.

Somente a Engesa, tradicional produtora de blindados, é responsável pela oferta de aproximadamente 10 mil empregos diretos, que se multiplicam se considerados os funcionários das 800 fornecedoras da empresa.

Embora recente, este excelente desempenho, que contrasta com o quadro de crise do País, tem raízes bastante tradicionais. Desde o Império, o Brasil produz armas e, principalmente, munições para consumo próprio, diante de situações de conflito em que o fornecimento externo ficava dificultado, como nos casos da Guerra do Paraguai e da 2ª Guerra Mundial.

Foi a partir de 1964, porém, que se implantou uma política de cooperação real entre as Forças Armadas e o empresariado nacional, que permitiu o fortalecimen-

to do setor bélico. Empresários interessados em utilizar a capacidade ociosa das indústrias propuseram um plano de renovação de equipamentos para as Forças Armadas: foi a solução para substituir todo o material americano de segunda mão empregado na época e que começava a dar problema de manutenção por falta de peças.

A iniciativa privada e as reduzidas indústrias estatais puderam desenvolver o know-how nacional, além de diversificar e expandir gradativamente sua produção, a partir do apoio governamental, através dos Centros de Pesquisas Militares (Centro Técnico Aeroespacial, da Aeronáutica; Instituto Militar de Engenharia, do Exército; e Instituto de Pesquisas da Marinha), da facilidade na obtenção de recursos, bem como na importação de tecnologias, posteriormente copiadas.

A política de substituição de importações fez com que, no início dos anos 70, não houvesse mais nenhum veículo de transporte da 2ª Guerra em quartéis brasileiros. As substituições eram complementadas com reformas profundas e criativas que atualizaram e nacionalizaram alguns velhos combatentes, como no caso dos nossos M-41. Tanque americano da década de 50, o M-41, embora robusto o suficiente para agüentar toda a Guerra da Coreia, não estava preparado para resistir à crise do petróleo: em marcha, fazia apenas 250 metros

com um litro de querosene de aviação!

Modificado pela Bernardini, tradicional fábrica de cofres que mudou de ramo, hoje o M-41 B percorre um quilômetro com um litro de diesel comum, e ganhou um canhão de 90 mm em lugar de antigo calibre 76,2mm. Kits para essa remodelação do M-41 foram vendidos à Tailândia e - ironia - negociados com o próprio Exército americano.

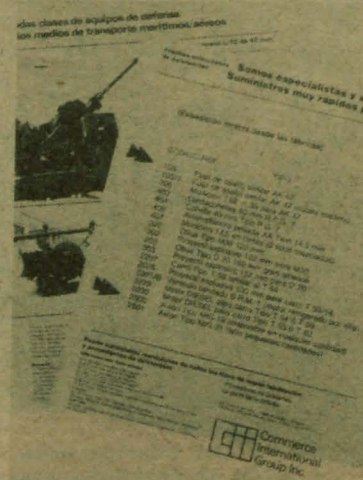
Em menos de 10 anos, chegava-se a um material simples, barato, capaz de competir no mercado externo, condição indispensável para viabilizar a atividade industrial bélica. "Somente a indústria militar da URSS e dos EUA podem sobreviver alimentando apenas seu mercado interno", explicou uma fonte da Imbel e da Engesa que não quis se identificar, entrevistada pelo Campus na sede da Imbel - Indústria de Material Bélico do Brasil - em São Paulo.

ENGESA

Primeira a exportar um armamento brasileiro, "em 74, para um país do Oriente Médio" - provavelmente a Líbia - a Engesa produzia, no início dos anos 60, inofensivos equipamentos para plataformas de petróleo. "Para conseguirmos fazer as entregas, nos campos de extração, desenvolvemos um sistema de tração nas quatro rodas para nossos caminhões", lembrou o representante das empresas, "que despertou interesse da Petrobrás e das Forças Armadas".

Vieram as primeiras encomendas de caminhões, e depois o convite para a produção de um blindado. Assim nasceu o Urutu, um transporte de tropas sobre rodas, anfíbio, que teve boa aceitação. Seguiram-se um carro de reco-

Brasil: a mais nova potência (bélica) mundial



nhecimento (o Jararaca), um caça-tanques (o Sucuri) e um blindado leve armado com canhão 90mm (o Cascavel), grande responsável pelo sucesso comercial da Engesa no exterior.

O Cascavel despertou o mundo para o que estava sendo feito no Brasil em 1977, quando uma brigada destes carros, sob comando líbio, venceu um grupamento de blindados similares, de fabricação soviética, num combate no deserto, durante um dos muitos conflitos em que aquele país árabe esteve envolvido.

A Líbia, por sinal, sempre foi um dos melhores clientes do Brasil: embora a Engesa se negue a falar do assunto, estima-se que mais de dois mil carros, na maioria Urutus e Cascavéis, já tenham sido vendidos para o governo de Khadafi, a preços unitários que variam hoje de US\$ 300 mil a US\$ 500 mil.

"Atualmente, com sua reputação consolidada no mercado internacional de armas a Engesa não depende mais de um único

cliente. Mais de 30 países possuem blindados brasileiros em seus exércitos, havendo grande interesse de países desenvolvidos em nosso know-how.

O representante da IMBEL/Engesa, destacou ainda a assistência After-sales prestada pela empresa aos seus clientes como um dos principais atrativos de venda.

Como qualquer Volkswagen, todo blindado exportado é acompanhado de contratos de assistência técnica, com suas peças de reposição e material de consumo (munição). Equipes técnicas (a Engesa possui dezenas delas, operando em todo o mundo) cuidam da manutenção dos carros e encarregam-se de treinar cuidadosamente suas tripulações. Utilizam-se, basicamente, de aulas gravadas em vídeo-teipe na língua do cliente, numa média de 100 horas/aula por veículo.

Tais equipes encarregam-se também das vendas, para as quais foi criada uma trading, a Engexco, que teve o maior faturamento da balança comercial brasileira em 83, no setor dos manufaturados, com um volume (oficial) de US\$ 400 milhões.

Hoje, a Engesa é a segunda produtora de blindados do mundo, atrás apenas da União Soviética, e exporta mais de 95% de sua produção, já comprometida até o final do ano com encomendas.

A eficiência comercial da empresa - fez com que em 1982 o presidente da Engesa, José Luis Whitaker Ribeiro, fosse convidado a assumir a administração da Imbel, empresa produtora de armas leves, munições e explosivos vinculada ao Ministério do Exército. "Não houve privatização", explicou o representante, "ape-

Continua na página 11

O sucesso do Cascavel nos campos de batalha do Oriente Médio abriu as portas para a ofensiva brasileira no comércio de armas





A VIDA DE
TODOS OS BEIJOS



Campus

CULTURA

CORDEL TEATRO DANÇA ARTES PLASTICAS ROCK POLITICA CULTURAL

Este encarte do Campus trás um apanhado dos meios artísticos do Distrito Federal e Goiás. Ao contrário do que se acredita, a região Centro-Oeste vem tendo uma vida cultural bastante agitada e destacando principalmente figuras como Fernando Villar, no teatro, Luiz Mendonça, na dança, e os grupos de rock como Legião Urbana e Banda 69.

Além destes assuntos damos destaque às novas realizações de Wladimir de Carvalho e Pedro Jorge de Castro, ambos cineastas e professores do Departamento de Comunicação da UnB.

CORDEL

"Pois é rapaz, esse seu Cordel ainda é vivo?" vou te contar uma história interessante onde você vai entender esta pergunta. José Francisco Borges é um dos últimos escritores de Cordel, e editor também, existente no Nordeste e veio a Brasília trazer a triste notícia de que a inflação é responsável mais uma vez pela morte cultural, agora da maior expressão de arte dos analfabetos.

J. Borges, como é mais conhecido, nasceu em Bezerros, Pernambuco e até os dez anos frequentou a escola de sua



J. Borges

cidade quando então a professora foi embora e as aulas tiveram fim. Não que fizesse grande diferença pois a dificuldade que tinha de ler as cartilhas da escola não o faziam ir para frente, mas o mesmo não acontecia com folhetos de cordel. De tanto associar as frases, terminou então a sua alfabetização necessária para o que mais queria ser na vida: um escritor de cordel.

"A literatura de Cordel", diz Borges, "eu achava que tinha esse nome porque o cara que tinha inventado isto se chamava cordel". Num papo que eu tive com um intelectual de uma universidade que apareceu por lá estudando isto, eu até perguntei: "E esse tal de Cordel ainda é vivo? Foi aí que eu fiquei sabendo, que lá na Europa, antigamente, os poetas vendiam o cordel pendurado num barbaque".

Foi este homem simples — que detém hoje 600 títulos de sua autoria publicados na literatura de cordel, mais de 1000 ilustrações para capas de cordel, e de revistas e de discos, livros e reportagens — que participou de um debate promovido pelo CoM da UnB. Ele encantou a todos, mas assustou também.

Como diz J. Borges "na literatura de Cordel o mais importante, o mais forte é uma mentira bem bolada". Bom seria se a extinção da literatura do cordel por falta de recursos para comprar papel fosse uma mentira bem bolada do Borges, mas não é. Sua gráfica, onde a impressora mais nova tem 120 anos, não pode mais funcionar por falta de recursos para a compra de tipos.

O incrível é que a literatura de cordel, assim chamada na Península Ibérica pelo fato de os folhetos serem dispostos a cavalo sobre um barbaque, se destaca no Brasil como possuidor da mais vasta e disseminada literatura popular em verso, e a região nordestina o maior centro desta manifestação cultural. Num país, onde são raros os autores da classe burguesa que editam mais de 6 mil exemplares, temos folhetos de cordel, de 8 ou 32 páginas, que ultrapassam a casa de dez milhões de exemplares. E o exemplo do "Pavão Misterioso" um dos mais famosos folhetos transformado até mesmo em novela, como muitos devem ter visto.

Num país onde predomina iletrados, onde se detém um dos índices mais baixos de leitura de jornais de toda a América, é de se estranhar uma literatura popular tão rica e difundida.

O segredo desta literatura está no fato de ser um meio auditivo. O meio de comunicação mais moderno que predomina no sertão é o rádio que para Borges "é bom mas o pessoal não guarda muito o que se fala porque a fala é seca, sem rima". Já o cordel não. O cordel é rimado, é fácil pro pessoal decorar. A composição do cordel é montada em estrofes de seis, sete ou dez versos, de sete sílabas cada um tornando a narrativa fluente e cadenciada, reforçada com uma forte rima em versos saltados que se adaptam perfeitamente a uma cantoria acompanhada de uma viola: é o conhecido "desafio". E assim que os cordelistas vendem seus folhetos cantando nas feiras.

O cordel não fala só de mentiras bem boladas mas dos acontecimentos do dia-a-dia também. O homem simples dá um grande crédito ao poeta popular, assim o sertanejo somente acreditou que o homem tinha visitado a lua, depois que foram publicados folhetos a respeito.

"Acho que seria interessante fazer um trabalho de alfabetização do povo nordestino com o cordel", diz Borges que aprendeu mesmo com as poesias. "eu até fiz uma cartilha de cordel uma vez e dei para a secretária do prefeito da cidade. Hoje ela está perdida dentro da gaveta da secretária". Não é só a cartilha de Borges que está perdida, os poetas também estão sumindo, com suas palavras "os filhinhos de papai do nordeste só querem saber de correr nas ruas para ser um Joaquim Cruz, e quem não é filhinho de papai quer ir para São Paulo tentar ganhar a vida por que no Nordeste tá difícil".

Pois é, esta é a triste história do cordel que J. Borges veio nos trazer a Brasília. Mas com a ajuda daqueles que prezam pela arte e cultura de nossa tão querida terrinha temos certeza que não haverá nenhum enterro para o cordel. Para encerrar a matéria aí vai o meu humilde cordel: Ah! Você minha cumadre/que ocupa cargo de posição/vê se salva a arte/do povo que mora no sertão/que de fome e sede/cada dia cai um no chão/mas nem com isso minha cumadre/eles ficam sem razão/e mostra cada dia mais/o bonito que eles são.

ROCK

Entre os grupos brasileiros de rock, o Legião Urbana e a Banda 69, são os maiores destaques de uma nova fase. O primeiro se formou a partir da dissolução de três grupos da primeira fase significativa do rock brasileiro, Aborto Elétrico, Blitz e Dado e o Reino Animal e estreou na temporada de rock da ABO em 83. Após esta apresentação, o grupo teve uma rápida ascensão, tocando no Circo Voador, no Rio, e em diversas casas noturnas de São Paulo. O resultado dessas apresentações foi um contrato com a EMI, para a gravação do primeiro LP do grupo.

A Banda 69 foi o resultado do encontro de seus integrantes no festival de música do Colégio D. Bosco em 80. A princípio se reuniram em torno de uma mesma paixão: BEATLES. Mas logo tomaram um rumo próprio, partindo para suas composições. Em 81, a primeira aparição pública, participando da Expoarte 6 na UnB. Nos quatro anos que est-ao juntos, Murilo, Marcelo, Militão e Rodrigo, já participaram de diversos eventos musicais como a Feira de Música em 81, vários concertos ao ar livre em 82, temporada de rock da ABO em 83 e outros.

O Campus entrevistou Renato Russo, baixista do grupo Legião Urbana e Militão Ricardo, baterista da Banda 69.

Campus - Como se colocam os músicos de rock de Brasília, em comparação com o próprio Legião Urbana, com esses grupos que estão fazendo sucesso no Rio e em São Paulo — Kid Abelha e os Abóboras Selvagens, Paralamas do Sucesso?

Renato — A gente não é músico, a gente é rockeiro. Eu acho que a gente é sincero e é isso que conta.

Militão — Eu ainda não fui ao Rio e São Paulo, mas a impressão que eu tenho é que esses caras são até melhores músicos. Exímios tocadores de guitarras, baterias e contrabaixos. Mas é o que ele falou, nós somos sinceros. A originalidade do trabalho de Brasília tá tornando a coisa

Ulisses Lacava



Dado (e), Renato (c) e Bonfá (d)

mais interessante para o público de rock, pra garotada em geral.

Campus — O trabalho de vocês está mais voltado para o perfeccionismo instrumental ou para a composição?

Renato — Energia, mais idéias.

Campus — Isso seria uma coisa mais simples?

Renato — Não. Você pode usar energia e idéias e sair um negócio que não vai ser simples. Pode n-ao ser complexo, mas não é necessariamente simples. Simples é um pejorativo.

Militão — As pessoas têm uma fixação na complexidade instrumental do trabalho. Os músicos têm que tocar muito bem os instrumentos, têm que fazer uma composição toda engendrada de contrapontos e harmonias. Só que isso é só um dos elementos da música. Principalmente, em se tratando de rock, tu tens que jogar muito no ritmo, energia, liberação.

"Eu vou continuar enquanto eu estiver me divertindo. O dia que eu não estiver mais gostando aí vou fazer outra coisa..."

Campus — E é só isso?

Renato — Ah!!! Mas aí a gente tinha que estar fazendo um negócio que é legal, que você está se divertindo.

Militão — Aí está uma questão interessante, esse negócio que você falou de se divertir. E uma coisa que eu estou vivenciando agora. Eu entrei na música através duma banda de rock, comecei a tocar bateria porque gostava de rock, comecei a acompanhar discos de rock: aí formei uma banda de rock.

Eu sonhava ser profissional, viajar o Brasil inteiro, ganhar dinheiro, ser músico. Aí me bandedei para a Faculdade de música e descobri que lá n-ao tem nada a ver com o que eu quero. Não nada a ver com rock.

Campus — Vocês sofreram alguma pressão na hora de gravar o trabalho do grupo, em função de comercialidade?

Renato — Claro. Queriam mudar e a gente não deixou. Não vamos gravar, vamos ficar no hotel. A gente não vai gravar hoje, sinto muito, não vamos aparecer. E não aparecemos nem na 5ª e nem na 6ª, ficamos no hotel, saímos: fomos à praia. Depois nós falamos: vocês arrumam um produtor legal, e vamos gravar do jeito que a gente quer. Vocês marcam, dão a passagem de avião para a gente e nós voltamos e fazemos porque mudar não.

Campus — Qual a imagem que o pessoal do Rio e São Paulo fazem da gente de Brasília?

Renato — Que Brasília é um bando de caipiras e que só Rio e São Paulo é que dizem alguma coisa. Claro que não é todo mundo, mas a maioria tem uma visão assim "pô, lá em Brasília rola loucura para caramba, meu irmão!!! Todo mundo viciado e o pessoal agita de montão". Ou então o pessoal do tipo intelectualizôide, tipo principalmente em São Paulo, entram numas tipo: O quê? Como? Bandas? Brasília?

Eles não sabem o que é Brasília. A Rede Globo não mostra o que é Brasília.

Campus — Renato, para encerrar você poderia dizer, na sua opinião, o que pode ser rock?

Renato — Alguma espécie de aliança. Uma união de pessoas do teu mesmo grupo social, da tua mesma idade, das tuas mesmas idéias. Na verdade é uma coisa normal, que nem respirar. (Cid Furtado Filho)

DANÇA

Inovação em termos de criação de movimentos foi o fator que levou Luiz Mendonça, com o grupo Endança, a ganhar o prêmio de melhor coreografia no "Concurso para Novos Coreógrafos". Promovido, em maio, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro através de Rio-arte, o concurso reuniu 75 coreógrafos de todo o Brasil, no Teatro João Caetano. Segundo o coreógrafo, este evento foi uma clara demonstração do que está ocorrendo em termos de dança no Brasil, ou seja, um esvaziamento em termos de criatividade.

Além do prêmio de melhor coreografia — um workshop com coreógrafos internacionais no valor de 800 mil cruzeiros por mês, durante quatro meses — o

grupo somou o maior número de pontos nos critérios — cenário, figurino e interpretação, ficando entre os três melhores que se apresentaram no Teatro Villa-Lobos, em julho, quando foi feita a premiação. "Nós ganhamos por termos mostrado algo diferente, inovador. Não foi tanto pela qualidade da coreografia, mas sim pela baixa qualidade dos outros grupos que preferem escolher a opção fácil do consumismo. Não sou contra o consumismo, porém que se faça algo mais elaborado para ser consumido".



Luiz Mendonça

TEMAS

Luiz Mendonça considera Brasília o lugar ideal para desenvolver seu trabalho devido às características físicas e humanas da cidade. "A visão do universo que se tem daqui influencia o meu trabalho. As pessoas são mais abertas, sem conceitos formados. As coreografias **Direções e Luz das 22**, que foram fundidas (12 min.) para a apresentação no concurso, retratam o interesse de Luiz pelo tema — ser humano, suas dificuldades, sua qualidade de vida ruim e a preocupação com a melhoria da mesma".

O trabalho coreográfico é baseado na pesquisa de movimentos tirados da realidade do homem. Luiz motiva seus bailarinos com emoções e atitudes simples do cotidiano, como um simples tropeção num pedaço de ferro, e, a partir da movimentação espontânea resultante, vai construindo o espetáculo. "Meu trabalho não é isolado. Não consigo coreografar sozinho. As pessoas do grupo não precisam ser superballarinos, mas sim indivíduos que trabalhem em harmonia, que tenham uma boa noção de ritmo e, principalmente, pessoas com uma expressão própria de movimento". Ele próprio afirma que tem muito pouca experiência em dança, mas que sempre se preocupou mais com o movimento em si. Ele define seu trabalho como "verdadeiro, pois mostra o que nós somos. E carinho para as pessoas que participam e que assistem. O público sente uma proximidade muito grande com a sua própria realidade".

FESTIVAL

Há três anos, Luiz Mendonça vem trabalhando junto ao GEDUnB, Grupo Experimental de Dança da UnB, e foi como colaborador deste grupo que ele foi convidado pela Embaixada da Líbia, através do prof. Gentil Dias, Decano de Assuntos Comunitários, a preparar um espetáculo que o representará o Brasil no Festival de Folclore a se realizar em Tripoli, de 15 a 30 de setembro.

Também farão parte do grupo, membros do **Endança**, lutadores de capoeira e músicos. Ao todo 17 bailarinos e 4 músicos viajarão no próximo dia 12. Ao desenvolver o trabalho, Luiz captou algumas raízes culturais e mostrará uma coreografia baseada no Maculelê, Xaxado, Capoeira e Samba, utilizando instrumentos tradicionais, entre eles o afôxê e a viola caipira, ao vivo. (Lilian Mandel).

ARTES PLÁSTICAS

A cidade de Goiás viu nascer no dia 18 de dezembro de 1967, uma das mais ilustres e criativas artistas plásticas do Brasil. Naquela dia, Goiandira Ayres do Couto teve a sensação de ouvir, enquanto cochilava, uma voz misteriosa que lhe dizia: "Faça uma casa com areia". Foi a partir daí que a artista, que é espiritista e já pintava quadros a óleo, começou a "pintar com areia".

A técnica de pintura com areia é muito particular e foi iniciada pela pintora a partir de areias de várias cores conseguidas na Serra



Goiandira

Dourada, localizada a duas horas e meia, de carro, da cidade, percurso que Goiandira realiza em um jipe. Chegando à serra, a pintora percorre ainda duas horas de estrada a pé, até o topo, onde encontra areias de cores verdes, vermelhas, brancas, douradas e até azuis. Todas naturais.

Os quadros geralmente são feitos utilizando temas fornecidos pela própria cidade de Goiás Velho, que possui uma importância histórica muito grande, tanto para Goiás como para o País. Para iniciar a feitura do quadro, Goiandira transporta a tela para o local e risca com um lápis, em traços finos, a faixa da casa, ou a aparência da rua que pretende retratar. A partir deste esboço a artista vai jogando, com os dedos, a areia sobre cola, que é passada anteriormente.

Atualmente, após vários anos de pesquisa na Serra Dourada, Goiandira possui 551 cores diferentes de areias, que vão do branco mais alvo, até o dourado e o prateado. A última cor natural descoberta pela pintora é o azul, que era, até o momento, a única cor artificial usada.

VIDA ARTISTICA

Além de pintora, Goiandira é declamadora, poetisa, escritora e historiadora, sendo integrante de uma família de grandes e criativos artistas. Seu pai, Luiz Ramos de Oliveira Couto, conhecido poeta goiano, e sua mãe, Maria Ayres, pintora, fizeram parte no passado, do quadro de artistas goianos. Além disso, Goiandira é sobrinha da poetisa goiana Cora Coralina, que recebeu o prêmio "Juca Pato" de 1984, oferecido ao intelectual do ano e escolhido por um júri formado pela "Folha de S. Paulo".

A pintura de Goiandira está dividida em duas fases distintas: "a fase do óleo", encerrada em 1967, e a "fase de areias", sendo a artista, em ambas, essencialmente paisagista. Mas foi essa última fase que fez com que a pintora ficasse conhecida internacionalmente, expondo seus

quadros em vários países do mundo, como Estados Unidos, Portugal, Alemanha, África do Sul, Japão, Iugoslávia, México, Escócia e El Salvador, além de uma exposição na ONU.

No Brasil, Goiandira expôs em várias cidades de Goiás e Minas Gerais e participou da Mostra de Arte da Região Centro-Oeste, aqui em Brasília.

A artista plástica recebeu ainda vários prêmios e homenagens no decorrer de sua vida artística. Entre eles a medalha "Ana Neri", dada pelo Governo do Estado de São Paulo e a medalha "Tiradentes", do Governo do Estado de Goiás.

SIMPLICIDADE

Apesar destas homenagens, Goiandira é uma pessoa simples, que gosta da vida pacata do interior e de viver diretamente em contato com as coisas da sua terra, Goiás, onde reside até hoje, apesar de ter recebido o convite do Governo Americano para ministrar um curso sobre a sua arte de pintar com areias nos Estados Unidos.

Atualmente, além de dar aulas de pintura e escultura na escola "Veiga Valle", da Cidade de Goiás, Goiandira prepara um quadro encomendado para o Salão Nobre do Grupamento dos Fuzileiros Navais do DF, e outro, que será dado de presente à ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz. Seus quadros custam, atualmente, entre Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 3 milhões.

Apesar do seu grande conhecimento no exterior e do tipo inovador e criativo da pintura de Goiandira, a artista lamenta ainda não ser conhecida no Brasil, sendo até preterida em seu país para artistas menos criativos do exterior. (Jurema Campos)

TEATRO

Fernando Antonio Vieira Villar de Queiroz é um canceliano de 25 anos, carioca de Petrópolis, há 19 anos em Brasília, artista plástico premiado e bacharel em Educação Artística pela UnB que abandonou a área. Fernando Villar é o acontecimento mais importante do teatro brasileiro nos dois últimos anos, autor/diretor de "Você tem caneta azul pra prova?" e "Vidas Erradas", peças que atualizaram esteticamente a expressão cênica da província, surpreendendo e despertando paixões mútuas, responsáveis por teatros lotados em praticamente todas as apresentações. Fenômeno impressionante, considerando o marasmo local, "Caneta Azul" foi vista por cerca de 2 mil e 500 pessoas, enquanto que "Vidas Erradas" teve um público de mais de 3 mil pessoas.

O MISTÉRIO TEM EXPLICAÇÃO?

Fernando: — O trabalho procura muito a identificação com o público, colocar que a gente tá na mesma, que não tem platéia, que não tem palco... (ESTAMOS APRESENTANDO AS MINHAS, AS SUAS, AS NOSSAS... VIDAS ERRADAS!)... o mais importante do trabalho é querer fazer sentir, emocionar, através da verdade, beleza e simplicidade, acredito muito nessas três coisas... teatro é uma forma de atuar no todo, botar pra fora a insatisfação. A resposta foi ótima, o que o teatro quer é público, e aqui isso é difícil, existem mil obstáculos: uma política cultural mal transada, um público que não é cúmplice, um potencial econômico que não é cúmplice em patrocinar a gente...

"Você tem caneta azul pra prova?" nasceu de outra peça, "Bye, bye, UnB", roteiro de Fernando feito em julho de 83 para sua formatura, uma retomada do ciclo educativo que se encerrava para o autor e seu elenco, na maioria formandos. A educação religiosa, familiar, social, no seu caráter de "educação", era discutida e vivenciada por 27 atores estreantes, dirigidos por outro estreante. Se a técnica não era muita, a energia sobrava. E veio o sucesso.

Fernando... mas a recepção tem sido ótima, desde "Os Saltimbancos", em 77, que Brasília não vê um sucesso assim, a "fome" não é só nossa. Mas muita gente entendeu de forma limitada, como um trabalho sobre "a geração de Brasília". Não é verdade, público eu quero todos, a peça fala pra todos. As pessoas tem que assistir e levar para casa, repensar, levar as alfinetadas. Mas o trabalho permite todas as interpretações possíveis...

O roteiro básico de "Vidas Erradas" começou a ser elaborado em outubro de 83. Foram apenas 6 meses entre uma estréia e outra, aproveitando a experiência adquirida em termos de linguagem e estrutura de trabalho por cooperativa. "Vidas" é um documentário teatral, visual, sobre o repetir-se do homem, os erros e a procura.

Fernando: — ...o trabalho não apresenta uma solução, formaliza uma pergunta a ser respondida por todos, protagonistas e público. Todo mundo tá procurando, eu tô procurando. Estamos tentando um teatro sem barreira entre ator e público, um processo flexível. O grupo tem muito espaço pra criar em cima do que eu proponho, é 50% de cada um. O trabalho também é contínuo, "Vidas" chegou a ter quatro finais diferentes. A transa do coletivo é fundamental, ele mostra na prática que tá na hora da gente se juntar e responder junto, essa é que é a solução...

Fernando aproveitou ao máximo sua experiência teatral, quase que simultaneamente adquirida, reelaborada e desenhada. E nem foi tanta experiência assim: o início foi em grupos amadores (74/78), que de tão amadores não produziram nada. Veio depois o contato com o trabalho de luz e produção ("O Exercício"), palco ("Peque-

nos Burgueses"), teatro infantil ("Pedro e o Lobo"), teatro contemporâneo ("Besame Mucho"), teatro ao ar livre ("Circo Udigrudi"), e a primeira tentativa como teatrólogo, na criação de um roteiro sobre a greve de 82, na UnB. Tudo com a rapidez dos dias de hoje.

Fernando: ... Eu não tenho muita informação teórica sobre teatro e nem quero, tô mais a fim de aproveitar o meu "primitivismo" pra tentar algo próprio... O público tá cansado de "teatrão", principalmente o público jovem, maioria de Brasília. É isso que eu quero, fantasia, emoção.

Nicolau El-moor



Fernando Villar

PODE VIR QUE NAO MORDE. Vai ter a continuação, o nome provisório da nova peça é "98", vai completar a trilogia. Passado, presente e futuro. Em "98" eu já quero morde mesmo... O momento do mundo já não permite mais falar "Pô, tá uma merda, mas vamos rir, há, há." Não dá mais pra rir, tem que ser contundente. E eu tô aí, na procura...

ESTA É UMA ENTREVISTA DE FICÇÃO, QUALQUER COINCIDÊNCIA COM FATOS, ACONTECIMENTOS OU PESSOAS REAIS TERÁ SIDO MERA SEMELHANÇA. (Ulysses Lacava)

POLÍTICA CULTURAL

Noite de estréia. Fila enorme, casa cheia. Os ingressos, anunciados ao preço de sete mil cruzeiros estavam sendo vendidos por dez mil, para um público indignado: "ah, essa Fundação...". No dia seguinte, Fernanda Montenegro, que estrelava "As lágrimas amargas de Petra Von Kant" na sala Villa-Lobos, deu uma explicação à imprensa: "a companhia não poderia, segundo ela, levar o espetáculo adiante pelo preço anteriormente anunciado, pois teria prejuízo". Mil desculpas, tudo esclarecido. A Fundação Cultural não tinha culpa, afinal.

A verdade é que todos nós já reclamamos alguma vez do preço de um ingresso, da curta temporada de um "show", de uma peça, da impropriedade da sala onde o espetáculo está sendo apresentado e da falta de intercâmbio com a produção de outros estados. Como funciona, qual sua política? Com a palavra, o eterno objeto de nossas críticas: A Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF).

TEATRO NACIONAL

"Nós contamos com três salas de espetáculos no Teatro Nacional: A Villa-Lobos, com 1.380 lugares, a Martins Penna, com 390 e a Alberto Nepomuceno, pra música de câmara, com 90. Isso além do Galpão, Galpãozinho, Escola-Parque, seis galerias de arte e o Cine Brasília, que anualmente patrocina com a Embrasil o Festival de Cinema de Brasília", diz o chefe de gabinete e coordenador da área de cinema da Fundação, Fernando Adolfo.

Para Adolfo, as críticas não são pertinentes, pois o complexo da FCDF simplesmente cede o espaço para os espetáculos ou exposições, mediante o pagamento de uma taxa para os grupos de fora (15% da renda do dia ou o pagamento de uma taxa mínima que varia de 400 mil cruzeiros na Villa-Lobos a 200 mil na Escola-Parque). Para as galerias, exige-se 20% das vendas ou a doação de uma obra que vai para o acervo da Fundação, o qual é exposto uma ou duas vezes por ano.

INTERCÂMBIO

Segundo o coordenador, são os empresários que determinam a duração da temporada e o preço do ingresso, quando solitam a pauta. Para ele, não é do interesse dos artistas de fora fazer longas temporadas aqui, pois as despesas com hospedagem, montagem e publicidade tornariam o espetáculo não rentável.

Quanto à falta de intercâmbio, Fernando diz que ao ceder o espaço, a Fundação está aberta a todos. "Prova disso é a pauta tomada até novembro nas salas e até o fim do ano nas galerias".

Existem, porém, opções de atuação diferentes à da FCDF, e daí advêm as críticas mais contundentes. Em alguns casos as fundações culturais têm maior participação na ocupação do espaço artístico de sua comunidade, não ocupando um papel meramente receptivo. Elas buscam em outros centros os melhores espetáculos.

UM MILHAO

Já com relação aos espetáculos brasileiros, ainda segundo Fernando, a Fundação Cultural age de outra forma: além de ceder o espaço sem necessidade de pagamento de taxa, ainda cuida da divulgação, muitas vezes financiando cenários e figurinos, através dos projetos Nelson Rodrigues e projeto Criança (concurso de textos infantis onde o vencedor é produzido pela Fundação).

Dizer que o público não se sensibiliza com a arte em Brasília, é, para o coordenador, "no mínimo uma incoerência, e os dados estão aí para provar", no ano passado só as salas da FCDF tiveram uma audiência de um milhão de espectadores. (Marta Rosário)

CINEMA
BRASILIENSE

“Tigipió” ou: de como fazer cinema

Tigipió é uma frutinha do nordeste que só dá na seca. É redonda, dourada e doce como mel. Reza a lenda que comer uma ou duas não faz mal, mas em grande quantidade é um tóxico letal. Vem daí o nome do primeiro longa-metragem do cineasta cearense e professor da UnB, Pedro Jorge de Cadastro. Adaptado do conto homônimo premiado de Herman Lima, o filme será lançado em apresentação especial em outubro, em Fortaleza, Belo Horizonte, Rio e São Paulo e deverá estar no mercado brasileiro em março de 85.

E a história de um fazendeiro arruinado pela seca em 1818, o Coronel Cezário (vivido por B. de Paiva), na pequena cidade de Itaíba, a 150 Km de Fortaleza. O Coronel passa então a depender do emprego que lhe garante o administrador da pedreira, Heitor (José Dumont), o homem que “fez mal” a sua filha Matilde (Regina Dourado). Para o cineasta, o filme “tenta fugir do triste chavão do nordestino na seca comendo farinha com rapadura”. A seca trabalha, pois, como um pano de fundo, sendo ao mesmo tempo fator determinante, ecoando na personalidade de cada personagem.

“O principal é o relacionamento entre as pessoas; o Coronel Cezário, que é aquele que teve e não tem mais e se esforça para manter a dignidade; a Matilde, que como a terra se sente explorada e submissa ao jugo do pai; e Heitor, encarregado de administrar a miséria, em eterno conflito com sua personalidade emotiva e a conduta profissional impecável que ele impõe. As personagens buscam, então, ajustar suas personalidades à vida em conjunto, que é o que todos nós fazemos, em um ambiente hostil”, diz o cineasta.

POR QUE TIGIPIÓ?

Mas por que a escolha de “Tigipió”? Pedro Jorge nos conta que ele, cearense de Fortaleza, morou em Itaíba quando criança. “A casa transformada em pensão no filme era a casa do meu avô; o quarto de Heitor era meu. Os altares da igreja foi meu avô quem fez, então essa paisagem toda me era muito familiar. Quando li o conto de Herman Lima, ainda garoto, aquilo me pareceu simplesmente a organização de uma realidade que eu já tinha conhecido. Só que estava desorganizada, não narrado condensadamente. Então de fato “Tigipió”

representa para mim uma organização de um espaço, de uma paisagem, de um contexto histórico-cultural que eu conhecia anteriormente”.

O diretor de “Tigipió” é dono de um currículo respeitável em documentários de curta-metragem, entre os quais “Chico da Silva”, “Brinquedo popular do Nordeste” (o curta mais solicitado da cinemateca da Embrafilme, ganhador do prêmio de melhor curta-metragem do X Festival de Brasília do Cinema Brasileiro em 77), “em memória de Dona Maria I”, “De sol a sol” e “Boca de forno”, entre outros que aguardam a vez de ser concluídos e em projeto. Isso não lhe garantiu, porém, facilidades de financiamento junto à Embrafilme para o seu primeiro longa-metragem e primeira produção com a participação deste órgão, apesar de ser o mais baixo orçamento já apresentado.

“O custo é baixo porque o projeto é simples e somos muito organizados. Nosso cronograma de filmagens era de 49 dias e levamos 50. Para você ter uma ideia, desde agosto — deveríamos começar a filmar em setembro — a produção estava pronta. Isso significa passagens compradas, transporte do material providenciado (a Universidade Federal do Ceará nos emprestou dois ônibus para o equipamento), gerador pronto, casas alugadas e reformadas, camas, alimentação para a equipe, reconstrução do salão paroquial que ia ser utilizado, construção de uma ponte de carnaúba sobre o rio, a retirada de todos os postes da cidade, etc. Isso tudo pronto nos esperando e só conseguimos começar a filmar em novembro porque a Embrafilme não chamava para assinar o contrato. Eles ainda pretendiam mandar as filmagens para março, quando eu não filmaria, pois estaria chovendo — como choveu e alagou toda a cidade”.

A pré-produção foi financiada pelo cineasta e por empresas privadas e instituições nordestinas que acreditaram na proposta do filme”, tais como a Universidade Federal do Ceará e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, Fundação Cearense de Turismo, Prefeitura Municipal de Itaíba, TV Educativa do Ceará, General Motors, etc.

“Eu me emocionava às vezes de ver como essas empresas se envolveram, acreditaram no pro-

jeto, a ponto de providenciar o serviço paralelo de padeiros, marceneiros, eletricitistas, cozinheiros, voluntariamente, quando necessário. O filme gerou na cidade um revigoramento não só psicológico, mas econômico.

ENERGIA

“E nesse clima que se gera uma enorme energia que você não sabe que tem. O Nordeste está com o fuso horário errado. O meio-dia lá é muito grande, de 10 às 15 horas. Então para se filmar uma cena no amanhecer e no entardecer, tem que ser rápido, acompanhando o sol. Tinha que levantar às 4 horas para se pegar o começo da manhã — preparar tudo para filmar às seis. Por isso essa ideia de “uma câmara na mão, uma ideia na cabeça” é muito poética, para isso tudo é preciso ainda um bom pulmão, um bom físico e muita lucidez. Se houvesse mais recursos financeiros haveria maior número de contingente na produção, menos desgaste da equipe”, diz Pedro Jorge.

Quanto à linguagem do filme, o cineasta diz ser clara. Aliás é sobre isso a sua tese de doutorado (em andamento) na USP, da qual a obra faz parte: a transposição da linguagem. Há nesse processo diversos níveis de percepção. A literatura, o conto do Herman Lima busca a fluidez. O roteiro é a antifluidez, é esfregar essa unidade da literatura, que se torna novamente unidade, fluidez, no filme. Mas é uma outra linguagem.

Enquanto preparava o filme e o doutorado, Pedro Jorge deu aulas sobre organização da produção no curso de mestrado da USP no segundo semestre de 83. Os alunos discutiam, através do curso, a produção de “Tigipió”, sendo desta forma levada a experiência do filme para a Universidade.

Quanto a função do cinema, Pedro Jorge, não acredita que seja uma arma de revolução. Ele pode até ser usado como tal, mas o que importa é o engajamento das pessoas. O cinema é um negócio de elite, caríssimo. “Com o orçamento do meu filme eu montaria hoje, umas 20 rádios-pirata, fazendo a cabeça de 20 vezes mais pessoas. Mais revolucionário que o cinema é hoje a rádio-pirata, o palanque, o megafone, a imprensa alternativa. Essa posição do artista leva muito à vaidade, à busca de reconhecimento”.

O cineasta cita Neruda ao afirmar que “nós escrevemos para ser amados”, e acrescenta: “Quantas pessoas se colocam como heróis sociais e que antes de tudo são grandes carentes afetivos, como de resto eu sou, mas me incomoda muito a busca do pedestal. Eu acredito que essa busca pode se confundir com a própria traição à sociedade. E preciso, então não segregar e não fazer castas de heróis e não-heróis. Como diz Leonardo Boff, “herói não é aquele que morre de pé, mas aquele que capitula com os humildes numa espécie de solidariedade ao drama humano”. (Jurema Campos e Marta Rosário)



O boiadeiro Teotônio Vilela (E) e seu irmão D. Avellar Brandão

A mensagem do profeta

“O Evangelho segundo Teotônio — é uma tentativa de manter acesa a flama cívica do menestrel das Alagoas”, define o filme seu realizador, Vladimir Carvalho, cineasta e professor da Universidade de Brasília. Valdmir veio para Brasília em 69 com Cécil Thieré, convidados por Fernando Duarte. Ele e outros, como Jean-Claude Bernadet e Nelson Pereira dos Santos ajudaram a cimentar o Cinema na cidade de poucos habitantes e muita poeira vermelha.

Os pioneiros da Sétima Arte foram aos poucos se despedindo da Capital à medida que a Universidade ia se desviando do seu caminho, mas Vladimir resistiu aos refluxos do tempo, e continuou desenvolvendo seu trabalho. Fez vários curtas-metragens e alguns longas, entre eles o famoso O País de São Saruê. Agora Vladimir apresenta ao público um filme que promete retomar os ideais literários daquele que lutou ao limite da capacidade humana “para que o Brasil retomasse o caminho da democracia”. Quem não se lembra dele na campanha pela anistia, outro marco importante na vida nacional?

Teotônio Vilela tornou-se símbolo da campanha nacional pelo restabelecimento do voto popular, a campanha das diretas já. E justamente essa grande figura que o cineasta foi buscar e nos oferece num filme de 1h30min, com fotografia do conhecido Chico Botelho e produção de Armando Lacerda.

O roteiro é do próprio professor e os letreiros de apresentação são do cartunista Henfil. Teotônio brandindo sua bengala feito a espada de um Quixote contra os moinhos da vida. O filme relata toda a história desse homem incausável e lutador, desde a infância solta e “livre de peias do pai”, a sua passagem pelo colégio de padres, quando despertava os primeiros pendores políticos, a jogada para montar a primeira usina de açúcar, o ingresso na política udenista até o rompimento com a arena e o governo Geisel, e sua derradeira luta, agora contra a morte, luta es-

ta que nenhum homem acaba vencedor. Uma coisa é certa: o corpo de Teotônio jaz morto a sete palmos da terra, mas os seus ideais permanecem vivos não só no filme de Vladimir Carvalho, como também no coração e na mente de milhões de brasileiros — seu funeral se confunde com os primeiros comícios pelas eleições diretas, que ele pregava com ardor.

A CENSURA

Foi com indistigável constrangimento que Márcio Curi, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD-DF), anunciou a impossibilidade de apresentar, na íntegra, o filme O Evangelho Segundo Teotônio, de Vladimir Carvalho, que iria abrir o 2º Festival do Filme Brasileiro, de 13 a 19 de agosto. Houve um desânimo geral no auditório superlotado da Cultura Inglesa, que estava ansioso para matar as saudades do menestrel das Alagoas. O jornalista Pompeu de Souza, membro do Conselho Superior de Censura tomou a palavra e garantiu lutar para que a mensagem de Teotônio Vilela chegue ao público na íntegra e a liberdade tantas vezes defendida pelo ex-senador seja respeitada.

O cineasta autor do filme não concordou em mostrar a sua obra adulterada por cortes impostos pela Censura Federal (a exibição foi liberada parcialmente), já que “esse gesto não se coaduna com os dias que vivemos de retomada do regime democrático”. E lembra “que todas essas coisas (as que foram vetadas) Teotônio teve oportunidade de afirmá-las de público e nos meios de comunicação”. Os cineastas Hermano Pena, autor de Sargento Getúlio, Jorge Bodanski, criador de Iracema, o músico Jorge Antunes, além de duzentas pessoas entre o público assinaram um manifesto de repúdio à ação da Censura, que sabe muito bem o perigo representado pelo tema Diretas já e “cassou a palavra de um dos homens mais lúcidos de nosso tempo. (Nevinho Alarcão)

MANIFESTO

“Os cineastas, atores, técnicos, críticos, dirigentes de classe, intelectuais e o público em geral, presentes ao II Festival do Filme Brasileiro, manifestam o seu repúdio à ação antidemocrática e obscurantista da Censura Federal que, em flagrante desrespeito ao momento histórico vivido pelo País, impôs cortes ao filme “O Evangelho Segundo Teotônio”, de Vladimir Carvalho.

Os signatários deste documento entendem que, com essa atitude, a Censura pretendeu cassar a palavra de um dos homens mais lúcidos de nosso tempo, mutilar uma obra de arte e cassar a cidadania de quantos espectadores queiram, através do filme, conhecer o testamento político de Teotônio Vilela”.

Brasília, 19 de agosto de 1984.



Pedro Jorge, diretor de “Tigipió”, durante as filmagens

As regras do jogo

Aqui estão algumas noções úteis para quem está interessado em aprimorar seu estoque particular de armas.

Regra nº 1: Não existem regras

Em guerra há quatro anos com o Iraque, o Irã possui uma respeitável força aérea que opera aviões de fabricação norte-americana, comprados na época do xá Reza Pahlevi. Suas esquadrilhas compõem-se, basicamente, de dois aviões: o F-5-E Tiger 2, e o F-14 Tomcat. Ambos são de concepção avançada, de difícil reposição e manutenção, principalmente o Tomcat, avião tão avançado que, além do Irã, só os EUA possuem.

"Além dos americanos", analisa Pedro Paulo, "somente Japão e Israel têm know-how para recondicionar estes aviões. Ora, se os EUA mantêm um rígido controle sobre as exportações para o Irã, e se o Jaão não exportou uma bala sequer, em termos de armas, desde a 2ª Guerra, como se explica que os F-5 e os F-14 iranianos continuem lutando? Sobre Israel, que que ganha dólares alimentando quem mantém dividido o mundo árabe". Um diplomata brasileiro foi recentemente chamado às pressas a Bagdá, para explicar ao enfurecido governo iraquiano como vários carros Cascavel capturados do Irã tinham ido parar lá. O diplomata argumentou que eles não foram exportados diretamente, mas sim repassados - provavelmente pela Líbia. "O material brasileiro praticamente não alimenta o mercado paralelo. As empresas são fiscalizadas e não vendem para esse mercado, não fazem triangulação - venda de um grande volume que não é absorvido e por isso é reexportado. Mas ninguém pode impedir que um comprador repasse algumas unidades brasileiras de seu arsenal para terceiros", comentou a fonte da Engesa.

Regra nº 2 - O crime compensa

O roubo de arsenais é uma prática pouco difundida, mas tem os seus adeptos, principalmente no meio terrorista. O IRA irlandês, por exemplo, é exímio na arte de esvaziar arsenais ingleses. Mas nada se compara ao roubo de um míssil ar-ar Sidewinder de um arsenal da OTAN, na Alemanha, em 1966. O míssil, com 2,5 metros de comprimento, saiu da base americana enrolado num tapete persa, foi desmontado e enviado peça por peça para a Tchecoslováquia... pelo correio.

Regra nº 3 - Sucata is beautiful

No ano passado, o Brasil fez uma simples mas sensacional compra de armamentos de um grupo particular sul-coreano. Foram 250 carcaças de carros M-41, comprados como ferro-velho pelo seu peso em metal, que se transformaram em 50 tanques M-41B novinhos, após a aplicação dos kits de remodelação da Bernardini S/A.

"É possível obter-se equipamento militar desarmado para uso particular", conta Pedro Paulo, "existindo até mesmo colecionadores disso nos EUA. 'Todo o material bélico obsoleto é transformado em sucata e vendido, após uma operação de stricked - remoção de todos os itens ofensivos (metralhadoras, canhões) e outros - podendo ser adquirido por qualquer um.

Esta é uma das formas de se obter equipamento bélico sem complicações no paralelo. Muitos países, entre eles o Brasil, produzem peças de reposição para armas que permitem sua inteira re-

cuperação. Por mais que o Itamarati queira controlar as vendas, é impossível caracterizar como arma um motor ou um jogo de pneus à prova de balas.

E a procura é grande. Recentemente, a embaixada local de um país do Sudeste Asiático foi sondada por uma conceituada loja de roupas masculinas de Brasília, a Paranoá, a respeito de outros M-41 iguais aos comprados pelo Brasil. Representando um país centro-americano (a Paranoá tem um escritório no Panamá), a loja mostrou-se interessada em adquirir o equipamento obsoleto para seu cliente, que muito provavelmente seria remodelado com os kits produzidos no Brasil, já no país comprador. "Fiquei sabendo da estória ao ser consultado por um membro conhecido da Embaixada, que queria uma opinião sobre a idoneidade da Paranoá, antes de fechar o negócio", lembra Pedro Paulo.

Regra nº 4 - Quem não se atualiza, se...

Muitas novidades estão saindo em breve das pranchetas das empresas brasileiras para os campos de prova e de batalha. São elas:

- **Avibras** - produtora de mísseis e foguetes, a Avibras está trabalhando, simultaneamente, num sistema de mísseis anti-aéreos, num míssil antinavio semelhante ao Exocet francês, em foguetes de barragem e num míssil ar-ar, o Piranha, que deverá equipar o novo AMX.

- **Engesa** além do protótipo de um jipe, a Engesa promete ainda para este ano o Osório, o maior carro de combate nacional, com 40 toneladas e canhão de 105 ou 120mm. Ele deverá ser um dos quatro melhores do mundo: totalmente computadorizado, com telemetria laser e proteção contra contaminação química e radioativa.

- **Embraer** - a oitava produtora mundial de aeronaves estuda agora, após o AMX, o desenvolvimento de um helicóptero de alto desempenho, em consórcio com a Sikorski americana. Deverá produzir também o turboélice pressurizado Brasília em duas versões militares: uma anti-submarina e um avião-radar tipo Awacs.

- **Arsenal da Marinha** é de onde virão as maiores novidades. O fracasso Argentino na guerra das Malvinas serviu para mostrar a fragilidade dos exércitos e principalmente marinhas latino-americanas, devido a, entre outros motivos, insuficiência e obsolescência do equipamento.

Ganhou força, por essa razão, o processo de remodelação profunda que a Marinha brasileira começa a atravessar: serão 12 novas corvetas, quatro equipadas com Exocet e as demais com o míssil da Avibras; oito submarinos da classe IKL1400, sendo o primeiro feito na Alemanha e o restante aqui; e existem ainda os projetos (a depender dos recursos) de um porta-aviões de ataque, semelhante ao Invencible inglês, e um submarino nuclear, ambos para a década de 90.

Regra nº 5 - Os caminhos conduzem ao paralelo

A revista **Tecnologia Militar**, de junho de 1980, trazia um interessante anúncio: uma sociedade civil, a **Comerce International Group Inc.**, com sede em Bruxelas, Bélgica, oferecia para entrega imediata uma lista impressionante de armamentos: desde o fuzil de assalto AK 47, equipamento padrão do Exército soviético, até

caças supersônicos Mig 21, disponíveis somente em "pequenas quantidades", segundo o anúncio. Sem mistérios ou burocracias governamentais.

Editada na Alemanha em espanhol, para países da América Latina, a **Tecnologia Militar** é um entre os mais de 100 títulos publicados em todo mundo, com a finalidade básica de divulgar o material existente para governos interessados. Três revistas com essa especialidade são editadas no Brasil, a **Brasil, Defesa e Armas**, a **Brasil Defesa** e a **Flap**, encontráveis em qualquer banca por aproximadamente Cr\$ 2 mil.

11 "Arma é hoje um produto como qualquer outro. É natural que existam essas revistas para promovê-las, como as publicações para carros ou motos", observa o jornalista.

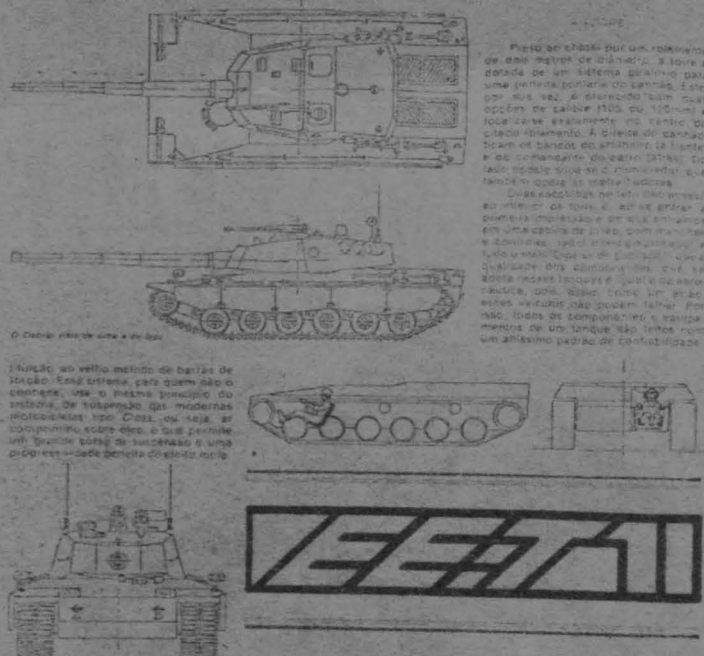
Escritórios como o **International Group Inc.** São comuns nesse mercado paralelo que movimenta bilhões de dólares anualmente, alimentando os arsenais do Terceiro Mundo e alimentando-se deles. Pois é inegável que os maiores fornecedores do paralelo são os próprios países pobres, que não têm tecnologia para recuperar equipamentos militares antigos, passado adiante como sucata. Tais sociedades operam, basicamente, na Inglaterra, Bélgica, Singapura e Panamá.

Como não poderia deixar de ser, equipamentos brasileiros também estão no paralelo, levados entre outros pelos vários grupos que comercializam aqui, "como a família Mayrink Veiga e talvez também o Monteiro Aranha", apontou Pedro Paulo, "cuja atividade provavelmente são legalizadas e passam pelo crivo do governo". Prova disso é o assalto que o apartamento do empresário Antônio Mayrink Veiga sofreu no dia 29 de maio último, quando os ladrões levaram uma quantidade "indeterminada" de armas leves e metralhadoras, segundo a ocorrência da 10ª DP do Rio.

Regra nº 6 - "A quem interessar possa"

O mundo atravessa hoje 18 situações de beligerância, guerra civil, disputas várias ou climas de tensão entre países de toda parte. Somena guerra Irã x Iraque matou mais de meio milhão de pessoas, e continua matando com o auxílio de 40 países que se encarregam de fornecer, direta ou indiretamente, mais e mais armamentos para o conflito. Segundo dados disponíveis, em 1983, a URSS e os EUA exportaram juntos um volume superior a US\$ 70 bilhões em armamentos, enquanto a Europa Ocidental, somada à China, foi responsável por um valor semelhante, isso sem levar em conta o mercado paralelo; o Brasil, a manter esse ritmo de crescimento, estará próximo dos US\$ 10 bilhões no final da década.

A louca espiral dos números lembra um ciclone de dólares, unidades, toneladas, autonomias e capacidades destrutivas que cresce em proporção geométrica, proporcional à incapacidade de coexistência pacífica de países de um mundo que se entredora por princípio e desde o seu princípio. Isso fez da indústria da guerra uma das mais sofisticadas, produtivas e bem pagas organizações humanas. E não é para menos: matar gente, na opinião de quem entende do assunto, é hoje um excelente negócio, um dos mais lucrativos. Para quem produz, vende, intermedia ou utiliza armas, é claro.



O projeto do Osório: o sofisticado tanque será concluído ainda este ano

Continuação da página 10

nas uma alteração na diretoria da IMBEL visando a racionalizar sua administração e implementar suas exportações".

"MADE IN BRAZIL"

Implementar exportações, dentro do um mercado milionário marcado pela competitividade e pelo tráfico de poder, certamente não é fácil. Pesa a favor do Brasil, além da qualidade e do preço vantajoso, sua postura independente, que o fez um dos principais fornecedores de países em desenvolvimento. "O Brasil é um País que não impõe alinhamentos políticos apenas pelo fato de algum país ser comprador nosso; nunca fomos colonialistas, e o Brasil não usa ideologicamente suas exportações. Até a aceitação das equipes de manutenção é maior, por causa dessa identidade de terceiro-mundista", comentou a fonte.

Mesmo assim, o processo de vendas é cuidadosamente controlado pelo governo, através do Itamarati, o que gera dividendos políticos inegáveis.

Para o início de qualquer negociação entre clientes e empresas, é necessário o sinal-verde do Itamarati, que autoriza ainda o fechamento do contrato. Sempre houve grande apoio do Ministério das Relações Exteriores e das Forças Armadas às visitas dos compradores-ministros, chefes de estado-maior presidentes de vários países - o que facilita as vendas, na opinião da Engesa. "Mesmo porque", assinalou a fonte, "exportação bélica, a partir de certo momento, vira interesse nacional e é um problema do governo".

Ao mesmo tempo que o Brasil permite uma certa independência dos compradores em relação aos produtores tradicionais de armas, as exportações bélicas brasileiras abrem caminho para nossa penetração em outros ramos da economia destes países, notadamente no setor de serviços.

Como consequência, a diminuição nas vendas de equipamento militar dos grandes produtores, devido ao Brasil, reduz também sua influência econômica sobre os compradores. A pressão política das grandes potências torna-se inevitável, "principalmente sobre quem compra". "Mas o Brasil não sofre restrições por parte dos grandes produtores de armamentos com os quais concorre", comentou o representante da IMBEL/Engesa.

Há quem discorde desta afirmação. Na opinião de Pedro Paulo Rezende, especialista em assuntos militares do **Jornal de**

Brasília, a "interferência das potências nesse mercado é menor do que poderia ser, e maior que se diz".

Pedro Paulo explicou que existe a ingerência das potências bélicas nas transações de governo a governo, lembrando o caso dos aviões libios, em 82, quando o Brasil reteve a pedido dos EUA dois cargueiros da Líbia carregados de armamentos para a Níger. A pressão se dá principalmente quando as transações envolvem países não-amigos, apesar da dificuldade de se controlar uma atividade tão lucrativa. O resultado mais imediato disso é a existência de um vasto e sofisticado mercado paralelo de armas (ver matéria ao lado), responsável pela manutenção dos arsenais de várias guerras e países contrários à hegemonia americana, por exemplo.

O incidente com os aviões não afetou as relações comerciais, em boa parte de armamentos, entre Brasil e Líbia. E, ao que tudo indica, vãos como aquele continuam acontecendo hoje normalmente, com o conhecimento do Brasil.

Na realidade, é grande o desagrado americano com a postura autônoma brasileira, segundo o jornalista, o que pode ser constatado pelo recente acordo militar assinado entre os dois países, como parte das exigências do FMI. Centrado na troca de tecnologia, constava do acordo, porém, um memorando adicional que impunha restrições à venda de nossos armamentos a inimigos ideológicos dos EUA. O memorando não foi assinado e está sendo boicotado pelo Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, que na negociação conseguiu garantir a soberania sobre as exportações de produtos com tecnologia nacional.

As Forças Armadas, por sinal, têm um comportamento bastante pragmático em relação às vendas externas de armas. Cogitase, no momento, um pedido de compra do Irã no valor de US\$ 1 bilhão que, provavelmente, será vetado pelo Itamarati devido ao compromisso de fidelidade que o governo mantém no fornecimento de armas - o Brasil exporta para o Iraque, adversário do Irã. Mas os ministérios militares não teriam nada a opor a um bom cliente que pague à vista. "Na opinião deles, o Itamarati, às vezes, é excessivamente ético", comentou Pedro Paulo, pois "o Brasil deveria vender para qualquer um porque seu objetivo maior é obter dólares, não a vantagem política".

Conciliar tantos interesses é difícil. Mas o lucro, sem dúvida compensa.

O petróleo e a recessão na mão do Golfo em bloqueio

O mundo já não se surpreende mais com os ataques a navios comerciais no Golfo Pérsico. Depois que a força aérea iraquiana atingiu o petroleiro grego "Friendship L", de bandeira liberiana, no último dia 7 de agosto, outro petroleiro, de bandeira panamenha, foi atingido dia 18 de agosto por mísseis não identificados. Este número vai crescendo a cada momento, enquanto Irã e Iraque se acusam mutuamente, e a economia mundial balança na esfera do petróleo. Para uma análise das consequências econômicas desta guerra para os países do 3º Mundo, o Campus ouviu a opinião do Professor de Sistema Financeiro Internacional da UnB, Wálter de Góes.

O professor acredita que neste momento não vivemos aquela conjuntura de 1973 quando ocorreu a quadruplicação dos preços do petróleo, nem a conjuntura das outras crises subsequentes ao embargo árabe do fornecimento do combustível. Isto significa que, a despeito de termos sofrido uma importante redução das entregas do petróleo pelos países beligerantes, esta não tem afetado importantemente a disponibilidade para o consumo ocidental.

"Porém, os estoques são finitos e se a guerra continuar se agravando, e sobretudo se ela se generalizar criando de fato um bloqueio à navegação no estreito, isso pode ocasionar uma interrupção prolongada no fornecimento do petróleo, e portanto um esgotamento do suprimento. Os comentaristas internacionais acham que no caso de um agravamento do conflito e de uma complicação no suprimento, os preços do barril poderão atingir níveis altíssimos. Esta elevação de preços pode provocar uma situação de constrangimento da economia internacional bastante grave, provocando um aumento dos custos de produção de todos os bens e serviços. A indústria ocidental, como um todo, sofreria a pressão dos

preços a qual aceleraria a recessão mundial que está hoje instalada na Europa e nos Estados Unidos, e que é uma recessão geradora de inflação por um lado, e penalizadora do nível de emprego por outro lado", explica o prof. Wálter de Góes.

Segundo Wálter de Góes, a elevação drástica no preço do petróleo significaria maiores convulsões no sistema internacional, gerando um maior nível de recessão nos países do 3º Mundo que no momento dependem das exportações para serem países com solvabilidades, isto é países com capacidade de pagar suas dívidas. "Se nós temos uma depreciação no comércio internacional, em virtude de um agravamento da recessão, via encarecimento do petróleo, temos portanto uma menor capacidade dos países do 3º Mundo de manterem superavit em suas balanças comerciais".

"Por outro lado, um agravamento no fornecimento do petróleo, significando elevação de preços, significa também um aumento muito grande da necessidade internacional de financiamento desses preços, pois a demanda por crédito cresce na proporção de crescimento dos preços. Então haveria necessidade de uma pressão dos países compradores de petróleo sobre a estrutura de oferta internacional do crédito. Se há uma pressão adicional sobre a estrutura de oferta de crédito, verifica-se um encarecimento do crédito e as taxas de juros crescem no mercado internacional. Havendo um aumento das taxas de juros, há um aumento da recessão nos países pobres, nos países do 3º Mundo, e aumenta o estigma desses países para processos de denúncias das dívidas externas e de moratória", afirma o prof. da UnB, concluindo que esses processos podem levar a interrupções de relações econômicas com o exterior e agravamento nos problemas já existentes de desemprego e inflação. (Mária Amélia)



Novas publicações discutem a realidade brasileira

Novos Lançamentos: Retrato do Brasil e Brasil Extra

O mercado editorial conta agora com duas novas publicações: A coleção de fascículos **Retrato do Brasil** e a revista mensal **Brasil Extra**. Ambas desvinculadas dos poderosos interesses que dominam os grandes veículos de comunicação de massa, vêm ocupar importante espaço no contexto da informação e análise crítica do Brasil atual.

RETRATO DO BRASIL

"Há um profundo interesse em discutir a atual crise brasileira e ver sua perspectiva histórica". Partindo desta avaliação, **Retrato do Brasil**, uma coleção de 43 fascículos começa a ser publicada com o objetivo de retratar os 20 anos de regime militar, por meio de textos e fotos, buscando também a análise e comparação com os outros períodos da nossa história.

Iniciativa das editoras Política/Três, conta com a participação de alguns dos mais destacados jornalistas e intelectuais do País, como Raimundo Pereira (ex-diretor do jornal alternativo **Movimento**), Mino Carta (criador das revistas **VEJA**, **ISTO É**, e **SENHOR**), Elifas Andreato, Luiz Gonzaga Belluzzo, Raimundo Faoro e Hélio Bicudo.

Abrindo-se à participação de interessados, o projeto editorial está "comprometido com a democratiza-

ção e o desenvolvimento social do País. Por isso, quer fornecer elementos para elevar a compreensão popular sobre a história do Brasil e mostrar saídas para a crise que são oferecidas pelos diferentes setores oposicionistas", enfatizou o redator chefe Raimundo Pereira.

BRASIL EXTRA

"Pobre porém decente", segundo seu lema, a revista mensal **Brasil Extra** surge inovando no conteúdo e na forma. Conta com jornalistas capazes de escrever para atingir sobretudo a juventude de classe média. E o caso de Ruben Paiva e Alfredo Sirkis falando sem concessões sobre rádios-pirata e drogas. Já no primeiro número, **Extra** resgata importantes fatos recentes da nossa história, esquecidos pela conveniência da imprensa tradicional, como foi o mal-explicado "caso Baumgarten". Reportagens que muita gente gostaria de ler mas nunca encontra, tipo "Quem faz a cabeça do Lula", ou sobre as origens da ambição pessoal e do fascismo tupiniquim do Paulo Maluf.

Os dois lançamentos vêm conseguindo receptividade, alcançando boas vendas pelo menos em Brasília. E o que atestam proprietários de algumas das bancas de revista mais movimentadas de Brasília, inclusive da UnB. (Márcio Araújo)

OLHA SÓ! AQUI DIZ QUE, DEVIDO A GUERRA IRÃ X IRAQUE, OUTRO PETROLEIRO FOI AFUNDADO NO GOLFO PÉRSICO.

CADA BOMBA QUE CAI LA' ABRE MAIS O BURACO DO MEU ESTÔMAGO AQUI!



- Raul -

A estratégia da campanha

Pela primeira vez desde 1964, há no Brasil uma disputa de fato pela Presidência da República, ainda que seja no âmbito do Colégio Eleitoral, ilegítimo e repudiado pela Nação. Como se trata de conquistar eleitores em colégio fechado, cada um dos 686 delegados são o alvo final da campanha que os comitês dos dois candidatos vem articulando. Mas para isso precisam influenciar a opinião pública no sentido de sensibilizar os colegiais.

A equipe do ex-governador Tancredo Neves pretende atrair os delegados indecisos e alguns que disseram não ir ao Colégio com a força do apoio popular com a qual espera contar nos comícios pela sua candidatura a serem realizados nas principais cidades do País começando por Goiânia, em setembro. Políticos da Aliança Democrática acreditam que, absorvida a decepção provocada pela derrota da Emenda Dante de Oliveira, a opinião pública esteja disposta a apoiar a candidatura indireta de Tancredo, apresentada como alternativa de mudança. Os comícios objetivam o chamado "efeito bumerangue", isto é, mostrar apoio popular para sensibilizar os detentores de



votos ao Colégio Eleitoral. Esta estratégia implica em grandes dificuldades para o político mineiro. Em primeiro lugar, para convencer a opinião pública da disposição para realizar mudanças econômicas e sociais por parte dos políticos da Frente Liberal. E, depois, como reunir num só palanque tradicionais adversários políticos que se juntaram à Aliança Democrática?

Outra frente distinta da luta pela candidatura de Tancredo Neves é o contato corpo-a-corpo, individual e com pequenos grupos. Para isso, o comitê da Aliança Democrática já alugou uma casa no Lago Sul para receber seus convidados. O ex-governador vinha se encontrando basicamente com os caciques da Frente Liberal. Agora, vai à luta tentar conquistar voto por voto de

delegados. O candidato do governo à presidência da República, Deputado Paulo Maluf, após a convenção do PDS, vem mantendo contatos políticos diariamente aqui no Distrito Federal. O candidato centralizou definitivamente sua campanha em Brasília, depois de desativar seu escritório de São Paulo. A maior desvantagem do depu-

tado Paulo Maluf é a sua impopularidade. Segundo o deputado João Carlos de Carli (PE), um dos assessores de Maluf, em entrevista ao *Campus*, ressaltou que o candidato pretende fazer debates em TV, distribuir amplamente camisetas, broches, bonês, chaveiros, além de anúncios nos meios de comunicação. Esta campanha de marketing visa atenuar a "taxa de impopularidade" do candidato, para evitar que delegados tenham vergonha ou medo de votar nele, conforme afirmou o coordenador de publicidade da campanha de Maluf, Said Fahrat.

MALUF

Mas o ponto mais forte da campanha de Maluf é o aliciamento direto nos contatos que o candidato vem mantendo com os colegiais. São nesses encontros que numerosos cargos da Administração Pública são prometidos. Correm rumores, segundo o bem-informado jornalista Ruy Lopes, na *Folha de S. Paulo*, que a "taxa de convencimento" de cada delegado anda por volta de 200 mil dólares, podendo se elevar a 500 mil". (Aparecida Timbom e

Márcio Araújo)



Defendendo a Universidade e as grandes causas populares, o movimento estudantil iniciou carreiras políticas de destaques

Política Estudantil e Partidária

O que pensam os estudantes a respeito da ação dos partidos políticos no Brasil? O que pensam os políticos a respeito do movimento estudantil? Entre outros Aldo Arantes e José Frejat estiveram na presidência da UNE, respectivamente nas gestões 61/62 e 50/51, duas gerações do Movimento Estudantil (ME). Hoje, ambos atuam na política partidária como deputados federais: Aldo no PMDB de Goiás e Frejat no PDT do Rio. Ambos concordam que o ME não é o mesmo do passado. Por outro lado, há senso comum entre os estudantes quanto ao que consideram uma fraca atuação dos partidos políticos.

O deputado José Frejat explica que em sua época de atuação, havia uma clara separação entre a atuação no ME e na política partidária. Este seria, segundo ele, o maior fator de coesão entre os estudantes, já que as diferenças partidárias não eram trazidas para as entidades. "Não é questão das entidades", diz Frejat, "as discussões político-partidárias. Não são, mas, se M.E. significa movimento estudantil, segundo descrição do colega Edil da História, seus líderes são batalhadores 'fulltime' e, de alguma forma se ligam a al-

gum partido, veiculando as idéias deste". Frejat fala também de líderes, que não mais existem, ou existem com certa escassez, pelo menos a nível partidário. Estes sumiram como também sumiu o movimento estudantil, a grande escola.

CPC

Aldo Arantes concorda que o movimento dos estudantes hoje é menos atuante em relação àquele que existiu até 1968, e que ele viveu. O tempo do deputado Aldo Arantes é o tempo do Centro Popular de Cultura (CPC) e da UNE — volante, quando a União Nacional dos Estudantes unificou a luta dos estudantes, percorrendo cerca de 200 faculdades por todo o País. A frente da diretoria da UNE, o deputado defendia bandeiras específicas muito conhecidas nossas, como por exemplo: 1/3 de participação dos estudantes nos órgãos colegiados, luta pela modificação dos currículos e a reforma universitária (que estava então sendo discutida no Congresso Nacional).

O Deputado faz uma advertência às possíveis comparações, de que as realidades são diversas. Ele explica que, em primeiro lugar, o clima político dos últimos tempos têm se caracterizado pela

falta de liberdade, um pouco diferente daquela época. Outro aspecto que ele cita é a realidade mais complexa e abrangente do ensino superior, que conta hoje com um número bem maior de estudantes, sendo a maior parte deles (70%) das faculdades particulares. Deve-se, ainda, levar em consideração a falta de base material (recursos) das entidades hoje. Além desses dois movimentos, volta a crescer um outro: dos neoliberais, uma contundente negação às entidades. O deputado José Frejat lembra do tempo que quando a UNE tomava uma decisão, todos os estudantes acata-vam. Para Frejat, o principal é ligar as questões estudantis aos interesses nacionais.

ELEIÇÃO DIRETA

Com relação a uma questão muito polêmica entre os estudantes, que é a eleição direta para a UNE, os dois políticos divergem.

Para o deputado Aldo Arantes, que defende eleições diretas para Presidente da República, há dois aspectos a se considerar: o papel (abrangência) desta entidade dos estudantes é muito menor que a de uma presidência do País; depois a diretoria da UNE, salvo nos dois primeiros anos de re-

construção da entidade (1979-1980), sempre foi eleita indiretamente e sempre foi bastante representativa. Na sua opinião, o mandato de uma diretoria da UNE, que é de apenas um ano, é pequeno demais para se bancar uma eleição direta. De qualquer forma, propõe que estas e outras questões sejam pesquisadas e debatidas em seminários. O deputado Frejat acha que se houver possibilidades físicas, a diretoria da UNE deve ter seus membros eleitos diretamente. Ambos enfatizam a necessidade de se legalizar a UNE.

Um militante conhecido nosso na UnB, Guillem, considera a atuação dos partidos políticos em geral medíocre. Ressalta as posições do PT, onde atua a nível partidário. Diz não ter ilusão quanto aos políticos, principalmente os que estão no jogo sucessório. Sem ser a favor dos dois candidatos, arrisca um palpite apontando o presidenciável Tancredo como favorito. Acha ainda que o PT não vai, e não deve ir, ao Colégio Eleitoral. Pensa em continuar atuando a nível partidário, mas sem ocupar cargos públicos.

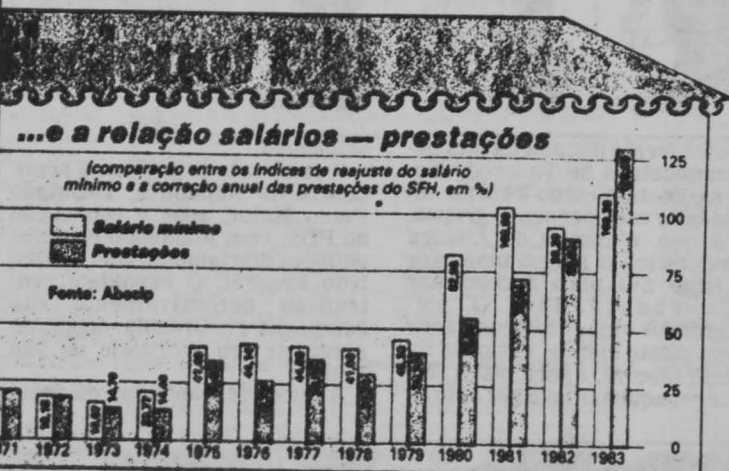
Eloiza é uma outra militante do ME, atualmente cursando o 9º semestre de História. Aquilo que seu colega falou, ela acrescenta

que os atuais partidos políticos fazem parte do projeto de democracia burguesa. Este projeto prevê que a atuação política deve se restringir ao parlamento. A seu ver, Maluf pretende reorganizar as bases representadas pelo capital monopolista com a manutenção do estado de exceção, porém, sem ditadura militar. "Tancredo por sua vez", continua, "procurará reorganizar a classe capitalista, evitando um confronto com a classe trabalhadora e a pequena burguesia". Diz ainda que as eleições diretas ainda seriam possíveis se um impasse fosse gerado. O acordo do candidato da oposição com a Aliança Liberal, porém, dificultou um pouco isto. Para ela é importante atuar na política partidária no sentido de poder influir nas decisões que são tomadas em seu próprio nome.

Um pouco diferente pensa o aluno de comunicação-jornalismo, Reinaldo, que acha que a sociedade deve se autogovernar, sem necessidade de partidos políticos. Ele nunca atuou no ME, embora já tenha militado em um partido político. Nos partidos que existem hoje falta espaço para uma boa parcela da população (minorias, ecologistas, etc), inclusive para os estudantes. (Cid Queiroz)



MALLUP: AGORA VOCÊ VAI AJUDAR A MINHA CAMPANHA, NÉ?



Governo usa BNH para mudar imagem

Curiosamente após a derrota do ministro Mário Andreazza na convenção do PDS para o deputado Paulo Maluf, o governo começou, finalmente, a se preocupar com a desesperadora situação em que se encontra hoje uma grande parte dos mutuários do BNH. Anunciou estudos de adoção de um bônus, que reduziria as prestações da casa própria em 20% a 25% e posteriormente a aplicação da equivalência salarial, fazendo com que as prestações ficassem em 25% da renda familiar dos mutuários.

Essas idéias visariam, além da resolução do problema dos mutuários, o próprio salvamento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) pois, a continuar crescendo o número de inadimplentes, esse sistema estaria destinado à falência. Como diz o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP), "Sistema Financeiro da Habitação, tal como foi posto, é um sistema falido. O governo tem que encontrar uma saída para um problema que ele próprio criou".

— "A população está consciente politicamente e favores do governo que não resolvam de fato seus problemas, não dão dividendos políticos", disse o deputado paulista quando indagado sobre as intenções do governo de melhorar sua imagem diante da opinião pública e conseqüentemente, tornar menos incômoda para a não a presença do candidato oficial do PDS, Paulo Salim Maluf.

MUDANÇA REPENTINA

O problema dos mutuários não é novidade no Brasil. Então por que só agora o governo resolveu tomar medidas que de fato poderiam resolver o problema da inadimplência e viabilizar o Sistema Financeiro da Habitação? Segundo o assessor de imprensa do Ministro do Interior Ricardo Franco Neto, "O Governo Federal chegou à conclusão, através de levantamentos, que o número de inadimplentes atingiu uma porcentagem acima de 20%, e isso gera para todo o sistema um prejuízo muito grande". Franco Neto explicou que o fato do executivo ter resolvido tomar tais medidas no momento em que a disputa política pela Presidência da República chega à sua reta final, não passa de mera coincidência pois "Essas mudanças estão baseadas numa realidade que existe desde 82 quando a população começou a perder, drasticamente, seu poder aquisitivo".

O assessor de imprensa disse ainda que os patrocinadores do bônus serão todos os participantes do Sistema Financeiro da Habitação, ou seja: agentes financeiros do sistema, agentes produtores (construtores) e o governo, através do FINSOCIAL. Acontece que a proposta do BNH esbarrou no desacordo dos agentes financeiros que gostariam de ver a proposta daquele órgão dividida em duas partes. Aplicaria-se o bônus imediatamente, mas a adoção da equivalência salarial ficaria

para um momento posterior, depois de estudos mais aprofundados. Essas imposições lograram momentaneamente a praticidade do projeto.

PROJETOS DE LEI

A contribuição do Legislativo para a resolução do problema é apresentada na forma de projetos de lei que visam reverter a atual situação dos mutuários do BNH. O deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) apresentou um projeto visando estimular o mutuário a regularizar o pagamento das prestações da casa própria. Isso seria feito através de um sorteio anual, onde seriam distribuídas quinze casas quitadas aos mutuários que estivessem em dia com as prestações. Outro projeto de lei do mesmo deputado, similar aos dos deputados Ailton Soares e Irma Passoni (PT-SP) estipula que os desempregados seriam isentados do pagamento das prestações do BNH, enquanto tal situação persistisse.

Todos esses projetos se encontram em trâmite nas Comissões do Congresso. A menos que se peça urgência na resolução dessas matérias, provavelmente, ao serem adotadas, serão meros paliativos. E como ninguém explica, cabe uma pergunta: até quando poderá o governo lançar mãos de verbas federais para continuar cobrindo esse buraco administrativo em que se transformou o Sistema Financeiro da Habitação? **Jair Barbosa Jr.**

OAB entra com recurso contra veto do Governo

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Rio de Janeiro, entrou com um recurso na justiça para derrubar o veto do presidente Figueiredo ao projeto de lei do deputado Geraldo Bulhões (PDSAL), que estabelece o pagamento de royalties aos Estados e municípios sobre o petróleo extraído de suas plataformas continentais.

Como declarou o senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), relator do processo de veto, a OAB-RJ considera infundada a justificativa de inconstitucionalidade, usada pelo Presidente da República para vetar o projeto. Há até quem veja na decisão de Figueiredo um dardo atirado contra o governador Leonel Brizola. Este é o caso do reitorável Cristóvão Buarque, também professor do Departamento de Economia da UnB, que ainda vê uma tendência à centralização por parte do Governo Federal, como uma forma de aumentar seu poder. Ao considerar o fato do Rio de Janeiro ser o maior produtor de petróleo, Buarque não teve dúvidas em afirmar que a decisão do Presidente é de caráter político.

O senador Jutahy Magalhães, assim como o deputado Miguel Arraes (PMDB-PE), não concorda com este ponto de vista, já que existem outros Estados que seriam beneficiados com o projeto, inclusive aqueles que estão nas mãos de governadores pedesistas.

Enquanto Jutahy, que é senador bionico admite a derrubada do veto pelo Congresso, acreditando no comparecimento dos dois terços necessários, Arraes prefere não se estender mais sobre o assunto, alegando não conhecer as razões que levaram o presidente Figueiredo a tomar essa decisão.

A verdade é que a inconstitucionalidade defendida pelo Presidente se baseia no fato da plataforma continental pertencer à União e, portanto, os Estados e municípios não podem ter nenhum direito sobre ela.

O deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), em nosso número anterior já vislumbrava esta possibilidade, mas introduzia consistentemente o argumento, segundo o qual os Estados e municípios deveriam, então, deixar de receber royalties sobre o óleo do subsolo, uma vez que a Constituição declara que este também pertence à União. Estes "royalties" já são pagos desde os anos 50.

FACA DE DOIS GUMES

O professor Cristóvão Buarque acha que o projeto pode ser visto por dois lados. Se agora ele beneficiaria o Nordeste, já que carrearía para a região bilhões de cruzeiros, existe a possibilidade do "feitiço virar contra o feiticeiro". Admitindo-se a hipótese de que no futuro seja encontrado petróleo em São Paulo, iremos assistir uma enorme fuga de divisas para aquele Estado, que já é muito rico. Buarque disse ainda que com o governo atual, fica na dúvida com relação ao projeto, pois parece não haver qualquer esforço no sentido de se desfazer o desequilíbrio regional. **(Adalberto Passos).**

Projeto de lei favorece pequeno produtor

O agricultor chega à agência bancária e solicita um crédito para investir na sua lavoura. O banco analisa o projeto e, em seguida, pede-lhe algum bem como garantia, que passará para o patrimônio daquela instituição se o empréstimo não for pago no prazo estipulado. Esta é a rotina de qualquer produtor rural em todo o País e, aparentemente, não há problema.

Acontece, porém, que muitos lavradores estão sofrendo os rigores da catástrofe climática, enquanto outros nem possuem títulos de propriedade da terra. Por estas e outras razões é que o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) elaborou um projeto de lei, dispensando a hipoteca de bens reais em financiamentos aos pequenos e médios produtores.

Antonio Tonietto, dono de uma chácara em Valpaiz (GO), pediu ao Banco do Brasil, no ano passado, que financiasse uma bomba d'água para irrigar quatro hectares de terra, pois pretendia produzir feijão. Pelos seus cálculos, já neste ano, teria condição de quitar o débito e começaria a lucrar. O banco não aprovou o projeto, alegando que o valor da terra não cobriria o preço da bomba. Tonietto afirma que a terra foi avaliada por baixo do preço de mercado.

Na região Norte, a maioria das pessoas que trabalham na lavoura não possui título de propriedade. Para quem é proprietário, o problema está na instabilidade climática. Segundo o deputado Jorge Arbage, o Pará perdeu 60% da produção só no ano passado por causa da estiagem. Isso faz com que muitos agricultores percam suas propriedades, pois não podem saldar a dívida no banco.

O projeto de Arbage já passou por três comissões da Câmara e agora se encontra na Comissão de Indústria e Comércio, de onde será levado para votação em plenário.

NORTE E NORDESTE

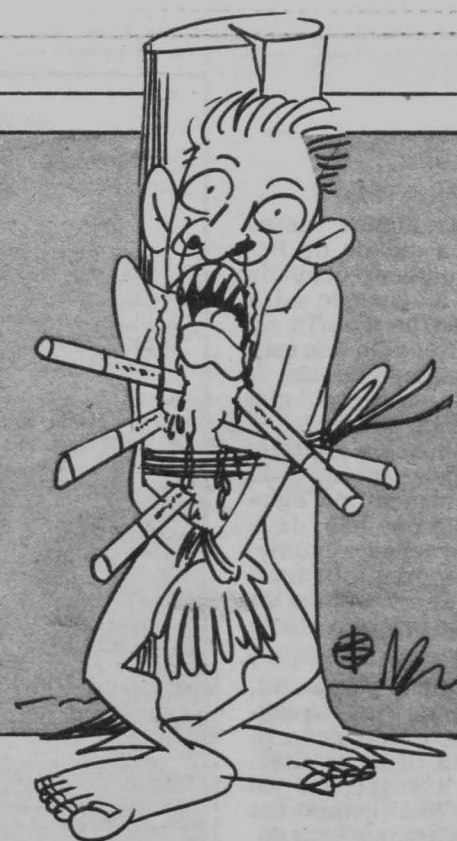
Para o deputado Reinhold Stephanes (PDS-PR), da Comissão de Agricultura, o projeto irá beneficiar, unicamente, o Norte e o Nordeste, tendo em vista que, nas outras regiões, a propriedade já está consolidada, ou seja, todos possuem seus títulos de proprietários. Stephanes acredita que, do ponto de vista teórico, é interessante que os agricultores recebam empréstimos pelo que eles podem produzir e não pelo que eles possuem, considerando válida a idéia de Arbage. Entretanto, ressalva que o Banco do Brasil e o Conselho Monetário Nacional tem autonomia para conceder os financiamentos sem hipoteca, não havendo necessidade de uma lei tratando do assunto. O deputado Arbage vê como imperiosa a criação da lei, pois, mesmo havendo essa autonomia, os bancos nunca deixaram de cobrar a garantia. O País todo e não somente o Norte e o Nordeste precisa desta lei porque com os problemas climáticos a situação se agrava. **(Adalberto Passos e Luis Carlos Queiroz)**

Se você está com um cigarro na boca, não se assuste. Isso é ótimo. Você só está contribuindo para agravar "deliciosas" doenças, em níveis nunca antes sonhado pela sua brilhante imaginação. Os "benefícios" do fumo não se concentram apenas no pulmão, onde a incidência de vítimas de câncer é de 90%. Ele pode levá-lo, inevitavelmente, a uma morte "serena" por um colapso cardíaco. A hipertensão se agrava tornando seu rosto "saudável e rosado". Depois, contrair um "saboroso" câncer na boca, laringe e esôfago, deve ser uma aventura excitante. Tudo isso, sem contar que as suas chances em adquirir um "agradável" enfisema pulmonar estão aumentadas em doze vezes. Bronquite crônica, câncer no pâncreas, rins e aneurisma pulmonar, são mais algumas alternativas de "prazer". Só depende da predisposição do seu organismo.

Depois de todas essas vantagens, certamente você não deve esquecer que os que não fumam, tam-

bém estão sendo "favoravelmente" prejudicados com o seu hábito "salutar", absorvendo a fumaça "sensual" que se insinua no ar. Este seu plan deve ser maior ainda quando você tem a convicção de estar contribuindo para tornar o governo brasileiro no grande arrecadador anual do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), algo assim em torno dos um trilhão e 500 bilhões de cruzeiros, equivalentes a 75,85% de cada maço que você fuma, dos quais, nem um centavo é destinado para resolver os "adoráveis" problemas que o cigarro pode lhe proporcionar. Governo e companhias de cigarros satisfeitos, a opção de continuar também satisfeito é toda sua. Basta usar a cabeça. "No final, o importante é que prevaleça o bom senso".

(Luiz Carlos Queiroz, Aldalberto Passos e Lêda Sampaio)



Cigarro: império da fumaça

Em meio a um universo de empresas de grande porte, que lutam desesperadamente para não naufragar na crise econômica, que ao longo dos anos vem se alastrando pelo País, navega uma "holding" pouco conhecida pelos brasileiros — O Grupo Souza Cruz. Considerada a maior exportadora de fumo do mundo, o que lhe proporciona uma arrecadação de 500 milhões de dólares, só perdendo para os Estados Unidos.

Segundo o diretor de Comunicação Social da Souza Cruz, Waldir Bhering, a companhia está num estágio embrionário de exportação de cigarros, que é muito mais difícil que o fumo, uma vez que a grande maioria dos países, incluindo o Brasil, criam uma série de legislações que impede a entrada do produto.

Bhering afirma que mesmo a produção e comercialização de cigarros no Brasil já não está mais dando lucro, devido

à alta incidência de impostos, além da queda de mercado que vem se registrando nos últimos 3 anos. "O mercado brasileiro hoje, devido às últimas quedas, está do mesmo tamanho que em 1977", afirma Bhering. Ele explica que embora tenham em torno de 100 milhões de cruzeiros aplicados no Open, além de outros tipos de aplicações, com os índices de inflação, o lucro também não é satisfatório. E diz: "desde março deste ano estamos operando com prejuízo na venda de cigarros e nossos concorrentes já operam com prejuízo há algum tempo". Bhering explica que isto acontece em decorrência da política econômica adotada pelo governo. Segundo ele é o próprio governo que tem na Souza Cruz seu maior agente arrecadador de impostos, que chega a ser em torno de 10% do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados — que trocando em cruzeiros, daria aproximadamente 1 trilhão e 500 bilhões. Assim mesmo a Companhia de Cigarros Souza Cruz de-

tém 80% do mercado, o que o diretor de comunicação social classifica de "extremamente oneroso, embora reconfortante", além de deixar claro que quem aumenta o preço do cigarro não é a Souza Cruz, e sim a Secretaria da Receita Federal, que inclusive fixa o preço do produto: "não podemos nem sequer barganhar".

Embora a Souza Cruz não tenha feito nenhuma pesquisa a respeito, Bhering acredita que o número de consumidores possa ter aumentado, mas que na questão da qualidade do produto, que normalmente era o fator principal de escolha do consumidor, tenha caído. Para ele, quem fumava, por exemplo, o cigarro Hollywood, provavelmente está fumando hoje um cigarro mais barato. Constata, também, que antigamente comprava-se o cigarro "picado" (cigarro por unidade) nas cidades nordestinas e atualmente o costume passou até para o bairro de Ipanema no Rio de Janeiro.

Pulmão de um fumante: o paraíso das doenças

É conhecida a grande quantidade de doenças que o fumo pode, a longo ou médio prazo, causar, dependendo, é claro, da resistência do organismo de cada um. São doenças que vão de uma simples bronquite a um dos mais graves tipos de câncer, o de pulmão. O Ministério da Saúde não tem dados de quantos fumantes morrem por causa do vício, uma vez que torna-se difícil, e até impossível, separar os pacientes com problemas respiratórios provenientes do fumo ou de outra natureza.

Mas há quem discorde dessa posição. O doutor Paulo Tavares, pneumologista do departamento de Medicina da Universidade de Brasília, é uma destas pessoas. Para ele, em outros países existem estatísticas mostrando claramente a relação entre o tabagismo e doenças diversas, independente de se separar cada caso. O mais grave, no entanto, é que o Ministério da Saúde não tem desenvolvido nenhum programa para combater o fumo, e isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de 10% da receita federal estarem comprometidos com a indústria do fumo. Mesmo assim, de vez em quando, surgem dados interessantes. Exemplos: quem fuma mais de 25 cigarros por dia, tem 32 vezes mais possibilidades de sofrer um enfarte, do que uma pessoa que não fuma. Quem fuma de 15 a 24 cigarros por dia, tem vinte vezes mais chances de sofrer um enfarte. E os fumantes ocasionais, ou seja, aqueles que fumam pouco e sem constância, têm oito vezes mais possibilidades de serem vítimas por esta doença. O curioso é que até os ex-fumantes correm grande risco têm três vezes mais chances de sofrerem um enfarte. Mas além do

enfarte, há muitas outras doenças que freqüentemente atingem os fumantes:

Hipertensão: o fumo não é considerado o causador da doença, mas a agrava, se existir.

Câncer na boca, laringe e esôfago: pode ser provocado por cigarros, charutos e cachimbos.

Câncer no pulmão: é o mais claro malefício do fumo. De cada 15 vítimas, 14 fumam.

Enfisema: o fumante tem doze vezes mais riscos de ficar com o pulmão atingido.

Colapso Cardíaco: a nicotina afeta as coronárias e obriga o coração a se esforçar. A mulher que fuma e toma pílula corre o risco cinco vezes maior de ter enfarte.

Câncer no pâncreas: quem fuma 2 maços por dia corre duas vezes mais riscos.

Câncer nos rins: a incidência chega a ser 5 vezes maior em fumantes.

Aneurisma da Aorta: a atinge sete vezes mais quem fuma 2 maços a cada dia. (Fonte Fumo e Saúde).

Todas essas doenças, devem-se ao fato que quando o fumante acende um cigarro, ele põe em funcionamento uma verdadeira fábrica composta de partículas como a Nicotina que estimula o vício e afeta o trabalho do coração, o Benzopireno que é o principal agente cancerígeno no fumo, além de 26 outras partículas que também são cancerígenas. Mas isso não é tudo; também existem os gases como o Monóxido de carbono que provoca distúrbios cardiovasculares, a Amônia que lesam os cílios do pulmão e dão pigarro bem como o Cianogênio e a Hidrazina que é cancerígeno e um dos 600 derivados do nitrogênio no fumo.

Projetos de lei soltam fumaça no Congresso

Para regulamentar locais onde fumar, publicidade de produtos que levam tabaco, e alertar à população para os males que o fumo pode causar, só nos últimos anos, pelo menos 67 projetos passaram pelo Congresso. Cada um deles procura abordar um aspecto do problema e alguns

chegam a ser pitorescos. É o caso, por exemplo, do projeto de lei do Deputado Igo Losso, que em 1977, pediu a proibição da propaganda de cigarros e seus derivados que utilizassem pessoas com menos de 45 anos, no horário entre 6 e 22 horas, em todos os meios de comunicação. Outro projeto, de autoria do deputado Pedro Lauro, exigia a proibição do uso de nomes sagrados na publicidade de produtos considerados nocivos à saúde. Não satisfeito com este projeto, o mesmo deputado criou um outro, pedindo a "proibição de propaganda comercial que utilizasse cenas eróticas". É verdade que existem também muitos projetos rele-

vantes, como o do deputado Agostinho Rodrigues, que preocupado com a preservação "da cultura e dos valores nacionais", solicita a obrigatoriedade da inclusão de estampas alusivas à História do Brasil, pasmem, nos maços de cigarro. O projeto, de 1973, foi, entretanto, definitivamente arquivado.

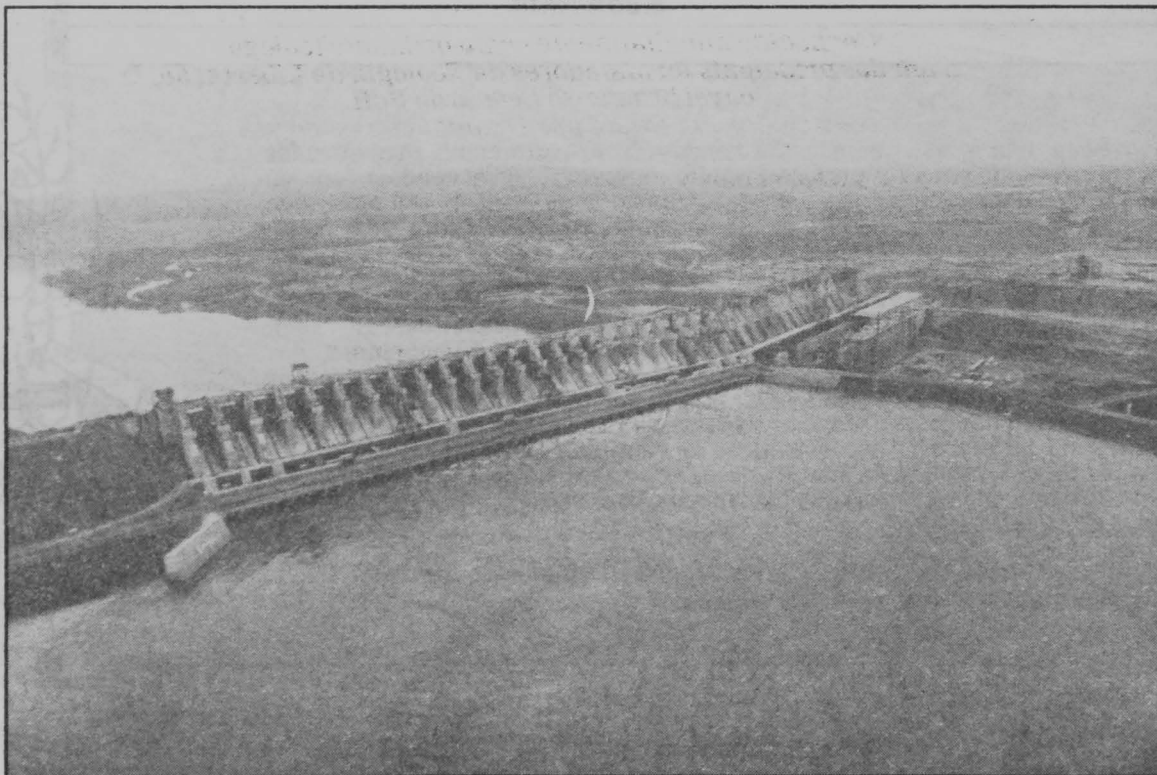
Brincadeiras à parte, o problema do fumo é sério, uma vez grandes somas de dinheiro vêm sendo arrecadadas através da comercialização do produto. Essas somas nem sempre são usadas em projetos eficazes, como programas de saúde, tão necessários devido, justamente, aos males causados pelo fumo.

Já faz alguns meses que a cidade de Belém anda preocupada com a água que sairá de suas torneiras a partir de outubro. A discussão é se esta água será salgada ou não. A Eletronorte, empresa que constrói e está fechando as comportas da Usina Hidrelétrica Tucuruí, motivo da possível salinização da água de Belém, diz que não. Já a imprensa paraense e inúmeros pesquisadores afirmam que a água de 1,2 milhão de habitantes será barrenta e salgada.

Esta polêmica, porém, foi adiada no último dia 21, quando a Justiça, concedendo liminar a uma ação popular, determinou a suspensão do fechamento das comportas da barragem até que seja decidido qual o período apropriado para o fechamento da usina. A Eletronorte deverá contestar a ação, mas mesmo assim, a obra sofrerá um grande atraso. Após a inauguração, prevista para 22 de novembro, Tucuruí deverá fornecer 8 milhões de quilowatts, mas segundo estudos da empresa, poderá faltar energia elétrica em 1985, na região Norte/Nordeste, caso a barragem não seja fechada agora.

AS VERSÕES

Trinta de setembro era a data prevista no cronograma da Eletronorte para o início do enchimento do reservatório de Tucuruí, um lago de 243 mil hectares, superior a área do antigo Estado da Guanabara. O rio Tocantins será bloqueado por dois meses, o tempo necessário para a for-



Vista das comportas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ameaçada de fechamento

Justiça pode fechar Tucuruí

mação do lago, transformando-se, durante sessenta dias, em um leito de águas paradas e possibilitando a invasão das águas do Oceano Atlântico no rio Guamá, afluente que abastece Belém.

A Eletronorte, porém, diz que não há possibilidade de salinização dos mananciais que abastecem a cidade, pois, segundo afirma, é o rio Amazonas, e não o Tocantins, que

bloqueia a água do mar e mesmo em locais críticos, onde possam ocorrer problemas de salinização, já foram montados esquemas de abastecimento por caminhões-pipa.

Apesar de todas as explicações fornecidas pela Eletronorte, a população paraense parece não ter acreditado e quer o adiamento do bloqueio do Tocantins para fevereiro. Esta data corresponde à época das chuvas, quando a va-

zão dos rios aumenta, minimizando os efeitos da salinização.

GUERRA ECOLÓGICA

Uma verdadeira guerra de declarações vem sendo travada entre os ecologistas e a Eletronorte: os primeiros alegam que há perigo iminente de desastre ecológico e a empresa rebate as críticas e

afirma que o meio ambiente não sofrerá consequências tão drásticas. A mortandade de peixes provocada pela possível salinização dos rios é um exemplo do que vem sendo exaustivamente debatido.

A questão do "Agente Laranja" aplicado para desmatar a área do lago e a ameaça de contaminação das águas pela presença de agrotóxicos também está causando polêmica. A Eletronorte afirma que não usou herbicidas no reservatório e, recentemente, a Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, confirmou que não existem produtos tóxicos na área.

Os ecologistas dizem que o apodrecimento da floresta inundada poderá provocar a formação de gases fétidos e a mineralização das águas do lago, impedindo a vida vegetal e animal. Já a Eletronorte afirma que realizou experiências em lagos do reservatório, desmatando e afogando a floresta, e os resultados provaram que não haverá degradação do material submerso. A qualidade da água não será alterada.

ECLUSAS

A construção das eclusas de Tucuruí, outra das reclamações feitas contra esta obra, é mais dirigida ao Ministério dos Transportes, que não quer construí-las por achar desperdício de verba. Mas a população paraense exige que as eclusas sejam construídas para permitir a navegação do rio Tocantins. Caso contrário, uma hidrovía de dois mil quilômetros ficará bloqueada e também os peixes não poderão transpor a represa. (Ana Sampaio)

O laser na saúde e na beleza

O raio laser vermelho tem contribuído enormemente em diversos tratamentos na nossa medicina, apesar de sua aparelhagem ser exportada principalmente de Munique e da Pensilvânia. O Dr. João Carlos Luiz, que há três meses utiliza essa técnica em sua clínica do Lago Sul, considera o laser uma grande descoberta científica do século. Ele explica que são quatro as ações do raio laser vermelho: antiinflamatório, analgésico, vaso dilatador que tende a melhorar a circulação do sangue do local e o estimulante dos poderes regenerativos dos tecidos. Entretanto, o que regenera os tecidos não é o raio laser vermelho, mas a luz vermelha com um comprimento de onda de 632,8 nanômetros.

A vantagem do tratamento através da luz vermelha com esse comprimento de onda, é a obtenção de um re-

sultado mais rápido e intenso, já que a luz do laser é física, isto é, unidirecional, dirigida a um ponto determinado muito maior que o alcançado por uma luz comum.

TRATAMENTO

O raio laser vermelho, descoberto na Rússia em 1972 na medicina, foi empregado, principalmente, para os problemas de artrite e artrose, doenças reumáticas que mais afligem os países frios. Segundo dados estatísticos de Moscou, cerca de 600 milhões de pessoas no mundo sofrem de artrite. Apesar do Brasil não possuir um clima frio, em Brasília o Dr. João Carlos Luiz afirma que em sua clínica os tratamentos de artrite e artrose predominam 60% dos casos e existem também os tratamentos estéticos (20%), com as pro-

porções variando em 10% de rosto, 10% de celulite e 5% de rugas. Os tratamentos dermatológicos, como as queimaduras, acne, estrias atingem os restantes 20%. Contudo, a celulite não pode ser encarada apenas como um problema estético, devido as duas últimas etapas da doença: inflamação e compressão nervosa com dor. Na eliminação da celulite, o raio laser é o único método capaz de extinguir esses problemas estimulando o poder regenerativo da pele.

O laser é exposto sobre o paciente durante 20 minutos, independentemente do caso, apenas variando as quantidades de aplicações. Por exemplo, no caso de queimaduras, o tratamento dura dois meses e meio e a aplicação é feita três vezes por semana. Cada aplicação custa Cr\$ 15.000,00. O aparelho é formado por uma ampola de Hélio e Neônio colocados na corrente elétrica, que ao se

aquecerem transformam o calor em luz.

EFEITOS

"O raio laser vermelho não causa efeitos colaterais, pois o que penetra no paciente é simplesmente uma luminosidade vermelha totalmente desacompanhada de qualquer substância química. Os dois gases nobres: Hélio e o Neônio não se misturam, e por isso o poder de radiotividade é zero. Além do mais, um por cento do ar que respiramos é formado por estes gases, de maneira que é impossível ocorrer estes colaterais", explica o Dr. João Carlos.

ACUPUNTURA

Segundo o Dr. João Carlos, em 1977 quando trabalhava no C.T.I. na Alemanha, houve um surto de hepatite e meningite (doenças viróticas) e que segundo os serviços médicos da Alema-

nha seriam causados por agulhas de acupuntura. E nesta mesma época, uma firma de Munique desenvolveu o laser vermelho que seria para estimular os pontos de acupuntura. A partir disso, foi usado em crianças, velhos, psicopatas que tinham muita dor e que não podiam ver o corpo todo cheio de agulhas. O laser vermelho passou a ser usado em determinados pontos de acupuntura como um substitutivo das tradicionais agulhas da acupuntura.

Ao contrário do método da acupuntura tradicional, o uso do raio laser é indolor, o que facilita a estimulação dos pontos reflexos da acupuntura. A laserterapia (aplicação do laser em pontos de acupuntura) é usada em dermatologia, na estética, em ginecologia, na veterinária e em clínica geral, seguindo as leis básicas da acupuntura. (Maria Cristina Bezerra)

Conhecido mundialmente como brilhante teólogo
e um dos principais formuladores da Teologia da Libertação,
o frei brasileiro Leonardo Boff
se encontra em Roma para explicar suas teorias.
Acompanhado por alguns bispos
da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),
que está lhe dando total apoio, o teólogo brasileiro será interrogado
sobre os vários trechos
de seu livro *Igreja, Carisma e Poder* que o comprometeram
com os defensores da Teologia Tradicional.

Vaticano questiona Boff

"No ano 2000, metade dos católicos de todo o mundo estará na América Latina onde a nova Igreja está nascendo." Esta foi a afirmação feita à Imprensa pelo teólogo Leonardo Boff, justificando sua convocação a Roma. O frade franciscano foi ao Vaticano para esclarecer suas posições, principalmente as defendidas no livro *Igreja, Carisma e Poder*.

Tudo começou com a publicação de diversos artigos em revistas de circulação restrita a religiosos, que deu origem a diversas críticas. Dom Eugênio Sales, cardeal do Rio de Janeiro, inaugurou a Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé analisando a obra de Boff e todo o material foi enviado a Roma. Em maio deste ano, veio a resposta do Vaticano convocando o autor para um colóquio com o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé.

A Congregação faz hoje um papel semelhante ao do Santo Ofício na época da Inquisição, quando a Igreja se livrava dos hereges e dos infiéis condenando-os à morte na fogueira. Ela faz uma espécie de "censura" em documentos teológicos.

O LIVRO

No livro *Igreja, Carisma e Poder*, o teólogo Boff questiona o poder da hierarquia, propondo mudanças até dentro da própria Igreja. Segundo seus escritos, a Igreja deve não só reforçar as lutas de libertação dos pobres, mas procurar libertar-se internamente, propiciando maior participação dos leigos, abrindo maior espaço para as mulheres e tendo um zelo maior pelos direitos humanos dentro da Igreja.

O teólogo reconhece que, seu livro, não é pacífico mas polêmico porque faz reflexões a partir do pensamento dos pobres e traz uma temática que não agrada àqueles que não desejam mudar.

FÉ E MARXISMO

A validade da Teologia da Libertação, da qual



Boff é um dos principais formuladores, é questionada pela ala conservadora da Igreja. Leonardo Boff é acusado de mesclar o Evangelho com o Marxismo. Segundo o padre Arnaldo Beltrami, assessor da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o que existe é o uso da análise marxista da realidade pelos teólogos da Libertação, que nada tem a ver com a hierarquia marxista. E apenas um método de análise. Assim como São Tomás de Aquino cristianizou Aristóteles e Santo Agostinho cristianizou Platão, o padre Leonardo Boff acha que pode cristianizar o método marxista para analisar a realidade.

VENDAS

A maioria dos 32 livros deste teólogo de 44 anos está esgotada nas livrarias de Brasília. Apenas a Editora Vozes possui o famoso *Igreja, Carisma e Poder* (Cr\$ 5.600,00) e *Jesus Cristo Libertador* (Cr\$ 7.500,00) que também lhe causou problemas com a Santa Sé em 1975. A atual polêmica criada em torno do Caso Boff não provocou uma procura maior de

"Na eclesiologia clássica, que ainda vigora na cabeça de muitos (...), o fiel não tem nada. Apenas o direito de receber. Os bispos e os padres receberam tudo: é um verdadeiro capitalismo. Eles produzem os valores religiosos e o povo consome. Estilo monárquico e piramidal."

Trecho do Livro "Igreja, Carisma e Poder" de Leonardo Boff

seus livros. Segundo sr. Lessa, da Editora Vozes, "os livros do padre Leonardo sempre venderam bem, mesmo antes desse problema".

TEOLOGIA

A Teologia da Libertação é antes de tudo uma Ciência. Ela propõe a libertação, isto é, o fim das dependências, o rompimento com tudo o que escraviza a sociedade de forma integral, tanto no processo religioso quanto no econômico e cultural. Esta libertação também se dá a nível humano, na dimensão espiritual da relação com Deus, com os outros e com o mundo.

Os teólogos tradicionais

partiram da Bíblia, dos documentos da Igreja e, sobretudo, do que se costuma chamar de "Santos Padres do primeiro século do Cristianismo" para elaborar suas teorias. Já os teólogos da Libertação acrescentam a estas fontes a realidade vivida pelo povo. Acontece então que o chamado "lugar teológico" passa a ser o "lugar sociológico". A partir das comunidades de base é que os teólogos da Libertação elaboram suas teorias e não apenas "iluminados" por estas comunidades, como acontecia. A reflexão desta Teologia, surgida da realidade social, vem sendo feita há 15 anos em toda a América Latina e no Brasil.

CONFLITOS

A consequência da Teologia da Libertação é uma Igreja comprometida com o povo e não com o poder, conforme explica o padre Beltrami, assessor da CNBB. "Uma Igreja Viva, a serviço do mundo e não contra ele, uma Igreja fermento na massa, é o que busca a Teologia da Libertação. Esta Igreja inserida no dia-a-dia das pessoas gera conflito e

cria o questionamento da classe dominante". Este questionamento é um dos pontos que mais alarmam Roma porque segrega, justamente, a "luta de classes" e ameaça a ordem estabelecida. Estas posições defendidas pelos teólogos da Libertação, encontram apoio nas declarações de Boff à imprensa: "A ligação entre Teologia e Vida é tão forte no Brasil e na América Latina que justificar esta Teologia significa justificar a própria autenticidade da Igreja que está mais e mais junto com o povo, apoiando, à luz do Evangelho, suas lutas por dignidade e pão".

APOIO

"A CNBB, como organização comprometida com a maioria do povo, dá total apoio ao padre franciscano e à sua teologia. Os bispos que acompanham o teólogo em Roma são prova deste apoio, pois os objetivos da CNBB e o comportamento da Igreja no Brasil estão bem dentro da linha de pensamento da Libertação. Tanto assim que a Campanha da Fraternidade, elaborada pela CNBB para o ano que vem está totalmente voltada para o lado social, envolvendo temas como a saúde, a justiça e a fome. A data de 7 de setembro, para o interrogatório em Roma, foi escolhida pelo próprio Boff por ser o dia da Independência do Brasil.

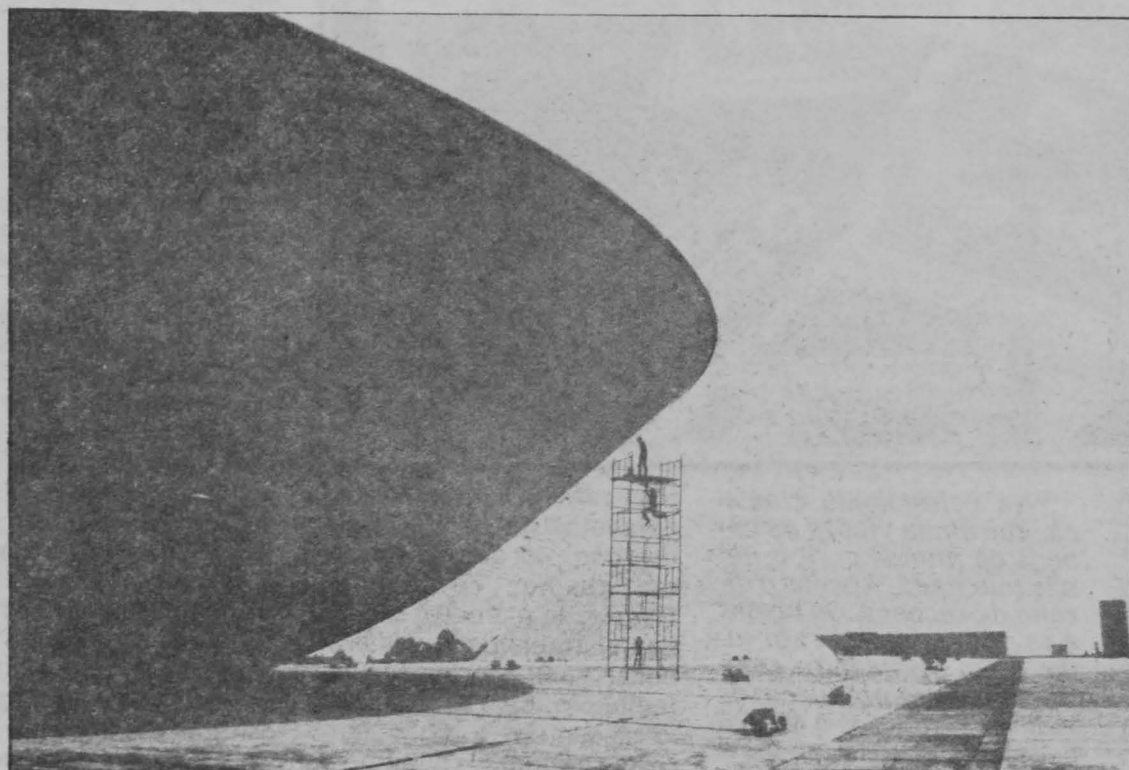
CONSEQUÊNCIAS

Segundo o assessor da CNBB, em entrevista ao *Campus* no final de agosto, o máximo que pode acontecer ao teólogo Boff, após o seu interrogatório em Roma, é ficar proibido de lecionar, escrever ou rever certas afirmações de seus escritos. Ele jamais será excomungado ou terá cassado o seu título de padre, pois não é um herege. Apenas está escrevendo idéias novas e diferentes que, mais cedo ou mais tarde, serão aceitas. "A Teologia da Libertação é irreversível", conclui o assessor. (Walcymara Santilago Silveira).



A morte de Márcia Suyene nos fere profundamente. A dor de saber que a amiga, a companheira tão próxima, aqui da Comunicação, decidiu ceifar a vida, quando estamos no tempo de semear; nos marcará por bastante tempo. Há que se perguntar até quando continuaremos perdendo nossas Márcias.

Sim, porque Márcia nós sentimos na pele. Mas, e os casos de que sabemos diariamente pelos jornais? A causa para todos é sempre semelhante: as relações humanas são tão inseguras que não geram confiança no futuro, chegando ao ponto de não se justificar a própria existência. Ora, mas as relações humanas não se desenvolvem no vácuo. São frutos da sociedade. Então, se a sociedade está causando danos irrecuperáveis, há que se



As fotos destas páginas são nossa homenagem a Márcia Suyene

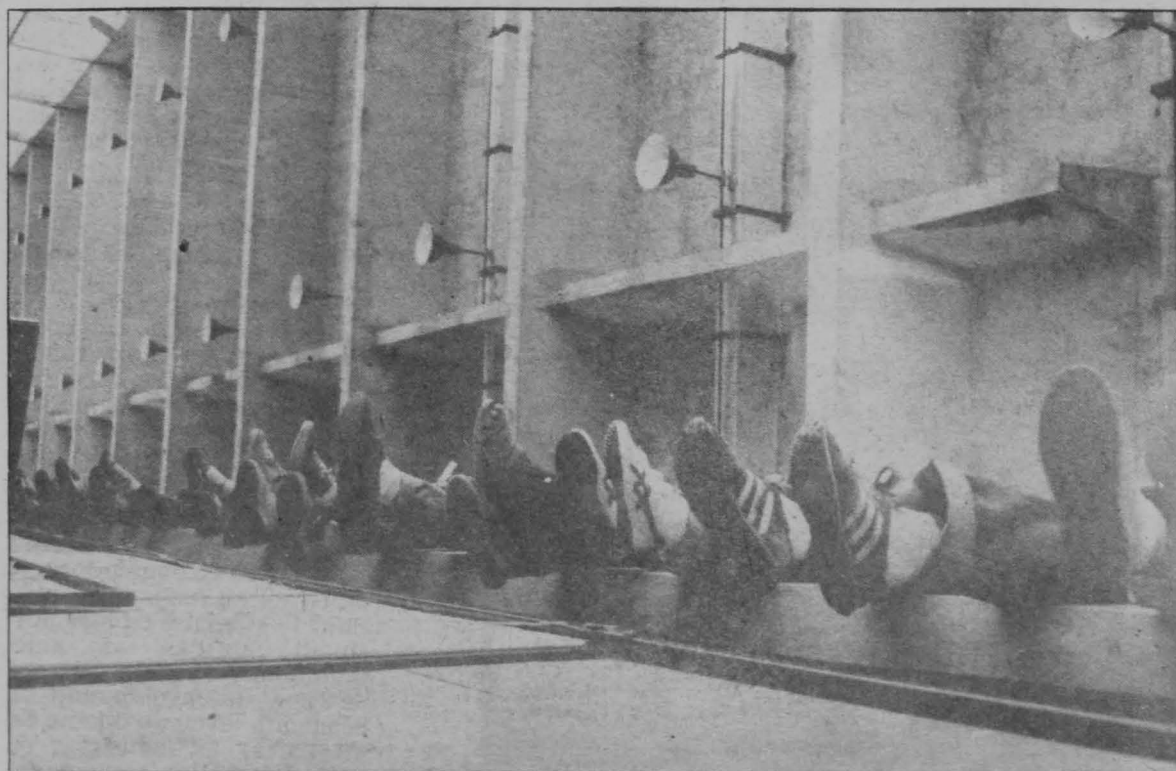
**No coração
das pessoas,
a cidade...**

cambiar. Urge que ela passe por transformações para que se desfrute a plenitude da vida.

Márcia desejava isso. Suas fotos o dizem. Há uma, do menino engraxando sapato, seu sorriso não é apenas para a fotógrafa, mas uma atitude frente a vida. Outra, de um velho migrante nordestino. O cansaço que ele expressa no rosto não é devido ao peso da mala, pois esta não tem quase nada, mas sim pelas viagens intermináveis que ainda fará.

Há uma cena que se repete sempre às quintas-feiras que pela dignidade, firmeza nas intenções, estou certa, que Márcia gostaria de poder registrar. É a passeata silenciosa das mães da Plaza de Mayo, na Argentina. Elas sabem que seus filhos jamais voltarão, mas vão à rua para exigir que o mesmo não aconteça com outras mães. É através de exemplos como esses que vemos ser possível combinar a ternura com a luta pela vida. E daí que se tiram as canções que impulsionam a jornada.

E assim, Márcia, amiga, onde tu paraste, nós continuamos. (Eugênia Maria)



**... e o vazio
que nos faz
mais sozinhos**

Embalagens: arte japonesa

A valorização da espiritualidade sempre foi uma das grandes diferenças entre Ocidente e Oriente. Com uma civilização milenar, os japoneses têm em sua cultura tradicional mostras de envolvimento espiritual nas mínimas atividades do cotidiano. A exposição "A Arte da Embalagem Tradicional Japonesa" apresentada na Galeria do Teatro Nacional, no final de agosto, é um exemplo da afetividade transmitida através de uma embalagem feita com todo o cuidado.

Esses valores estão sendo esquecidos também no Japão. Uma das razões é a transformação deste país, onde o complexo industrial mais se desenvolve no mundo e o trabalho artesanal cai pouco a pouco no esquecimento.

A exposição das embalagens japonesas já percorreu Europa e Estados Unidos, segundo declaração do Adido Cultural da Embaixada do Japão, Minoru Hirano. No Brasil, começou em São Paulo no mês de junho, em seguida foi para o Rio e deverá ainda passar por Porto Alegre, Curitiba e Recife, com o objetivo de aprimorar o intercâmbio entre Brasil e Japão.

Os dois países mantêm relações diplomáticas desde 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Em 1901 começou a se formar a colônia japonesa no Brasil, concentrada no Estado de São Paulo. Até 1973, vieram para cá mais de 200 mil japoneses, constituindo o quinto grupo migratório em importância numérica. Este é um fator fundamental de aproximação en-

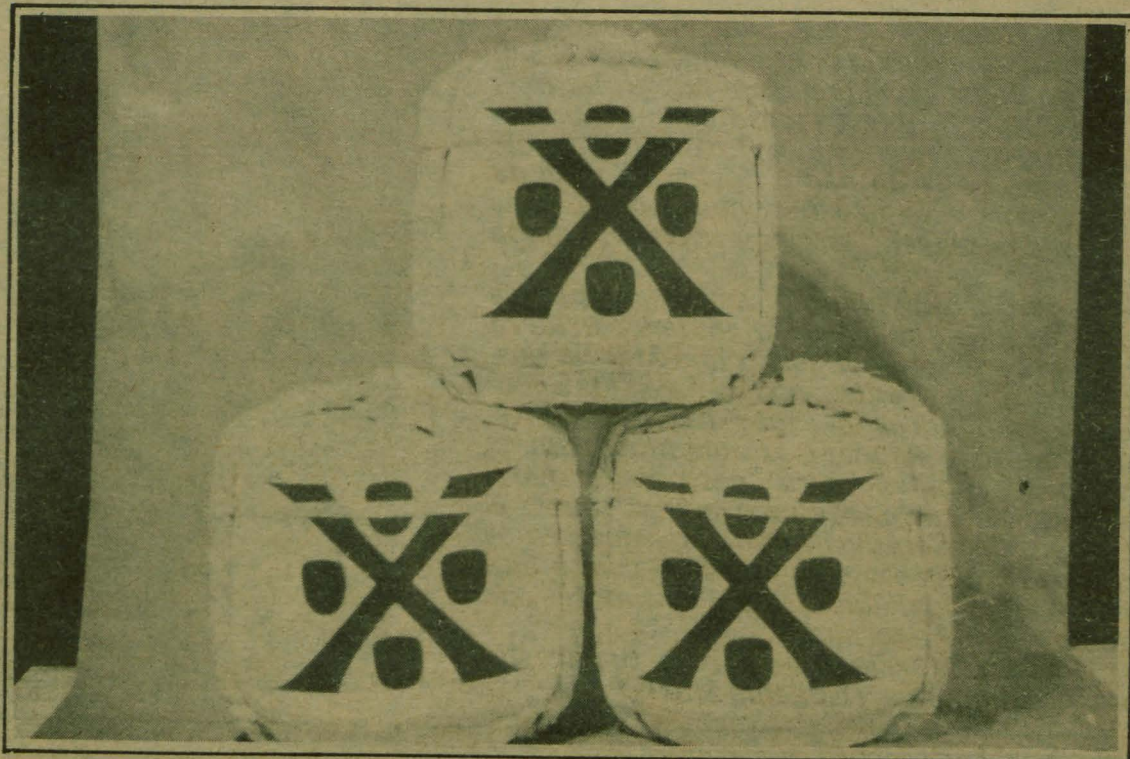
tre Japão e Brasil, mas não podem ser esquecidos os acordos de cooperação científica e tecnológica entre as duas nações, que assumiram maior importância com a viagem do Presidente Figueiredo ao Japão, em fins de maio deste ano.

BOLSAS DE ESTUDO

O interesse pelo intercâmbio cultural reaparece no oferecimento de bolsas de estudo aos brasileiros. Segundo o Adido Cultural, Minoru Hirano, o Ministério da Educação do Japão dá anualmente bolsas de estudo para estudantes de pós-graduação, em praticamente todas as áreas. A única exigência é o conhecimento da língua japonesa. A duração da bolsa é de um ano e meio a dois anos.

O Adido Cultural falou ainda ao CAMPUS sobre a presença do cinema brasileiro em seu país, lembrando que chegou a assistir, em Tóquio, "O Pagador de Promessas", "Orfeu Negro" e outros, alguns exibidos na TV japonesa.

Entre as atividades promovidas pela Embaixada do Japão, Hirano levantou a hipótese de uma Semana do Filme Japonês, a exemplo do que vem sendo feito pela Caixa Econômica, que já realizou semanas de filmes poloneses, russos e tchecos. Para esse evento, a Embaixada espera contar, no entanto, com o apoio da Fundação Cultural do Distrito Federal, concedendo o Cine Brasília para a realização da Semana, já que essa sala suporta maior número de espectadores. (Lourdes Tavares)



Sawa-no-tsuru, típico recipiente de sakê da província de Hyogo

Kibutz, encontro dos povos

Nos 250 kibutzim hoje existentes em Israel com mais de 110 mil membros, as portas estão abertas a todos os povos, sem distinção de raça e religião.

A palavra kibutz em hebraico significa grupo. Pode significar também organização coletivista ou comunidade agroindustrial organizada cooperativamente. O primeiro kibutz foi criado há 75 anos em Tel Aviv, por jovens judeus russos e chamava-se degania, cuja característica era a inexistência da mão-de-obra assalariada, propriedade privada, circulação de dinheiro e proibição do comércio privado.

Os kibutzim desempenham importante papel na sociedade e na economia de Israel. Nesses grupos, as pessoas decidem em comum o uso dos recursos para suas principais necessidades, como alojamento, refeições, vestuário e educação dos filhos.

O kibutz é geralmente uma aldeia com algumas centenas de pessoas, que exploram coletivamente a agricultura, dirigida à produção em larga escala. Mas nos últimos anos, a maior parte dos kibutzim diversificou suas atividades, devido ao decréscimo da mão-de-obra na agricultura e à importância dada à industrialização.

Na época em que o Estado de Israel foi fundado já existiam 15 kibutzim e todos possuíam fábricas, as quais atualmente são em número de 350. O desenvolvimento da economia levou ao dilema de mecanizar as indústrias ou ter que fechá-las, como de fato aconteceu com algumas.

Outras centralizaram seus esforços no setor de exportação e cresceram muito, porém perderam o caráter que as distinguia: hoje são administradas pelos membros do kibutz, mas seu setor de vendas está nas mãos de funcionários assalariados.

A indústria cresceu no kibutz tanto quanto a agricultura, o que é compreensível, pois num país tão pequeno onde a terra e a água são racionadas, existem limites para o cultivo: a indústria é uma saída necessária para o excedente de mão-de-obra e os membros do kibutz administram suas fábricas da mesma forma que a agricultura, isto é, como um negócio.

Agora, os kibutzim manufaturam uma ampla variedade de produtos, que incluem equipamentos eletrônicos, móveis, utilidades domésticas, azulejos, alimentos processados, produtos plásticos, implementos para a agricultura e equipamentos de irrigação. Em muitas áreas, os kibutzim combinaram os seus recursos e estabeleceram zonas industriais regionais que abrigam indústrias modernas, de embalagens e armazéns. Assim, apesar de menos de 4% da população israelense viver em kibutzim, eles produzem 40% das safras agrícolas do país e 7% de sua exportação industrial.

Os modernos kibutzim dão maior valor às famílias. As crianças, desde os seis meses de vida vivem em dormitórios alegremente decorados, recebendo visita materna pelo menos 3 vezes ao dia. Os atuais kibutzim harmonizam a vida social à vida familiar,

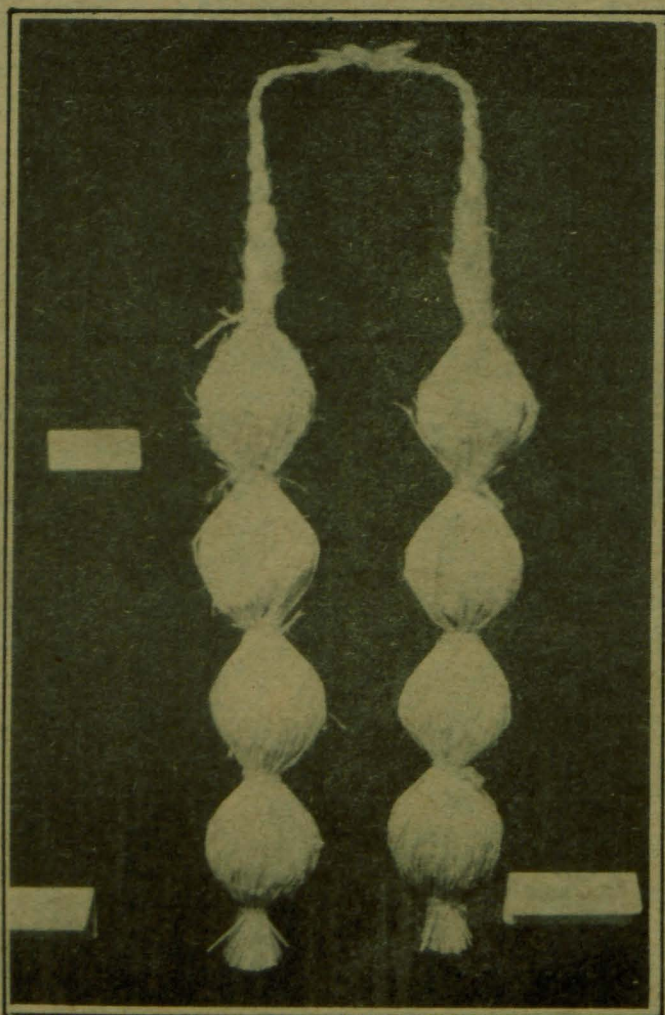
sinal de evolução nessa experiência social.

Há ainda uma razão muito forte, em um país como Israel, praticamente a todo instante submetido a ameaças de ataques por parte dos vizinhos inimigos, para desenvolver o sentimento de coletivismo.

O sentimento de fraternidade alimentado na casa das crianças nos kibutzim é encarado como fator importante para a formação de jovens que acabam demonstrando brilhante desempenho nas unidades de elite do Exército israelense, onde o trabalho de equipe e a capacidade de agir com rapidez são indispensáveis para a adoção de decisões coletivas.

A Organização Sionista Unificada do Brasil (OSUB), com sede em São Paulo, à Rua Correia de Melo, 75 — 4º andar, telefone 011-2219233, é o órgão competente para melhor informar como o estudante brasileiro poderá imigrar para Israel, para estudo ou trabalho nos kibutzim. Segundo o sr. Uses, da OSUB, a idade mínima para ser aceito nos kibutzim é de 16 anos e o limite é de 35 anos. O estudante somente trabalhará no kibutz nos dias de folga, fins de semana, feriados e férias. O interessado, ao adentrar ao kibutz terá que desempenhar todas as tarefas existentes na comunidade, isto é, desde a experiência culinária até a faxina nos galinheiros.

O estudante ou trabalhador ao chegar em Israel, será encaminhado às Centrais Kibutzinas, e de lá, sairá para os kibutzim, conforme existência ou não de vagas. (Heloísa Helena Vieira)



Invólucros de palha para acondicionamento do misô — pasta de soja fermentada